

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

GRÃO-CHANCELER

Dom Gilberto Pereira Lopes

MAGNÍFICO REITOR

Prof. Pe. José Benedito de Almeida David

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Prof. José Francisco B. Veiga Silva

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ACADÊMICOS

Prof. Carlos de Aquino Pereira

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Prof^a Maria Salete Zулzke Trujillo

Endereço para Correspondência:

Revista Notícia Bibliográfica e Histórica
Caixa Postal 1539 - 13001-970 - Campinas, SP

NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Responsável

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

ANO XXXII - Nº 179 ISSN-0101-4919 OUTUBRO - DEZEMBRO 2000

SUMÁRIO

Charles Boxer na historiografia brasileira	335
Odilon Nogueira de Matos	
Reflexos da Conjuração Mineira na Capitania do Rio de Janeiro	340
Thalita de Oliveira Casadei	
De relato em relato	343
Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci	
As relações entre a cartografia e a pintura na Holanda no século XVII	346
Duílio Battistoni Filho	
O Brasil holandês através dos livros	351
Leonardo Dantas Silva	
Civilização "versus" Indigenismo	362
Gilberto E. Chaudon	

Nabuco e a Federação	367
Manuel Correia de Andrade	
Negro: o arcabouço de nossa raça	372
José Antônio de Ávila Sacramento*	
Evocando Almeida Garrett	380
Mário Pires	
País ideal	384
Célia S. Farjallat	
O culto aos heróis no "Leão do Norte"	386
João Ricardo de Castro Caldeira	

De uma pasta de velhos recortes

Plano de Luís XV para conquistar o Brasil	398
Gustavo Ernesto Bauer	

Textos (Sugestões para seminários)

Mercado de escravos (Walsh)	413
Declaração dos direitos do homem e do cidadão	414

Vultos da Historiografia Brasileira

Gilberto Freyre	417
-----------------------	-----

Seleção

A cana e a terra (Gilberto Freyre)	423
--	-----

Rabiscos de um escrevinhador

Uma zoologia fantástica do Brasil	430
Compositor e personagem de ópera	432
A propósito das revoluções "vencidas"	433
O criador da bandeira paulista	435

CHARLES BOXER NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

Odilon Nogueira de MATOS

Artigo publicado em “O Estado de S. Paulo” por Carlos Guilherme Mota em fins do mês de junho do corrente ano trouxe ao nosso conhecimento a triste notícia do falecimento, em Londres e aos 96 anos de idade, de Charles Ralph Boxer, um dos maiores historiadores deste século, bastante ligado ao Brasil pelos diversos trabalhos - livros e artigos - que publicou sobre temas importantes de nossa historiografia. Não tivemos o privilégio de conhecê-lo pessoalmente, pois compromissos de outra natureza impediram-nos de comparecer ao Rio de Janeiro em dezembro de 1986, quando de sua visita ao Brasil, ocasião em que recebeu expressivas homenagens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Departamento de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O Instituto, em significativa sessão especial do 3 de dezembro distinguiu-o com sua mais alta distinção, qual seja a “Medalha D. Pedro II”, honraria que há muito não era conferida. Tais homenagens, registradas como precioso documentário no volume 353 da Revista do Instituto, reúne os depoimentos de Francisco de Assis Barbosa, José Honório Rodrigues e Arno Wehling analisando a obra do historiador e particularmente o que a ele deve a historiografia brasileira.

José Honório Rodrigues, que bem o conheceu e com ele largamente se correspondeu, foi muito expressivo ao lembrar que tudo quanto Boxer escreveu “representa o resultado exato e seguro da moderna investigação histórica: o conhecimento e uso das fontes primárias, o domínio da bibliografia mais recente, em várias línguas, a coordenação de toda a pesquisa já realizada, a lucidez da interpretação, a força da composição narrativa tornam sua obra singular e única na moderna historiografia sobre

o Brasil”. E acrescenta que os três livros que dedicou ao Brasil estão entre “as maiores contribuições que o conhecimento de nosso país deve a um europeu”.

Por sua vez, Francisco de Assis Barbosa assinalou que “sua contribuição à historiografia luso-brasileira possui uma importância singular, por estar muito acima de seus predecessores no levantamento de fontes, na avaliação e análise, sempre sólida e admiravelmente fundamentada na expansão lusíada, começada no Japão e na China e que se estende de continente a continente até o desconhecido Brasil, que ocupava uma posição obscura em todo esse universo, antes dos livros de Boxer”.

A título de simples informação, lembremos que a “Medalha D. Pedro II” outorgada a Boxer, e que já havia muito não era atribuída pelo Instituto, fora instituída especialmente para homenagear o grande Martius, em 1847, e desde então apenas mais sete vezes fora outorgada, nas pessoas de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Araguaia e Machado de Oliveira, estes também em 1847; a seguir, só em 1917 foram com ela homenageados Basílio de Magalhães, Capistrano de Abreu, Afonso de Taunay e Roquette Pinto.

Os três livros que Boxer dedicou a temas brasileiros intitulam-se: **Os holandeses no Brasil**, **A Idade de Ouro do Brasil** e **Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola**, cujas traduções foram publicadas respectivamente em 1961, 1969 e 1973, todas integrando a preciosa e “saudososa” coleção “*Brasiliana*”, da Companhia Editora Nacional. Como tanto a coleção como a própria editora não mais existem, certamente os livros do historiador inglês não são mais encontráveis, para mágoa dos estudiosos.

Daí, não cremos inútil nem despropositada a transcrição, nesta notícia, do que escrevemos sobre os três livros de Boxer em nosso livro **O Brasil na “*Brasiliana*”**, de 1994, porém reunindo matéria estampada originalmente nesta publicação:

Os holandeses no Brasil. Trad. de Olivério Mário de Oliveira Pinto. 1961. 466p “*Brasiliana*”, v. 312. Relata este livro os esforços dispendidos pelos holandeses no sentido de fundar um império no Atlântico Sul, arrebatando do controle português o comércio do açúcar

brasileiro e o comércio de escravos da África ocidental. Representa, pois, valiosa contribuição à nossa bibliografia histórica, sólida na documentação, lúcida na interpretação e riquíssima nas informações sobre o que foi e representou a colonização holandesa no Brasil e seus esforços para conquistar a hegemonia sobre Portugal. Consta a obra de sete longos capítulos, assim intitulados: 1. Primeiros movimentos (1621-1629); 2. A luta pela posse de Pernambuco (1630-1636); 3. As conquistas feitas por João Maurício (1637-1641); 4. Um príncipe humanista no Novo Mundo (1637-1644); 5. A “guerra da liberdade divina” (1645-1648); 6. “O mar domina o Brasil” (1649-1654); 7. Epílogo diplomático (1655-1669). Em apêndice, notas sobre figuras preeminentes da época holandesa (tanto da Holanda como no Brasil) e dois documentos valiosos: “Tentativa de balanço das contas do Brasil e da Costa Ocidental Africana neerlandesa em 1644” e “Lista dos navios mercantes portugueses utilizados no comércio com o Brasil e capturados pelos holandeses em 1647 e 1648”. A edição original inglesa, **The Dutch in Brazil**, apareceu em 1957, publicada pela Oxford University Press. Edição ilustrada e com excelente bibliografia crítica que revela, por parte do autor, profundo conhecimento de tudo quanto se escreveu sobre o assunto.

A Idade de Ouro do Brasil. Trad. de Nair de Lacerda; pref. de Carlos Rizzini; 2ª edição revista. 1969. 390p “Brasiliana”, v. 341. “Dores de crescimento de uma sociedade colonial”, eis o subtítulo que o autor encontrou para caracterizar seu precioso livro, realmente uma das obras mais importantes da bibliografia histórica brasileira. Especialista em nossa história colonial, prosseguiu o historiador inglês nos seus acurados estudos sobre a situação e o desenvolvimento da nossa terra nos séculos XVII e XVIII, abrangendo não apenas o ciclo do ouro, como o título do livro exprimiria, mas os fatos que o circundaram nas suas relações internas e nas suas implicações com o mundo civilizado. O complexo racial com as peculiaridades da fusão de brancos e índios é examinado em seus efeitos e influências, inclusive na gênese da Guerra dos Emboabas”. Do prefácio de Carlos Rizzini, extraímos os seguintes trechos: “O predomínio do índio e do mameluco em São Paulo e do escravo africano e do mulato nas capitânicas do Norte tornou heterogêneos os dois lados em conflito na disputa do ouro. Firmados em indiscutíveis prioridades, como descobridores das minas, os paulistas não se dispunham a entregá-las de mão beijada aos forasteiros. Além de defenderem o que haviam descoberto

e conquistado, eles, muito mais ligados aos nativos do que os europeus, nada tinham de comum com os emboabas. Encaravam-nos como intrusos e inimigos. A profunda diferença entre a prosperidade de Pernambuco e da Bahia e o atraso e a pobreza de São Paulo não imprimia aos seus habitantes nenhum sentido nacional. Lutaram como estrangeiros, e os paulistas, descalços e mal armados, levaram a pior. O **rush** das minas, a quintagem, o contrabando, a cunhagem de moedas, o aventureirismo, o aumento da escravaria, a circulação das mercadorias, o elevado preço dos gêneros e utilidades; o pastoreio; a lavoura; o estado social; os episódios dos mascates e da tomada e pilhagem do Rio de Janeiro pelos franceses, enfim tudo quanto aflorou naqueles anos e concorreu para marcar e impelir, ou reter, a marcha da civilização brasileira, é magistralmente exposto e examinado pelo Professor Boxer com a perspicácia de uma inteligência altamente dotada e enriquecida de invulgar cultura. Basta dizer que o ilustre mestre britânico está nas excepcionais condições de ler no original os documentos dos arquivos portugueses, dos franceses e dos espanhóis e também dos holandeses. **The Golden Age of Brazil** não traz apenas novos elementos para a história de extensa fase anterior ao ministério de Pombal, cujos adiantamentos lançaram as bases da nossa independência. Esclarece e elucida os seus fenômenos e preparam a compreensão dos magnos acontecimentos do final do século XVIII e dos albores do século XIX”. A edição original do livro foi publicada em 1962 pela University of California Press e a primeira edição brasileira foi lançada pela própria Companhia Editora Nacional, mas fora da coleção “Brasiliana”.

Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686. Trad. de Olivério M. Oliveira Pinto; 1973. 464p “Brasiliana”, v. 353. “O lapso de tempo em que viveu Salvador Correio de Sá e Benevides (1602-1686) coincide, aproximadamente, com o século XVII, durante todo o qual ele desempenhou importante papel nos dois lados do Atlântico, envolvendo-se ativamente e não raro de modo decisivo, nos mais diversos assuntos, tais como a exploração (a exploração, inclusive) do interior, o dissídio entre colonos e jesuítas em torno da escravização dos ameríndios, a luta com os holandeses no tocante ao mercado de negros sul-africanos, e a revolução em Lisboa, cujo resultado foi a deposição de D. Afonso VI”. Com essa explicação do grande historiador inglês está praticamente dada a razão de ser desse importante volume, especialmente se ainda considerarmos o que o autor constata acerca da não existência de uma só biografia completa de

algum dos governadores do Brasil colonial. Só o fato de vir a obra de Boxer sanar essa lacuna, com referência a Salvador de Sá, bastaria para credenciá-la como peça indispensável de nossa bibliografia histórica. Isto sem falar, é óbvio, no seu valor intrínseco, pois nela se encontram as mesmas qualidades que enaltecem suas obras anteriores. Se esta não tem a amplitude dos temas tratados nos outros livros - e quem o diz é o próprio diretor da coleção - ela é um “modelo de construção pelo método, pela exatidão e pela arte que lhe dá um tom de leitura palpitante. Em poucos livros encontra o leitor uma visão tão exata e, ao mesmo tempo, empolgante da vida colonial no Brasil, seus problemas, suas falhas, suas vergonhas e seus heroísmos”. E acrescenta ainda que se trata de livro que Southey, sem dúvida, assinaria de bom grado, “porque reúne o conhecimento da fonte, o domínio perfeito da bibliografia, a um bom gosto que dificilmente é encontrado nas obras carregadas de erudição. A vida do herói brasileiro (se não nasceu no Brasil, como se pensava, está ligado pelo sangue a uma das primeiras famílias cariocas) é o enredo em torno do qual se faz um amplo estudo de toda a administração do Brasil”. Seus oito capítulos intitulam-se: 1. O casamento com espanhola; 2. A expedição dos vassalos; 3. O caminho de Potosi; 4. Governador do Rio de Janeiro, 1637-1643; 5. General das frotas do Brasil; 6. Angola, a “mãe preta”; 7. Capitão-general do Sul; 8. Um notável velho fundador. Extensa bibliografia, cartografia e variada iconografia completam o livro, com telas de Albert Eckhout e Franz Post, pintores holandeses da época nassoviana, além de outras reproduzidas de originais existentes em museus da Europa.

REFLEXOS DA CONJURAÇÃO MINEIRA NA CAPITANIA DO RIO DE JANEIRO

Thalita de Oliveira CASADEI

No século XVIII, a chamada Capitania do Rio de Janeiro compreendia o que hoje são os Estados do Rio, São Paulo e Minas Gerais. Como conseqüência de duas revoltas, esse grande território foi, por duas vezes, seccionado. Após a chamada Guerra dos Emboabas, a Capitania do Rio de Janeiro foi separada da Capitania de Minas do Ouro, que em suas terras englobava, também, São Paulo, de onde saíram os descobridores de ouro e diamantes. Mais tarde, vencida a Revolta de Vila Rica, também conhecida como Revolta de Felipe dos Santos, houve nova divisão para melhor se administrar a terra: foi separada a Capitania de Minas Gerais da de São Paulo, nessa ocasião criada.

Levando em conta as considerações acima feitas, podemos compreender que a terra fluminense não existia isolada, nem histórica e nem geograficamente falando. Os caminhos que levavam do Rio de Janeiro a Minas passavam pela terra fluminense, não só o caminho dos Goianá, depois Caminho Velho, meio marítimo, meio terrestre, em seus primórdios, assim como o Caminho Novo. O primeiro deles só agora está sofrendo concertos de vulto e retificações, e para o qual, certa ocasião, pedimos ao então Governador do Estado do Rio, Dr. Raimundo Padilha, em officio entregue pelo Embaixador Paschoal Carlos Magno, o nome de “ESTRADA INCONFIDENTE AMARAL GURGEL”. Justificamos o nosso pedido dizendo que, de Parati, saiu o jovem Salvador Carvalho do Amaral Gurgel, provavelmente por aquele caminho e, nas Minas Gerais, por ter pedido emprestado um Dicionário de Francês a Tiradentes, foi envolvido na trama que culminou com a sua deportação para a África, juntamente com outros vultos tão inocentes quanto ele.

Já é tempo que se faça alguma coisa para perpetuar o nome desse fluminense que, ao partir para o degrêdo, pediu a devolução do seu material cirúrgico para usá-lo em terras africanas, onde viveu, constituiu família e morreu.

Com a abertura do Caminho Novo, em princípios do Século XVIII, ainda cortando as terras fluminenses, vamos encontrar o Alferes de Cavalaria, Joaquim José da Silva Xavier, comandando a Patrulha do Caminho Novo e bastante relacionado no trajeto que, de Barbacena, levava ao Rio de Janeiro. O Caminho era longo e obrigava a paradas em pousos ou estalagens e sempre, pelo seu gênio alegre, o Alferes era bem recebido nesses locais e nas fazendas existentes nesse percurso, como a de Cebolas, no atual município de Paraíba do Sul. Confirmando isso, temos a notícia que, depois do suplício, um dos membros de seu corpo foi ali exposto para exemplar o povo...

Anos antes, nessa mesma Paraíba do Sul, separada do território mineiro pelo rio Paraibuna, dizem ter sido batizada a menina Cândida Mariana de Oliveira Bello, nascida no Registro da Paraibuna e filha do português Coronel Luís Alves de Freitas Bello e da mineira Ana Quitéria Joaquina de Oliveira. Seu pai era, na época, administrador do Registro, ponto de parada obrigatória a quem se dirigia para o interior do Brasil. O Coronel e mais dois irmãos foram ouvidos por ocasião da Devassa e protestaram inocência, o que muito os aborreceu, mesmo considerados inocentes.

Anos depois, a menina Cândida Mariana, já moça, casou-se com o Tenente de Fuzileiros, Francisco de Lima e Silva, sendo mãe do futuro Duque de Caxias.

O Coronel Freitas Bello tinha outra filha que se casou com o português Joaquim Silvério dos Reis, o delator do movimento planejado por aqueles patriotas em Minas Gerais. Chamava-se ela Bernardina Quitéria, e desse modo Joaquim Silvério dos Reis passou a ser tio, por afinidade, de Luís Alves de Lima, o Pacificador.

Após a Devassa, o Coronel Freitas Bello mudou-se para Campos, ao norte da Capitania, e foi administrador das fazendas do Visconde de Asseca, por volta de 1793. Para a mesma região, São Salvador dos Campos dos Goitacazes, levou seu genro português e, em 1796,

segundo Alberto Lamego, os moradores da Vila representaram ao Rei contra os dois conterrâneos. Na história dessa região encontramos, mais tarde, seu filho Joaquim Silvério dos Reis Montenegro, sobrenome que tomou o Delator e que foi adotado por seus filhos e netos. Em 1833, a Regência Trina, da qual fazia parte Francisco de Lima e Silva, nomeou, para Coronel Chefe da Legião da Guarda Nacional daquela Vila, o citado Montenegro.

Paraíba do Sul num extremo, Campos no outro e, no meio, a Vila da Estrela, hoje extinta, local onde nasceu Luís Alves de Lima, da estirpe dos Lima e Silva, que tantos nomes fluminenses deu à Pátria Brasileira, colocam a velha Província dentro dos grandes movimentos nacionalistas.

DE RELATO EM RELATO...

Maria Lúcia de Souza Rangel RICCI

A história da cidade de Campinas se nos apresenta com múltiplos aspectos a serem ainda desvendados o que, em verdade, não constitui novidade, em decorrência da importância que sempre teve no contexto nacional desde sua fundação até nossos dias.

Na contemporaneidade não se tem mais apenas relatos esparsos ou gravados na documentação oficial onde, por vezes, alguns extremados bairristas deixaram suas impressões, uma vez que contamos hoje com várias publicações, dissertações de mestrado, teses de doutorado, depoimentos orais, além do trabalho que pelo menos há quinze anos vem sendo realizado pelo Centro de Memória - UNICAMP, para melhor analisar e complementar a historiografia campineira.

Todavia, vale sempre revisitar, quando encontrados, muitos textos esparsos, para que, paulatinamente, vá se tendo outros olhares sobre a história da cidade.

Nesse sentido são as - **Reminiscências de Campinas** - um singelo opúsculo, com lembranças deixadas da infância e adolescência por uma dama da sociedade campineira de outrora - D^a Vitalina Pompêo de Camargo - com linguagem simples e eivada de saudades, que a fez reviver sua terra natal.

Ao longo de trinta e sete páginas procurou enfatizar, de um lado, as amizades duradouras sobretudo em família, as festas atraentes que sempre eram realizadas, a demonstrar o poderio econômico dos barões do café e, de outro, com detalhamento, demonstrou a influência de alguns imigrantes estrangeiros que a Campinas chegaram e que ao trabalharem com as plantas da terra acabaram por difundir curas para vários males,

chegando mesmo a serem recorridos por competentes médicos da época descrita (1880-1910), muito embora os farmacêuticos natos não os vissem com bons olhos pela crescente influência exercida nos moradores tanto da zona rural quanto urbana.

Mas não ficariam aí suas **Reminiscências**: falou ainda dos colégios, da instrução, da cultura da gente campineira, da hospedagem acolhedora, das artes, dos músicos, das associações musicais... Entretanto, me chamou a atenção, principalmente com o intuito de poder melhor vivenciar a mentalidade da elite campineira de outrora, a maneira como se referiu à escravidão, a postura e o papel do escravo e depois do homem livre, da sua maneira de viver e sentir, do tratamento a ele dispensado, além do enfoque sobre a atuação que a mulher campineira poderia vir a desempenhar.

Claro que a educação da mulher de alta sociedade a partir de meados do século XIX, a colocava entre dois caminhos: ou o do casamento ou o do convento. Para tanto, havia toda uma formação que passava da prática religiosa e da caridade ao esmero de bem receber, bordar, tocar piano e aprender a ser submissa. Por isso mesmo é admirável alguém, fruto dessa sociedade, haver deixado algumas páginas escritas, apesar de eivadas de sentimentos confusos, impregnadas da influência patriarcal de seu meio mas que, cá e acolá, deixou entrever a vontade que sentiu em que essa sociedade fosse mais igualitária e que as mulheres pudessem agir mais livremente a fim de cooperarem de fato para o desenvolvimento não apenas da família mas também de sua cidade.

Acreditava que Campinas poderia caminhar nesse sentido, principalmente para acabar de vez com o "boato" (assim ela se referiu) de que aqui fora a cidade onde os negros receberam o pior tratamento no Brasil. Para tanto, narrou alguns momentos em que (e há aí generalizada confusão de papéis) brancos e negros estiveram batalhando lado a lado para interceptar a ação de maus elementos que tentavam perturbar a vida da então pacata cidade, além de mencionar como as amas de leite "respeitavam, gostavam e eram gratas" (as expressões são dela...) aos seus amos. Por serem elas dessa maneira tão de dentro das famílias, acreditava Da Vitalina que, junto com suas senhoras, poderiam ter dinamizado o relacionamento entre todos. Por outro lado, admirava as relações de compadrio, propondo que estas continuassem para sempre,

além de haver também sugerido incentivo às festas patrióticas, a fim de que a vida pudesse prosseguir feliz e harmoniosa para todos (não viu em nenhum momento as dificuldades e opressões pelas quais passavam os negros, embora deixe entrever nesse seu relato os preconceitos existentes contra eles e também com relação a mulher). Isso levou-me a inferir que, ao lado de suas lembranças não quis privatizar seus sonhos em prol da cultura, da paz e da justiça, o que me fez refletir uma vez mais na oportuna expressão de Paulo Freire, quando dizia: *Ai daqueles, entre nós, que pararem com a sua capacidade de sonhar, de inventar a sua coragem de denunciar e de anunciar; ai daqueles que, em lugar de visitar de vez em quando o amanhã, o futuro pelo profundo engajamento com o hoje, com o aqui e o agora; ai daqueles que em lugar desta viagem constante ao amanhã se atrelem a um passado de exploração e rotina.*

Vale dizer ainda que, como toda reconstrução histórica tende a esclarecer, de um lado, os fatos e de outro, um discurso que os envolve, significa colocar também que o fato de alguém recordar algo está sempre articulado com várias reminiscências de outros indivíduos, numa configuração sócio-cultural determinada, fruto das mudanças produzidas ao longo do processo histórico, sejam elas de caráter econômico, político e até religioso, mas que tenham levado a um impacto tanto no social quanto no individual.

Daí o significado da análise do(s) relato(s) produzido(s) num contexto particular, mas que, de alguma maneira esteja(m) umbricado(s) no social. E este é o caso do presente *naif* testemunho, datado de 1951, havendo, por certo, muitos outros a serem ainda encontrados e investigados.

AS RELAÇÕES ENTRE A CARTOGRAFIA E A PINTURA NA HOLANDA NO SÉCULO XVII: ALGUNS DADOS

Duílio BATTISTONI FILHO

Nos estudos da História da Arte é grande a relação que existe entre a cartografia e as imagens e tem despertado o interesse dos historiadores pelo assunto. Os mapas nos fornecem a descrição de um lugar, dados quantitativos e rotas geográficas, enquanto que as imagens são mais evocativas e visam, antes de tudo, nos dar certa qualidade de um lugar que o observador tem dele.

A arte tem contribuído, através dos tempos, para o conhecimento geográfico de uma região. Só para dar um exemplo, em 1850, *a pintura de paisagem foi usada para servir ao mapeamento de uma região*, quando o Congresso dos Estados Unidos encomendou litografias de paisagem do Oeste como preparação para escolher uma rota para a construção da ferrovia continental.

Os cartógrafos e geógrafos nunca negaram o componente artístico dos próprios mapas. É lugar-comum na literatura cartográfica assinalar que os mapas combinam arte e ciência, e a grande época dos mapas holandeses do século XVII oferece um magnífico exemplo desse fato. Não nos esqueçamos que o **Atlas Histórico** é uma invenção holandesa. Conta-se que, em 1663, Luis XIV foi presenteado com um Atlas do Mundo em doze volumes, obra do geógrafo holandês Willem Jansz Blauer, com uma introdução explicativa enaltecendo a Geografia **como o olho e a luz da História** e a importância dos mapas que permitiam às pessoas contemplar em casa, e bem diante de seus olhos, coisas que estavam extremamente distantes. A observação de Blaeu é uma introdução

apropriada a um Atlas de imagens que registram grandés viagens e explorações.

Uma grande variedade de pessoas tomou parte na explosão por que passou a ilustração geográfica no século XVI. Muitas razões podem ser dadas para essa explosão: operações militares, demanda de notícias, comércio, recursos hídricos e geológicos, entre outras. Um aspecto geral é a confiança nos mapas como forma de conhecimento e um enorme interesse nos aspectos particulares desse conhecimento.

A conexão entre mapas e criação pictórica remonta, pelo menos, à **Geografia de Ptolomeu**. Este monarca era tão cuidadoso com os aspectos geográficos, quanto o era com relação ao papel do artista. Argumentava que o termo **graphikos** se referia a um criador artístico, e **grapho** representava corografia, topografia, termos usados para definir seu campo de estudo. Com a sua descoberta, tradução e ilustração, o texto ptolomaico se inseriu na tradição verbal e pictórica da Renascença.

É importante assinalar a aura de conhecimento que cercava os mapas enquanto tipo de imagem. Sua execução envolvia a posse de um tipo especial de habilidade que não se deve subestimar quando se considera a relação da arte com a cartografia.

A arte holandesa, como os mapas, estava à vontade com suas conexões com a estampa e a escrita. Não só os artistas holandeses eram frequentemente autores de estampas, acostumados a colocar imagens sobre a superfície de uma página impressa, como também se sentiam à vontade com as inscrições, os rótulos e até mesmo com a caligrafia. Os artistas e geógrafos estavam relacionados não só genérica como também especificamente em descrever o mundo e seus aspectos artísticos.

Dois tipos de imagem são inerentes à cartografia em sua fonte e natureza: a paisagem e a vista topográfica da cidade. Paisagem e cartografia estão ligadas na Holanda no século XVII pela noção do que é desenhar. Em muitas paisagens cartografadas, assim como em mapas de pequenas áreas, as cidades - com suas torres de igrejas, moinhos de vento e arvoredos - aparecem como balizas, marcas sobre a terra como para guiar os viajantes, e não como evocações de coisas particulares. A cartografia permite-nos descrever com mais exatidão a natureza em sua totalidade.

Na Holanda, com sua terra plana e relativamente desarborizada, os grandes projetos de aterramento e água, de um lado, e a atividade militar, de outro, contribuem para a procura de mapas detalhados. Embora sua planura seja semelhante a um mapa, era difícil obter um lugar vantajoso de onde pudesse olhá-la. Os holandeses aproveitavam toda oportunidade que podiam para galgar suas numerosas torres e dunas costeiras com esse intuito. Na verdade, esses mesmos aspectos - condição de seu mapeamento - são alguns dos motivos das imagens cartografadas.

Os mapas eram considerados como se fossem descritivos como eram as pinturas. Nos escritos dos geógrafos, era lugar-comum falar de um mapa como algo que colocava o mundo ou um lugar diante dos olhos do observador. A cosmografia reflete a imagem e a aparência do mundo tal como um espelho reflete o nosso rosto. Noutras palavras, vemos a pintura e a imagem da terra. Jan Micker, pintor holandês, pintou literalmente a Amsterdã cartografada, unindo a natureza gráfica do mapa às qualidades semelhantes de uma pintura.

Nessa ocasião, os mapas eram guardados longe das vistas dos curiosos pelo simples fato de poder revelar informações confidenciais de um país para outro e que pudessem pôr em risco a segurança de um país. É público e notório que as Companhias de Comércio holandesas guardavam suas cartas marítimas contra os competidores. Há um relato interessante de Isaac Massa - um ex-representante holandês na Rússia - no qual ele nos fala da dificuldade que teve em Moscou para obter um mapa da cidade, pois o governo russo proibia a entrega ou empréstimo de um mapa a um estrangeiro. Esse medo evoca não só uma velha ansiedade russa em relação aos estrangeiros, mas também uma valorização seiscentista do conhecimento transmitido em forma de mapa. Noutras palavras, dá-se muita ênfase ao valor de uma imagem. Mesmo para a pessoa do lugar, ou para o viajante em Moscou, o mapa permitia ver algo que de outro modo seria invisível. Dizê-lo dessa maneira é chamar a atenção para aquilo que os mapas têm em comum com outras imagens holandesas da época, imagens que estavam associadas com, e eram usadas para registrar, o que era visto num microscópio, algo que também seria de outro modo invisível. Como as lentes, os mapas eram referidos como óculos que colocam os objetos diante do olho. O gênero de vistas topográfico de cidade é um exemplo clássico que encontramos na arte holandesa. É o caso da pintura

Vista de Delft de Vermeer, brilhante exemplo da transformação de um mapa em pintura que o impulso cartográfico engendrou na arte holandesa. O artista procura repor a cidade com sugestões que revelam intimidade da habitação humana, quando a cidade amanhece e muitos de seus habitantes estão conversando à beira-mar. Outro quadro seu **Arte de Pintar** capta com maestria uma grande quantidade de conhecimentos históricos e geográficos. Nele o pintor compara a figura feminina (Clio) e o mapa. Ela é enfeitada com louros, segurando uma trombeta e um livro. O mapa que está à sua frente é uma imagem que funciona como uma espécie de descrição da Holanda cuja orla marítima estava coalhada de navios e com vistas de suas maiores cidades.

O gosto pelas vistas e detalhes topográficos fizeram com que o diácono Pieter Pourbus - pintor, cartógrafo e agrimensor representante da guilda de São Lucas em Antuérpia - usasse as mais modernas técnicas de agrimensura para produzir os seus notáveis mapas.

Na Holanda renascentista, os artistas eram empregados na execução de todos os tipos de mapas e plantas. Sabe-se que os mapas ali eram vendidos pelos comerciantes que comerciavam outros tipos de gravura. O editor cartográfico Nicolas Visscher foi responsável pelo mapa representado na *Arte de Pintar* de Vermeer.

Interessante observar que, embora a cartografia possa servir de signo de propriedade da terra, ela não exhibe, por sua natureza, signos pictóricos de autoridade. O que os mapas apresentam não é a terra possuída, mas conhecida em muitos aspectos. A propriedade fundiária tinha irrelevância política e social. O importante para os holandeses era a liberdade de cartografar a terra. O quadro de Rembrandt, **O campo de Golweigher**, é um exemplo interessante do modo cartográfico holandês.

Quando os mercadores holandeses investiam em casas de campo, o que eles queriam ver eram os seus retratos e os retratos de suas casas - a expressão de uma boa vida - e, não o poder sobre a natureza e a terra. Diferente acontecia na Inglaterra, cujas casas representavam sinais de riqueza e autoridade.

Um viajantena Holanda confirmou que mesmo as residências de sapateiros e alfaiates exibiam em suas paredes mapas de marinheiros graças aos quais, comentava ele, podia se conhecer as Índias e sua história. A história mapeada pode oferecer uma visão isolada ou talvez

mesmo culturalmente imparcial daquilo que deve ser conhecido no mundo.

O registro holandês de sua efêmera colônia no Brasil é um caso extraordinário a esse respeito. O país é pintado com suas feitorias circundando a terra, de um lado, e vistas de nativos trabalhando na terra, de outro. O que se nota é que os registros pictóricos são representados e não os verbais. A equipe sem precedentes de observadores que o príncipe Maurício de Nassau reuniu incluía homens peritos em História Natural e em Cartografia, e também em Desenho e Pintura. Eles reuniram um registro pictórico único da terra brasileira, sua flora e suas coisas exóticas. Basta observarmos, para tanto, as pinturas de Albert Eckhout, com seus relatos fabulosos sobre a paisagem pernambucana, que tanto fascinavam os europeus. Para concluir, podemos dizer, que nenhuma cultura reuniu tantos conhecimentos através das imagens como os holandeses.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- 1 - HAUTECOEUR, Louis. História Geral da Arte. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1963, vol. 4.
- 2 - LEITE, José Roberto Teixeira. A Pintura Holandesa no Brasil. Rio de Janeiro, Edições GRD 1967.
- 3 - MAHLER, Jane Gaston. Histoire Mondiale de l'art. Marabout Université, 1966.
- 4 - Map. In: Encyclopaedia Britannica, vol. 14, 1962.
- 5 - ALPERS, Svetlana. A Arte de Descrever: A Arte Holandesa no Século XVII. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.
- 6 - VIEIRA, Neuza Machado. As Funções dos Mapas na Pesquisa Histórica. In: Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica. Anais da IV Reunião, 1985.

O BRASIL HOLANDÊS ATRAVÉS DOS LIVROS

Leonardo Dantas SILVA

Quando de sua estada em terras do Brasil (1637-1644), o Conde João Maurício de Nassau fez reunir o material necessário para um amplo programa editorial visando divulgar esta parte do Novo Mundo para a Europa de então. Ao retornar aos Países Baixos, após sete anos em terras brasileiras, contratou os serviços do conhecido humanista Gaspar van Baerle ou, como veio a ser conhecido, Gaspar Barlaeus (1584-1648), professor do "*Athaeneum Illustre*" de Amsterdam, que, apesar de nunca ter estado no Brasil, veio a ser autor do mais belo livro sobre o período holandês.

Para a realização do seu intento, João Maurício franqueou seus arquivos, e o restante da documentação foi coletado através de pessoas que estiveram no Brasil, dentre as quais o judeu português Gaspar Dias Ferreira, amigo pessoal do conde. Nada foi poupado em favor da bela edição, que aparece impressa em Amsterdam em 1647 com o título *Casparis Barlaei - Rerum Per Octenium in Brasilia Et alibi nuper gestarum, Sub Praefectura Illustrissimi Comititis I. Mavritii, Nassoviae* etc. Impresso na tipografia de Joannis Blaeu, no formato 46x29cm., trazendo como folha de rosto uma bem elaborada gravura e um retrato do conde assinado por Theodoro Matham (1605-1660), o livro é composto de 340 p., com 56 gravuras impressas em papel especial, das quais 24 são mapas e plantas de sítios e fortificações; as 31 restantes são cenas da frota holandesa, combates navais, paisagens e vistas marinhas; 27 levam a assinatura de F. Post (1612-1680) e 15 datam de 1645. Estas gravuras teriam sido executadas em lâminas de cobre por Jan Broosterhuisen (c 1596-1650) e, segundo alguns autores, por Salomon Savery, a quem foram confiadas as gravações das batalhas navais. O conjunto de mapas é de autoria de

George Marcgrave e o de nº 40, no qual aparece o Recife e seus arredores em 1644, parece ser obra do conhecido cartógrafo Cornelis B. Golijath. Os mapas do Brasil Holandês, formados pelo conjunto de George Marcgrave, reaparecem, em 1659 e 1667, constituindo um grande painel mural com ilustrações de Frans Post.¹

Trata-se de um dos mais belos livros já produzidos sobre o Brasil, com descrições de regiões da África e um mapa do Chile (não numerado), cujas cópias foram presenteadas por João Maurício a diversas personalidades da época. As encadernações originais foram elaboradas em pergaminho, com ilustrações feitas por gravuras em cobre, existindo, ainda, cópias com gravações em ouro e outras aquareladas.

A primeira edição foi escrita em latim (1647), sendo depois traduzida para o alemão (1659) e, na sua íntegra, para o holandês (1923); nesta última por Samuel Pierre L'Honoré Naber, numa tiragem reduzida de 160 exemplares. No Brasil, a obra foi traduzida para o português pelo Prof. Cláudio Brandão, em 1940, tendo o Ministério da Educação a publicado em duas apresentações, a primeira com 45,5 cm x 31,5 cm, com as reproduções da edição original em zincogravura, e outra em menor tamanho sem ilustrações. Por ocasião do transcurso do terceiro centenário do falecimento de João Maurício de Nassau-Siegen, a Prefeitura da Cidade do Recife fez publicar, em 1979, uma nova edição do livro de Gaspar Barlaeus, em tamanho de um oitavo, com as ilustrações obtidas diretamente da edição de 1647 e reproduzidas em papel couché textura pelo sistema offset.

A produção científica de Willem Piso (1611-1678) e de George Marcgrave (1610-1644) aparece em 1648 quando da publicação da obra *Historia naturalis Brasiliae* etc., impressa em Amsterdam, no formato 38 cm x 35 cm por Elzevier. A edição contou com a colaboração de Joannes de Laet, autor de *L'Histoire du Nouveau Monde ou Description des Indes Occidentales*., impressa em Leiden em 1640, que a pedido do Conde João Maurício de Nassau, se encarregou da compilação e tradução das notas de George Marcgrave, prematuramente falecido na África em 1644. Em sua primeira edição, o livro reúne 429 ilustrações de autoria dos pintores da

(1) MORAES, Rubens Borba de. *Bibliographia brasiliiana* etc. 2ª ed. Revised and enlarged edition UCLA Latins American Center Publications. University of California, Los Angeles. Livraria Kosmos Editora, Rio de Janeiro [1983]. Prefácio de Ludwig Lauerhass, Jr. 2 v. il.

comitiva de Nassau e algumas xilogravuras do próprio Marcgrave, sendo aberto por uma folha de rosto magnificamente ilustrada por Theodoro Matham. Assinada por dois autores, tem os quatro primeiros livros de autoria de Willem Piso, *De Medicina Brasiliensi*, e os oito restantes de autoria de George Marcgrave, **História rerum naturalium Brasiliae**, os quais foram compilados e anotados por Joannes de Laet. Os oito livros finais tratam, os três primeiros de botânica, o quarto sobre peixes, o quinto sobre pássaros, o sexto sobre quadrúpedes e serpentes, o sétimo sobre insetos e o oitavo (escrito por Joannes de Laet) descreve a região do Nordeste do Brasil e seus habitantes. Esta última parte é de raro valor etnográfico e lingüístico, sendo utilizada na sua elaboração notas de Jacob Rabbi, notável intérprete a serviço dos holandeses, e o extenso vocabulário tupi compilado pelo padre José de Anchieta.²

Alegando imperfeições na primeira edição, Willem Piso promoveu uma segunda em 1658, *De Indiae Utriusque re naturali et medica*, impressa em Amsterdam, nas oficinas de Ludovicus et Daniel Elzevier, no formato 36 x 22cm. A obra compreende seis livros do próprio Piso, reunidos sob o subtítulo *Historiae naturalis et medicae Indiae Occidentalis*, 332 p.; *Tractatus topographicus et metereologicus Brasiliae, cum Observatione Eclipsis Solaris*, 39 p., de autoria de George Marcgrave; *Historiae naturalis et medicae Indiae Orientalis*, 160 p., de autoria de Jacobi Bonti e um estudo sobre a *Mantissima aromatica*, do próprio Piso. Esta edição é aberta por uma notável folha de rosto, gravada em lâmina de cobre provavelmente por Theodoro Matham, a qual se sucedem cinco páginas sem numeração. Os originais da obra encontram-se na Biblioteca Albertina, em Viena, sendo as duas edições ainda hoje muito consultadas pelos estudiosos da matéria contida em seus capítulos.

Em 1942, a *Historia naturalis Brasiliae* etc. veio a ser traduzida para o português pelo monsenhor José Procópio de Magalhães, sob o título *História Natural do Brasil*, numa publicação do Museu Paulista e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, *in folio*, 25,5 cm. x 39 cm., com a reprodução da folha de rosto, iluminuras e desenhos da edição de 1648. Prefácio de Affonso de E. Taunay. 298 p + CIV.

Outro livro de rara beleza iconográfica é o poema de Franciscus Plante, *Mauritidos*, dedicado ao Conde João Maurício de

(2) MORAES, Rubens Borba de. Op. cit.

Nassau, de quem era capelão. A obra, datada de 1647, impressa em Amsterdam por Joannis Maire, tem o formato de 42 cm x 30 cm, 205 p., sendo ilustrada por 20 gravuras (anteriormente publicadas no livro de Gaspar Barlaeus), quatro mapas desdobráveis (Ceará Pernambuco Paraíba e Pernambuco Boreal) um retrato de João Maurício de Nassau (o mesmo do livro de Gaspar Barlaeus, gravado por Theodoro Matham) e outro do próprio Franciscus Plante, gravado por Jonas Suyderhoof. Já em 1872, esta obra era considerada por Fr. Mueller como um trabalho raro e magnífico.³

De extrema raridade é outro folheto (16 p. il.), que também leva a assinatura do reverendo Franciscus Plante, totalmente desconhecido pelos bibliógrafos e estudiosos que se dedicaram ao período holandês. Trata-se de um texto poético, com 16 páginas contendo preciosas ilustrações, sobre a tentativa da tomada da Bahia de Todos os Santos por frota comandada pelo Conde João Maurício de Nassau, publicado, sob o título *Legatio Pernambucensis*, impresso em Leiden, na oficina de Wilhelmi Christiani, em 1642. - O único exemplar conhecido deste precioso opúsculo encontra-se hoje na biblioteca do Prof. José Antônio Gonsalves de Mello, adquirido à Livraria Kosmos (Rio de Janeiro), em 8 de março de 1973.

Em 1979, quando do transcurso do tricentenário do seu falecimento, ocorrido em 20 de dezembro de 1679, na sua propriedade de Berg und Tal, nos arredores de Cleve, na Alemanha, foram editados no Recife: o álbum de gravuras *O Brasil que Nassau conheceu*⁴ e a notável obra de Gaspar Barlaeus, *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil etc.*,⁵ uma espécie de relatório dos sete anos do seu governo, magnificamente ilustrado com lâminas desdobráveis

⁽³⁾ MORAES, Rubens Borba de. Op. cit.

⁽⁴⁾ O BRASIL *que Nassau conheceu*. Organização de Leonardo Dantas Silva. Apresentação de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: SEC, Departamento de Cultura, 1979. (Coleção Pernambucana; 1ª fase, v. 20). Reprodução fac-similar *in folio* das ilustrações da 1. ed. da obra de Gaspar Barlaeus, impressa em Amsterdam (1647), 58 gravuras, 27 assinadas por F. Post (1612-1880) e 15 datadas de 1645.

⁽⁵⁾ BARLAEUS, Gaspar. *História dos feitos, recentemente praticados no Brasil*. Trad. Cláudio Brandão; Apresentação de Leonardo Dantas Silva; Prefácio de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1980. XIII, 410 p. il. 60 gravuras, reproduzidas em fac-símile da ed. de Amsterdam de 1647, 27 assinadas por Frans Post (1645). (Coleção Recife; v. 4).

assinadas por Frans Post e mapas de autoria de George Marcgrave e Cornelis Bastianszoon Golijath.

Do lado dos holandeses, a *História das Guerras Brasilicas* teve também os seus cronistas, com especial destaque para as obras de Johannes de Laet, Johan Nieuhof e Pierre Moreau.

Ao primeiro se deve a *Nieuwe Wereldt ofte Baschrijvinghe van West-Indien etc.*, cuja primeira edição foi impressa em Leiden em 1625, tratando do Brasil nos livros 14 e 15 quando descreve a tomada da Bahia (1624). A quarta edição desta obra, publicada em francês em 1640, *L' Histoire du Nouveau Monde ou, Description des Indes Occidentales*, com 14 mapas desdobráveis, ilustrações ao texto, 632 p., é da maior importância pois seu autor, além da conquista da Bahia, trata da tomada de Olinda e Itamaracá (1630), do Rio Grande do Norte (1634), da Paraíba (1635), sendo suas informações repetidas por outros cronistas e suas ilustrações reproduzidas em outras publicações da época. A primeira edição da obra foi traduzida para o português por José Hygino Duarte Pereira, *História ou annaes dos feitos da Companhia Privilegiada das Índias Occidentaes, desde o seu começo até ao fim do anno de 1623, por Joannes de Laet, Director da mesma Companhia*. Pernambuco: Typographia do Jornal do Recife, 1874. 84 p.

A obra de Johan Nieuhof, *Gedenkweerdige Brasiliaense Zee-en Lant-Reize, Behelzende Al het geen op dezelve is voorgefallen. etc.* Amsterdam, 1682, é indispensável para o conhecimento do período entre 1640 a 1649, quando ocorre a grande reação dos luso-brasileiros contra a invasão flamenga, movimento deflagrado em 13 de junho de 1645 e que ficou conhecido como a Insurreição Pernambucana. Publica ele inúmeros documentos apreendidos das forças locais de grande importância para o entendimento das causas da rebelião. Dele existe uma edição brasileira, *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil*, numa tradução de Moacir N. Vasconcelos, confrontada com a edição holandesa por José Honório Rodrigues. São Paulo: Livraria Martins, 1942. (Biblioteca Histórica Brasileira, v. 9).

Coube a Pierre Moreau escrever sobre os últimos dias do Brasil Holandês, quando da publicação do seu *Histoire des derniers troubles du Brésil. Entre les hollandais et les portugais*. Paris: Chez Augustin Coubre, 1651. 212 p. Chegado a Pernambuco em 1646, Moreau vem a

presenciar os acontecimentos que precederam a rendição dos holandeses, escrevendo suas impressões com base nas observações pessoais, desprezando a documentação oficial que tinha ao seu dispor. Seu livro, juntamente com o de Nieuhof, é, no dizer de José Honório Rodrigues, repleto de informações preciosas para a história social do período, sendo uma das fontes principais do ponto de vista holandês. Em 1979, numa edição conjunta da Universidade de São Paulo e Livraria Itatiaia Editora, foi publicado o livro de Pierre Moreau juntamente com o relatório de Roulox Baro, sob o título conjunto *História das últimas lutas no Brasil entre holandeses e portugueses e Relação da viagem ao país dos tapuias*, numa tradução de Leda Boechat Rodrigues, com nota introdutória de José Honório Rodrigues. 128 p.

Do lado dos luso-brasileiros, a história é contada com cores vivas pelos cronistas, que viveram o dia-a-dia da guerra, destacando-se as obras do donatário da capitania de Pernambuco, Duarte de Albuquerque Coelho, *Memórias diárias de la guerra del Brasil, por discurso de nueve años, empeçando desde el de MDCXXX*. Madrid: Diego Diaz de Carrera, 1654;⁶ Diogo Lopes Santiago, *História da guerra de Pernambuco e feitos memoráveis do mestre de campo, João Fernandes Vieira, herói digno de eterna memória, publicada inicialmente na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. v. 38-43. Rio: 1875;⁷ Frei Manuel Calado do Salvador, *O Valeroso Lucideno e Triunfo da Liberdade*. Lisboa: Paulo Craesbeeck, 1648;⁸ Francisco de Brito Freyre, *Nova Lusitania, historia da guerra Brasilica*. Lisboa: Off. Joam Galram, 1675;

⁽⁶⁾ COELHO, Duarte de Albuquerque. *Memórias diárias da guerra do Brasil 1630-1638*. Apresentação de Leonardo Dantas Silva; Prefácio de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981. 398 p. il. (Coleção Recife, v. 12). Inclui índice onomástico.

⁽⁷⁾ SANTIAGO, Diogo Lopes. *História da guerra de Pernambuco e feitos memoráveis do mestre de campo João Fernandes Vieira herói digno de eterna memória, primeiro aclamador da guerra*: 1ª edição integral segundo apógrafo da Biblioteca Municipal do Porto (Portugal). Apresentação Leonardo Dantas Silva; estudo introdutório de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco, 1984. 612 p. il. (Coleção Pernambucana, 2ª fase, v. 1). Inclui índice onomástico.

⁽⁸⁾ CALADO, Frei Manuel. *O valeroso lucideno e triunfo da liberdade*. 4. ed. Apresentação de Leonardo Dantas Silva. Prefácio de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco, 1985. 2 v. (Coleção Pernambucana, 2ª fase, v. 14). Inclui índice onomástico

ainda do mesmo autor, *Viagem da Armada da Companhia do Commercio e frotas do Estado do Brasil. Impressa por mandado de El Rey nosso Senhor, Anno 1655*,⁹ que juntos bem descreveram as lutas e outros importantes fatos da dominação holandesa, não esquecendo de ocorrências menores, usos e costumes da sociedade de então, bem como do comportamento de reinóis, mazombos (como eram chamados os filhos de portugueses nascidos no Brasil), holandeses, judeus (que durante este período estabeleceram no Recife a primeira comunidade organizada das três Américas), índios, negros e demais habitantes do Brasil Holandês, cujas fronteiras se estendiam do Rio São Francisco ao Maranhão.

De todos, o mais importante é o Frei Manuel Calado do Salvador (1584-1654), não só porque participou da guerra da resistência contra o invasor, mas também, e principalmente, por ter privado da amizade do Conde João Maurício de Nassau, que entre 1637 e 1641 foi o Governador do Brasil Holandês. Misto de guerrilheiro, pregador, poeta e cronista, esse religioso natural de Vila Viçosa (Portugal) consegue escrever a mais palpitante obra sobre o dia-a-dia da dominação holandesa, dando-lhes vida e movimento. A importância de seu *O Valeroso Lucideno* já fora ressaltada por Robert Southey, in *History of Brazil*. Londres, 1810. 3 v., e por Capistrano de Abreu, in *Memórias de um frade*. Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, 1905-06, v. 65, p. 18. Para José Antônio Gonsalves de Mello, "o seu livro é admirável, pois, além de ser o único que nos apresenta flagrantes reveladores da vida de portugueses e holandeses, da cidade e do campo, da guerra e dos salões dos palácios nassovianos, no período de 1630 a 1646, é escrito com uma vivacidade encantadora. Da fase anterior ao movimento restaurador, iniciado em 13 de junho de 1645, o frade em vez de escrever a crônica miúda, do dia-a-dia dos acontecimentos, apresenta-se em painéis, salientando episódios marcantes a que a sua pena - quase um pincel de mestre pintor - dá vida e movimento".¹⁰

⁽⁹⁾ FREYRE, Francisco de Brito. *Nova Lusitânia: história da guerra brasileira*. Postfácio de José Antônio Gonsalves de Mello. 2. ed. Recife: SEC - Departamento de Cultura, 1977. 588 p. il. (Coleção Pernambucana, 1ª fase, v. 5). Fac-símile da ed. de: Lisboa: Joan Galram, 1675. Inclui fac-símile da ed. da *Viagem da Armada* etc. Lisboa: Joan Galram, 1655.

⁽¹⁰⁾ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Frei Manuel Calado do Salvador: religioso da Ordem de São Paulo, pregador apostólico por Sua Santidade, cronista da restauração*. Recife: Universidade do Recife, 1954. p. 11-12.

O período da dominação holandesa no Brasil veio fascinar os mais diversos autores que, a partir do século XIX, vieram centralizar nele os seus estudos e pesquisas. Assim surgiram os trabalhos de Pieter Marinus Netscher (1824-1903), onde pela primeira vez são utilizados parte dos documentos brasileiros conservados nos Arquivos dos Estados Gerais, o que gerou a publicação em francês sob o título: *Les hollandais au Brésil: notice historique sur les Pays-Bas et le Brésil au XVII siècle*. Haia: Belifante Frères, 1853. 210 p. Anos mais tarde coube a um brasileiro, Francisco Adolpho de Varnhagen (1816-1878), escrever sobre o mesmo assunto quando da publicação de *História das lutas com os Holandezes no Brasil, desde 1624 a 1654*. Vienna d' Áustria, 1871. 365 p., que teve no ano seguinte uma "nova edição melhorada e acrescentada", com 401 p., acrescida de índices. Estas edições de Varnhagen, no entanto, são superadas pelo seu próprio autor, quando da publicação da segunda edição de sua *História Geral do Brasil, antes de sua separação e independência de Portugal. Muito argumentada e melhorada pelo autor*. 2. v. Rio de Janeiro: E. & H. Laemmert, s.d. [1877]. A obra recebeu uma edição mais apurada, com notas de Capistrano de Abreu, quando de sua terceira edição, Rio de Janeiro e São Paulo: Laemmert & C., 1907. 522 p.

Por iniciativa do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, instituição fundada no Recife em 1862 ainda em funcionamento, os estudos sobre o domínio holandês no Brasil passaram a ter grande interesse a partir da missão do pesquisador José Hygino Duarte Pereira (1846-1901) em arquivos dos Países Baixos, efetuada entre os anos de 1885 e 1886, cujo relatório é publicado na edição do *Diário de Pernambuco* de 2 de setembro de 1886. Trabalhou ele particularmente nos Arquivos dos Estados Gerais e no Arquivo da Companhia das Índias Ocidentais, acervos incorporados ao Arquivo Geral do Reino dos Países Baixos de Haia em 1856, resgatando documentação das mais preciosas para o entendimento de tão importante período. No dizer de José Honório Rodrigues (op. cit.) a *Coleção José Hygino* "se constitui no maior acervo de documentos [sobre o Brasil Holandês] fora da Holanda", em sua grande parte desconhecida das pesquisas desenvolvidas por Netscher e por Varnhagen que ali trabalharam antes de 1856. No seu acervo encontra-se a documentação da Câmara da Zelândia, *Brieven en Papieren uit Brazilië*

(13 v.) e as *Dagelijkse Notulen* (12 v.), afora quatro outros volumes encadernados e quatro maços manuscritos, perfazendo o total de cerca de 13.200 páginas.

Graças a tão importante acervo documental, pôde Alfredo de Carvalho (1870-1916) e Francisco Augusto Pereira da Costa (1851-1923) publicar, na *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, algumas traduções de documentos preciosos bem como vários ensaios sobre o Brasil Holandês sem a necessidade de sair do Brasil; o mesmo acontecendo nos anos quarenta deste século com José Antônio Gonsalves de Mello, o que veremos mais adiante.

Em sua colaboração ao *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*, organizado por Rubens Borba de Moraes e William Berrien (Rio de Janeiro, 1949. p. 554), José Honório Rodrigues, comentando a obra de Hermann Watjen sobre o período, *Das Holländische Kolonialreich in Brasilien: ein kapitel aus der kolonialgeschichte des 17.* Gotha, 1921. 352 p., diz ser este "o melhor estudo até hoje realizado sobre o domínio holandês no Brasil. Bem planejado, bem pensado, este livro impõe-se como o mais completo sobre o assunto. Isso não importa em lhe reconhecer caráter decisivo ou indiscutível, como acreditam alguns. Muitas questões precisam ser reexaminadas, muitas pesquisas novas esclareceram dúvidas do autor e, principalmente, deve ser indicada a sua parcialidade na utilização das fontes. A irrestrita irritação pelos documentos e livros luso-brasileiros é fato indiscutível, que muito prejudica e invalida algumas conclusões". Existe desta obra uma tradução brasileira de Pedro Uchoa Cavalcanti, sob o título: *O domínio colonial holandês no Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1938. 560 p.

Dois anos antes da publicação do *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*, porém, José Antônio Gonsalves de Mello revelava ao público interessado no tema o mais completo estudo sobre o período, quando do lançamento do seu livro *Tempo dos Flamengos - Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1947. Prefácio de Gilberto Freyre. 328 p. il. com índices. (Coleção Documentos Brasileiros; 54). Como se respondesse aos anseios dos críticos da bibliografia publicada até então, o autor, apoiado em extensa bibliografia e na documentação reunida por José

Hygino Duarte Pereira, aborda com maestria a influência dos holandeses na vida urbana e na vida rural, bem como sua atitude para com os negros e a escravidão, para com os índios e a catequese, para com os judeus e as religiões católica e israelita. A obra teve uma segunda edição, 5.000 volumes, em 1978 e uma terceira, 3.000 volumes, em 1987.¹¹

Sobre o período holandês o mesmo autor desenvolveu estudos vários,¹² utilizando-se para isso dos conhecimentos obtidos quando de suas pesquisas em arquivos dos Países Baixos (1957-1958) e de suas constantes investigações em arquivos portugueses, ingleses e espanhóis (Simancas, Sevilha e Canárias). Durante cerca de 40 anos José Antônio Gonsalves de Mello reuniu invejável documentação sobre a presença de cristãos-novos e judeus na capitania de Pernambuco, durante a primeira fase da colonização e quando da dominação holandesa. Estudos neste sentido lhe valeram a publicação do livro *Gente da Nação - Cristãos-novos e judeus em Pernambuco 1542-1654*. Recife: FUNDAJ - Editora Massangana, 1989. 552 p. il. (Estudos e Pesquisas; 65), a mais importante obra sobre a presença de cristãos-novos e judeus no Brasil colonial, a partir de 1542, com destaque para o funcionamento da primeira comunidade judaica organizada em terras da América, a *Zur Israel* do Recife, formada por judeus sefardins portugueses e alguns poucos ashkenazins vindos dos Países Baixos para o Brasil Holandês. Com a expulsão dos holandeses, em 1654, cerca de 150 famílias da comunidade retornaram a Amsterdam, migrando algumas delas para ilhas do Caribe e 23 de seus membros, entre adultos e crianças, chegaram por conta do destino à América Inglesa onde, na Nova Amsterdam, fundaram em setembro de 1654 a primeira comunidade judaica daquela que veio a ser a cidade de Nova York. A obra inclui, além de índice onomástico, um dicionário biográfico dos judeus residentes no

(11) MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos - Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte do Brasil*. Prefácio de Gilberto Freyre. 2. ed. Recife: SEC. Departamento de Cultura, 1978. 294 p. il. (Coleção Pernambucana, 1ª fase, v. 15). Inclui bibliografia e índices onomástico e de assuntos; 3. ed. aum. Recife: FUNDAJ - Editora Massangana, 1987. 306 p. il. Bibliografia, índices onomástico e de assuntos.

(12) Ver: GASPAS, Lúcia. *José Antônio Gonsalves de Mello: cronologia e bibliografia*. Recife: Editora Universitária da Universidade Federal de Pernambuco. Associação Nacional de Professores Universitários de História, 1995. 57 p.

Nordeste do Brasil, no período compreendido entre 1630 e 1654. *Gente da Nação* logo esgotou-se fazendo-se necessária uma segunda edição, em 1996, com sua tiragem estabelecida em 3.000 volumes.¹³

⁽¹³⁾ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Gente da nação: cristãos-novos e judeus em Pernambuco 1542-1654*. Apresentação de José E. Mindlin. 2. ed. Recife: FUNDAJ. Editora Massangana, 1996. 552 p. (Série Descobrimientos, v. 6). Inclui índice onomástico e dicionário biográfico dos judeus residentes no Nordeste do Brasil (1630-1654).

CIVILIZAÇÃO VERSUS INDIGENISMO

Gilberto E. CHAUDON

Com as comemorações dos quinhentos anos do descobrimento do Brasil ressurgiu o velho e polêmico tema da discussão sobre as conseqüências que representou para as populações nativas a chegada dos portugueses que pela primeira vez punham os pés neste país. Sem qualquer contestação possível, de imediato chegamos à conclusão que a chegada dos nossos descobridores representou, para os indígenas que ocupavam este vastíssimo território, um impacto que muito cedo provou ser-lhes nefasto. Os intrusos não eram santos, apenas homens tidos por civilizados, que aqui aportaram como meros conquistadores, que tinham ambições de glória e, mais que tudo, de enriquecimento.

Nosso primeiro cronista, talvez um dos poucos que ainda tinham uma visão mais romântica sob e o desfecho da navegação que acabava de chegar a bom termo, assim se expressou no final de sua célebre carta dirigida ao rei Dom Manuel: "... Em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por causa das águas que tem! Contudo, o melhor fruto que dela se pode tirar parece-me que será salvar essa gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar. (...) Quanto mais, disposição para se nela cumprir e fazer o que Vossa Alteza tanto deseja, a saber acrescentamento da nossa santa fé".

Cinco séculos decorridos, seria o momento para uma profunda meditação sobre o nosso comportamento e os resultados do nosso povoamento, colonização e evangelização do imenso Brasil. Foi longo o período de povoamento e colonização de nossa terra, todo ele pontilhado de lutas, esperanças, acertos e confrontos que marcara a nossa História com acontecimentos significativos. Muitos deles heróicos, outros não tanto...

Muito cedo uma dura realidade foi pondo uma pedra de cal sobre os nobres propósitos de “salvar essa gente” manifestados na carta de Caminha. Os jesuítas, enfrentando todos os sacrifícios, entregavam-se bem ou mal à sua missão de catequese e evangelização dos indígenas. Mas, o que podiam eles contra as cruéis expedições que os colonizadores sedentos de resultados pecuniários em seus incipientes empreendimentos da indústria canavieira e outros organizavam para prear a ferro e fogo os índios que ocupavam “seus” territórios, agora na posse dos “intrusos”?

Promovendo êxodos imensos de tribos acossadas pelos colonos armados em “bandeiras”, os índios foram aos poucos sendo empurrados para fora do seu “habitat”, dispersando-se dolorosamente de um para o outro lado, rompidos todos os laços de suas tribos de origem. E a morte ia ceifando centenas e milhares desses infelizes donos de terra que era cerca de seis milhões de seres humanos, para só restarem deles nos dias de hoje cerca de trezentos mil, segundo declaração do atual presidente da Funai em entrevista concedida à imprensa!

Modernamente, o Brasil - por inspiração do benemérito Rondon, ele mesmo um descendente de índios - tem adotado uma política de proteção aos índios, através de preceitos constitucionais, dispondo de um órgão oficial para tutelar seus interesses como cidadãos. Mas apesar de tudo o que essas boas intenções possam indicar, os índios em nosso país continuam segregados a alguns bolsões chamados de “reservas indígenas”, sujeitas a um estatuto controlado pela Funai. Mas os “indivíduos” índios, esses continuam considerados criaturas estranhas ao nosso “meio civilizado”. Isso é uma realidade que não há como negar. Evangelizados? Sim, eles o têm sido em maior ou menor número, com muitas conversões ao cristianismo mais de aparência do que sinceramente conscientes. Através dos séculos, os índios brasileiros foram escravizados de alguma maneira, recebendo bons tratos ou castigos desumanos; milhares de índias - Iracemas, Moemas ou Jupiras - foram estupradas nesse imenso Brasil, por indivíduos que professavam a religião do Amor e da Caridade. Como conciliar essas duas realidades?

Ao iniciar estas nossas reflexões, estávamos convictos da inexorabilidade da absorção do elemento indígena que habitava o Brasil, pelos novos ocupantes da terra. Uma inexorabilidade decorrente do próprio confronto - civilização versus “barbárie” - mas que analisado em

seus vários componentes, nos deixa pesarosos pelos sofrimentos que causou a tantos milhares de seres que apenas tinham contra si a desvantagem de não haverem atingido um grau de civilização mais avançado do que o da Idade da Pedra!

Hoje só nos resta flagelar-nos com o "mea culpa", e praticar para com os índios que ainda restam neste país, uma política de verdadeiro resgate das crueldades cometidas pelos nossos antecessores.

Não esqueçamos de tratar cada um dos nossos índios como um semelhante, dando-lhes todas as possibilidades para absorver as benesses da civilização que desfrutamos, respeitando seus direitos, tanto os materiais como os espirituais, abrindo-lhes todas as portas do nosso progresso para que possam ascender ao lugar que qualquer um deles possa pretender. Ao surgir qualquer querela entre eles e nós, lembremo-nos que nós somos os civilizados e eles as criaturas que ainda prezam acima de tudo sua perdida identidade. Sejamos Cristãos. Realmente, os índios brasileiros não têm muitas razões para festejar os 500 anos do nosso Descobrimento, que marcou, para eles, o início de sua Via-Crucis.

A origem do confronto entre os índios pataxós, da Bahia, e os brasileiros incumbidos de programar as festividades de 22 de abril em Baía Cabralia, nasceu de uma impensada e precipitada ordem da polícia baiana, ao mandar desmanchar um monumento que os índios pretendiam erguer no local, próximo ao local onde existe uma grande cruz assinalando a chegada dos portugueses na frota comandada por Pedro Álvares Cabral. Esse ato impensado, de puro cunho policialesco, exacerbou os ânimos dos indígenas já descontentes com uma série de reivindicações não cumpridas pelas autoridades brasileiras.

Segundo o noticiário da imprensa, cerca de mil índios, representando 20 tribos, teriam desembarcado dois dias antes em Brasília, quando se dirigiam ao sul da Bahia para as manifestações paralelas ao Descobrimento do Brasil. Na Capital Federal fizeram os índios uma grande manifestação de protesto, indo ao Congresso Nacional e ao Palácio do Planalto para falar com o Presidente. Com essa atitude criaram para as autoridades uma situação constrangedora, tendo havido momentos de tensão e notório mal-estar de parte a parte.

De há muito vemos com certa preocupação aumentar os pontos de atrito nas relações entre os índios e as autoridades brasileiras

que detêm a tutela dos remanescentes da imensa população nativa que ocupava o Brasil à época do seu descobrimento e conseqüente ocupação pelos colonos portugueses.

A História registrou as verdadeiras guerras em que os indígenas foram as vítimas, até que seu imenso contingente humano fosse reduzido aos poucos 300 mil que ainda restaram após quase quatro séculos de cruéis e renhidas lutas e capturas. Olhado por esse prisma o nosso descobrimento realmente só terá deixado nas mentes primárias dos silvícolas uma lembrança de sofrimentos e de injustos tratos. Não deve haver para eles motivação para festejar a chegada dos portugueses a terra de Pindorama.

Mas analisado por outro prisma, não podemos deixar de reconhecer que o destino dos indígenas, em qualquer parte do mundo, tem sido o mesmo. O choque entre culturas primitivas, algumas quase pré-históricas, e a Civilização a que o homem atingiu depois de uma longa caminhada pelas várias etapas de seu desenvolvimento mental e material, acabaria na lenta e inexorável extinção dos indígenas de qualquer etnia ou procedência, num mundo quase totalmente conquistado pela "civilização".

Poderá essa marcha ascensional e constante da Civilização ser detida por uma porcentagem ínfima de seres vivendo à sua margem, infensos a qualquer esforço de ascensão na escala evolutiva do ser humano? Creio que não há quem possa responder afirmativamente a essa indagação.

O problema se apresenta, pois, nos dias de hoje, na lenta e contínua absorção do elemento indígena, pela educação, empreendida com inteligência em sentido de verdadeira cruzada missionária leiga - a Cruzada da incorporação dos remanescentes indígenas à Civilização, obra a ser executada pacificamente e sem compulsão ou violência de qualquer natureza. O dever de cristãos nos impele para essa tarefa de alto mérito e de resultados seguros, seguindo a política pregada por Rondon, o General brasileiro filho de índia, e que tanto tentou fazer para trazer seus irmãos de sangue ao convívio da civilização. Façamos do século XXI que se inicia brevemente, o século da integração cultural dos remanescentes dos índios do Brasil. E o século XXI poderá se orgulhar dessa tarefa meritória.

Por enquanto esperemos que os ânimos exaltados demonstrados pelos índios que foram a Brasília há poucos dias se arrefeçam, e que compartilhem a seu modo das comemorações do nosso

Descobrimto, embora sem louv-lo (o que  perfeitamente compreensível), mas respeitando as nossas cerimnias de festividades programadas oficialmente.

Como tutelados da nao, nos termos da Constituio, os índios têm direitos assegurados em vários de seus artigos, tais como saúde, educao, propriedades de terras tradicionalmente ocupadas por seus antepassados, demarcao e respeito ao seu uso. Dar maior amplitude a todos esse direitos que já lhes são garantidos, parece-nos criar situaoes de confronto que poderão gerar maiores problemas para o futuro. Seria propiciar a formao de uma nao dentro da Nao já existente. O caminho acertado me parece ser o da natural absoro cultural e social dos elementos indígenas pela educao, até o dia em que todos os indígenas brasileiros estejam assimilados  nossa civilizao. Até lá, que as autoridades brasileiras cumpram e façam respeitar os direitos já assegurados aos índios pela nossa Constituio.

NABUCO E A FEDERAÇÃO

Manuel Correia de ANDRADE

Nabuco foi um político que demonstrou sempre uma grande preocupação com os problemas nacionais, dando até menor atenção à sua própria carreira política, fato que o tornou muito famoso, mas que o levou a perder numerosas eleições. Geralmente os políticos personalistas e ambiciosos são melhor sucedidos eleitoralmente do que os idealistas, o que faz com que ocupem melhores postos.

No caso de Nabuco, podemos afirmar que ele teve a sua vida política norteada por determinados ideais, como o da abolição da escravatura e da erradicação do monopólio da terra, o da libertação das províncias, com a transformação do Brasil em uma federação, o da modernização e manutenção da monarquia e o do panamericanismo, ou mais precisamente, do monroísmo.

Por estas idéias ele se bateu com denodo e com bravura, enfrentando uma opinião pública orientada contra as suas posições e temerosa de reformas.

A luta pela abolição ele a iniciou ainda estudante de direito, quando, em 1889, defendeu, em Olinda, um escravo que era processado por haver assassinado o seu senhor, conseguindo que ele não fosse condenado à morte. Em seguida, como deputado em várias legislaturas, defendeu a causa abolicionista, pregando, além da liberdade do escravo, a quebra do monopólio da terra, a fim de que o ex-escravo, transformando em pequeno produtor, atingisse a cidadania.

A segunda campanha foi iniciada, oficialmente, em 1885, quando o Império dava sinais de esvaziamento, com a campanha pela autonomia das províncias, esperando ele que com esta autonomia elas

viessem a ter maior liberdade e se organizassem de modo a manter a unidade do império, que fizessem com que o Segundo Reinado se continuasse em um terceiro, sob o cetro da princesa Izabel.

Alguns autores admitem não ser fácil manter um sistema federativo em uma monarquia, por considerarem que esta forma de governo conduz à centralização do poder. Ocorre, porém, que sendo a federação uma forma de estado e a monarquia uma forma de governo não existe incompatibilidade entre uma e outra, isto é, entre monarquia e federação. Se raciocinásemos em função do mundo atual, veríamos que o sistema federativo pode funcionar tanto em uma república como em uma monarquia, como se pode observar no caso do Canadá, da Austrália e da Espanha, entre outros. Desse modo, não há incompatibilidade entre um estado federal e um governo monárquico.

Deve-se ainda salientar que os maiores países do mundo, aqueles de grande extensão territorial, sejam monarquias ou repúblicas, são federações, como é o caso da Federação Russa, do Canadá, da China, dos Estados Unidos, do Brasil, da Austrália, da Índia, da Argentina e do México. Isto em face das diversificações regionais que ocorrem nesses países muito extensos, ou até pela coexistência em um mesmo país de numerosos grupos étnicos.

02 - AS ORIGENS DO FEDERALISMO BRASILEIRO

Os portugueses quando colonizaram o Brasil, o fizeram, inicialmente, dividindo o espaço em capitanias independentes umas das outras e só posteriormente estabeleceram um governo geral em Salvador; titubearam com freqüência em manter a unidade da colônia, havendo períodos em que coexistiram um governo em Salvador e outro no Rio de Janeiro. Em seguida, no século XVII, dividiram a colônia em dois estados, o do Brasil, com capital inicialmente em Salvador - até 1763 - e em seguida no Rio de Janeiro, e o outro estado do Maranhão e Grão Pará, com capital em São Luís, inicialmente, e em seguida em Belém. Divisão que perdurou de 1621 a 1770, por mais de um século, portanto.

O Brasil não dispunha de ligações importantes pelo interior, cada capitania se comunicava pelo litoral, como se o território brasileiro

fosse um arquipélago e não um continente. Além disto, cada capitania tinha um centro local que algumas vezes extravasava a sua influência pelas capitanias vizinhas e se contrapunha a outras capitanias. Entre os centros urbanos que polarizaram áreas superiores à jurisdição de sua capitania destacaram-se Belém e São Luís no Norte, Olinda e Recife no Nordeste Oriental, Salvador no atual território baiano e sergipano, Rio de Janeiro no Sudeste, com fortes ligações com Ouro Preto, São Paulo com grande expansão pelo sertão do atual Centro Oeste e do Sul e, finalmente, Porto Alegre no Rio Grande do Sul.

Nestes centros formaram-se idéias nativistas, de conscientização regional que deram origem, primeiramente a conspirações e em seguida a revoltas armadas. Conspirações e revoltas que se organizaram, não em torno do Brasil como um todo, mas de suas regiões. Daí a Inconfidência Mineira, a Inconfidência Baiana ou Revolta dos Alfaiates, a Revolução Pernambucana de 1817, a Confederação do Equador, a República Baiana e a Guerra dos Farrapos. Isto para falar apenas nas revoltas maiores e ideologicamente melhor organizadas. Poderíamos falar também em revoltas populares, como a dos Palmares, já no século XVII, e no período regencial, no século XIX, a Cabanagem, a Balaiada, a Guerra dos Cabanos, etc.

O ideal federalista tomou maior impulso durante a Regência, quando após a abdicação de Pedro I, as forças liberais conseguiram quebrar a rigidez da Constituição de 1824 e impor o Ato Adicional. Ato Adicional que permitiu uma experiência quase republicana no Império nascente. Com a Maioridade, porém, a Lei de Interpretação reduziu consideravelmente a autonomia provincial concedida pelo Ato Adicional.

Com a consolidação do sistema imperial, as idéias federativas foram reprimidas e se apresentaram no campo de luta entre os liberais pernambucanos, que realizaram a Revolta Praieira (1848/ 1849), e nos textos de publicistas, como Tavares Bastos; este em livro, de grande importância, defendia a autonomia das províncias e para apaziguar os políticos que, levando em conta os grandes desníveis de desenvolvimento entre as mesmas, alegavam que algumas não teriam condições de se auto-administrar, propunha um sistema provisório que estimulasse o seu desenvolvimento e a obtenção de condições de se auto-gerirem.

No parlamento os conservadores defendiam intransigentemente a manutenção do sistema centralizado, enquanto alguns liberais ousavam defender uma autonomia maior para as províncias, e a abolição do Poder Moderador, do Conselho de Estado, a vitaliciedade do Senado e a escolha dos senadores, pelo imperador, em listas tripliques eleitas nas províncias.

03 - O FEDERALISMO NO OUTONO DO IMPÉRIO

O desenvolvimento econômico e social do Império foi feito de forma muito lenta, freado que era pela manutenção do sistema escravocrata, pelo controle político exercido pelo imperador que manejava a sucessão de gabinetes ministeriais, e também pela incerteza da sucessão de D. Pedro II. Todos temiam o Terceiro Reinado, da Princesa Izabel, por duvidarem de sua capacidade político-administrativa e por temerem a influência do Conde d'Eu, que não era simpatizado.

Outro grande problema era o do desequilíbrio regional; havia províncias, como São Paulo e, em menor escala, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco que confrontavam o fato de terem uma influência no governo do país inferior à sua capacidade financeira e política. Em São Paulo, onde fora fundado o partido republicano, alguns líderes deste partido acusavam o Império de impedir, com a sua política centralizadora, que o estado se desenvolvesse e por isto defendiam não só a reforma do estado como também a da forma de governo. Um dos mais eminentes políticos paulistas, Alberto Sales, em livro famoso na época, **Pátria Paulista**, advogava que São Paulo proclamasse a república e se desligasse do Império. Seria a secessão, que ele procurava amenizar alegando que em seguida outras províncias poderiam seguir o mesmo exemplo, tornando-se repúblicas, e que se unissem a São Paulo em uma confederação e não em uma federação. Os laços seriam, então, bem menos rígidos e, naturalmente, o país seria conduzido à secessão.

Nabuco, compreendendo a situação, admitia que o Império não poderia manter a unidade sob a forma centralizada e propunha um projeto de lei através do qual a própria monarquia reformasse a Constituição e o sistema de estado. Os republicanos defendiam uma mudança conjunta, de forma de estado e de governo, e que o Império, centralizado, se

transformasse em uma república federativa, alegando o exemplo dos Estados Unidos e dos demais países americanos.

Rui Barbosa, grande jurista, advogado, jornalista e político, exerceu grande influência defendendo que se fizesse a federação, com monarquia ou com república; o que importava para ele não era a forma de governo, mas a de estado.

Quando em junho de 1889, caiu o gabinete conservador de João Alfredo, ascendendo o do Visconde de Ouro Preto, liberal, acreditaram os liberais, partidários da federação, que este gabinete poderia "salvar a monarquia", fazendo a federação. Ouro Preto, porém, os decepcionou e, embora propusessem algumas reformas político-administrativas, ele não aceitou a implantação da federação. Por esta razão Rui Barbosa se recusou a participar do gabinete.

Nabuco também se opôs ao gabinete Ouro Preto, mas, temeroso da secessão se a federação não fosse aprovada sob o regime monárquico ou se optar pelo regime republicano, lutou pela mesma. Mas a república, conduzida pelo golpe de 15 de novembro, desfechado pelo exército, sob a chefia de Deodoro da Fonseca, tornou o país uma federação, elevando as províncias à categoria de estados federados, semelhantes aos dos Estados Unidos, mantendo-se a unidade nacional. Ocorria, porém, que a federação norte americana resultara de um movimento centrípeto, de vez que as colônias ao se libertarem da Inglaterra eram livres e se organizaram inicialmente em uma confederação, onde cada uma mantinha a sua soberania e o seu direito à secessão, para depois se transformarem em uma federação. No Brasil, o caminho foi feito em sentido inverso; o Brasil se tornou independente sob uma forma centralizada e só posteriormente, o movimento centrífugo, levou-o à autonomia das antigas províncias, à federação.

Com a República, Nabuco afastou-se da vida política passando a trabalhar como jornalista e escritor, mantendo fidelidade à monarquia; só dez anos depois, convencido da impossibilidade de restauração do Império é que passou a servir à República, a princípio como advogado do país na disputa territorial com a Inglaterra (Guiana Inglesa) e depois como diplomata em Londres e em Washington. Neste período a sua bandeira foi outra a do monroísmo, em que defendia a união das américas sob liderança dos Estados Unidos que se encontravam em fase de forte expansão.

O federalismo havia saído do centro de suas preocupações.

NEGRO: O ARCABOUÇO DA NOSSA RAÇA!

José Antônio de Ávila SACRAMENTO

(Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de São João d'El-Rey/MG)

"Escravidão! Crueldade! / Usa nosso sangue no melaço dos Engenhos! / Usa nosso leite pra amamentar os ioiôs! / Usa nossos deuses pra afugentar maus empenhos! / E as nossas mulheres para o gozo dos sinhôs": (In Auto do Descobrimento, 1997, Edit. Univ. Est. Santa Cruz - BA)

Penso poder dizer que, no Brasil, o negro foi o arcabouço que afeiçoou a nossa raça. A unidade nacional é também o resultado, juntamente com os nossos fatores religiosos e lingüísticos comuns, de uma dramática invasão negra que, com passividade e brandura de temperamento, possibilitou a dispersão das raças e homogeneização delas e, ainda, a estruturação econômica sobre a qual ainda nos apoiamos. Durante muito tempo foram eles que sustentaram, como vigorosas pilastras, o trono monárquico do país.

O negro permitiu a formação e estabilização das grandes propriedades agrícolas, o desenvolvimento da indústria do açúcar, da mineração do ouro e diamante e, finalmente, da agricultura do café, maiores fontes, sucessivamente, da economia nacional. Não só a sua passividade e bravura contribuíram, mas também o estado adiantado de sua cultura naquela época: na África, o negro já vivia a influência de uma cultura superior, com larga vantagem sobre o índio brasileiro. Eles já faziam culturas regulares, pastoreavam o gado e conheciam os meandros da siderurgia. Foi o negro que introduziu no Brasil o processo de redução do

ferro pelos fornos de cuba, remanescente de alguma herança árabe introduzida no continente africano.

Faltava ao índio brasileiro a elasticidade e o aspecto velutíneo da pele do negro, a riqueza glandular de um aparelho fisiológico especial, capaz de transpirar por todo o corpo e não só pelos sovacos, de transpirar também como se dele todo manasse um óleo, e não apenas escorressem pingos isolados de suor, como do branco. (Eherenreich)

Valdo Frank, citado por Gilberto Freire, explica a afirmação acima dizendo *que havia uma superfície máxima de evaporação no negro e mínima no branco, ampliando-lhe a faculdade de resistência aos trópicos.*

Essa resistência, coitados, lhes foi explorada ao extremo, já na terrível viagem nos navios negreiros - popularmente chamado de tumba (de tumba, sepultura) - onde um dentre cinco escravos embarcados morriam. A citada resistência continuou a ser explorada com trabalhos forçados de sol a sol nas lavouras de cana, minas de ouro e plantações diversas, invariavelmente expostos a castigos infames e ...ao banzo. Rugendas retratou na pintura "Castigos Domésticos" uma cena do cotidiano, em que se pode observar a aplicação de castigos físicos aos escravos. Mais de três mil aquarelas, desenhos e esboços de Johann Moritz Rugendas compõem um magnífico registro visual da sociedade brasileira da primeira metade do século XIX. Os açoites iam de cinquenta a duzentas chibatadas! Muitos não resistiam. A máscara de Flandres, a palmatória, o tronco, os ferros de marcar e outros tipos de suplício eram usados. Havia, como parte da violência, a humilhação, a fome e terríveis condições higiênicas e de moradia.

Quanto ao seu valor específico e ao grau de avanço intelectual, além da criação do gado e trabalho com metais, é mister acrescentar a arte culinária, a agricultura que eles já praticavam racionalmente como a da cana e do milho, sendo que os índios daqui já conheciam o milho, mas só o usavam cozido ou assado, ao passo que os africanos já sabiam moer o fubá e utilizá-lo sob a forma de angu e outros mingaus. Ao indígena os negros ensinaram um pouco da língua portuguesa e até fundamentos de religião.

O antropólogo Roquete Pinto (1884-1954), participante da Missão Rondon (1907/08), observou também que: ... *os movimentos, sertões a dentro ou rio Amazonas acima, de negros fugidos, representam quase arrojo igual ao dos bandeirantes paulistas ou povoadores cearenses.*

O índio parece não ter correspondido muito pois era inimigo do negro. Os Puris, por exemplo, com seu finíssimo olfato, foram empregados pelos *Capitães-do-Mato*, como cheiradores, para descobrir negros fugidos, auxiliados por cães amestrados para tal.

Nas agricultura eles introduziram métodos desconhecidos dos próprios portugueses e, para o trabalho em engenhos, os senhores preferiam os escravos de São Tomé, da costa africana, que já trabalhavam secularmente a cana nas suas ilhas de origem. Nas *casas da moenda* espremiam a cana no trapiche, fabricando açúcar, rapadura e aguardente.

Os escravos negros se dividiam em *Boçal* (cativo recém chegado da África), *Ladino* (africano já aculturado) e *Crioulos* (escravos nascidos no Brasil). Servindo aos senhores existiam os *escravos de ganho* que podiam usar paletó e chapéu, mas tinham de andar descalço - sinal da sua condição de escravo.

A nossa dieta vive cheia de alimentos de origem africana: angu, vatapá, o azeite de coco de dendê, o camarão seco, a pimenta, o inhame, chuchu, o gerimum (abóboras diversas como o mogango, marimba, moranga...), o quiabo ou *quingmobô*, etc. A Galinha de Angola, espécie meio selvagem, boa poedeira e de carne saborosa, veio nos navios do tráfico, trazidas pelos negros, e aqui bem se adaptou. O colono português, de boa situação econômica, sempre se servia de um escravo ou escrava para sua cozinha; ainda hoje é grande a fama da boa culinária da Bahia, representada quase em sua totalidade pelas alegres negras baianas. Havia ainda as jovens e belas escravas que, escolhidas a dedo, freqüentavam a intimidade dos seus senhores, contribuindo para a miscigenação da raça. Com os negros veio o *sabão da Costa*, desconhecido dos portugueses, que o desdenhava pois devido a motivos religiosos, eram inimigos irreconciliáveis das qualidades sedativas dos banhos.

Bem mais alegre que o índio, o negro lançou seu espírito rumo às festas profanas e religiosas, enchendo-as de cantos, danças, música e coloridos laçarotes. O nosso samba veio do quizomba, dança angolana

que floresceu do batuque e do lundum, e hoje já é uma expressão típica de nossa música. O amor pela música e pelo canto, que faz de cada brasileiro um cantador de modinhas (expressão genuinamente mestiça!) e de samba, é herança do negro escravo que nos deu gênios de grande talento artístico que espalharam e, até hoje, ainda espalham suas belas obras pelo país. A música deste país deve muito ao negro!

A revista Palavra nº 7, de out. 1999 traz importante referência, que nos faz lembrar que, além de introdutor do samba no país, o negro foi também depositário fiel deste ritmo: *No início era o verbo. Maltrapilho e maltratado, escorraçado das ruas, o samba precisou ser adotado pelos terreiros de umbanda para ter direito a voz. O século 20 mal engatinhava. Valendo-se da ignorância do poder público, incapaz de distinguir a batida da umbanda do batuque do samba amaxixado (...) conquistou espaço subterraneamente, de boca em boca, e se impôs devagar, miudinho, pela identificação que despertava no (pelo menos) um quarto dos negros que habitavam o Rio de Janeiro no início do século. E o que dizer das danças? Cito, para exemplificar, apenas uma das várias manifestações dançantes genuinamente negras: a Capoeira; sua origem oriunda da dança n'golo, ritual de disputa dos povos Bantu, etnias que ocupavam o centro-sul da África. Sobre isto também manifestou a revista Palavra nº 9, de dezembro de 1999:*

Inspirada no movimento de animais (arraia, galo, macaco), recebeu este nome por ser praticada, na sua origem, em locais onde o mato era baixo. (...) "Berimbau bateu, angoleiro me chamou... ". Forjada provavelmente ao longo do século 16, nas senzalas, terreiros e quilombos do Nordeste e do Rio de Janeiro, a Capoeira transcendeu as rodas tradicionais e o contexto social em que nasceu, ganhando novas modalidades e métodos de ensino, e se tornando no decorrer deste século, referência para criadores e pesquisadores de diversas outras formas de arte. Nas últimas décadas, ao encontro de sua origem, a Capoeira tem sido usada amplamente em projetos de cunho social que promovem a autovalorização e a expressão de jovens carentes. Em Belo Horizonte (MG), a constituinte Escolar discute sua integração ao currículo das escolas municipais.

Capistrano de Abreu conta que, em 1610, em Pernambuco, já havia uma *banda de música formada só de pretos que tocavam e cantavam com ardor e força uma nota alegre ao lado do português taciturno e do índio sorumbático*. Ao português, calado, e ao índio, tristonho, restava então apreciar a suprema arte musical exercitada pelos alegres homens de cor!

James Cooley Fletcher, missionário presbiteriano norte-americano, que viajou pelo Brasil em meados do século XIX, colhendo material etnológico, fala da emoção que sentiu na Fazenda da Soledade, de propriedade do comendador Breves, na província do Rio de Janeiro. Diz ele:

Durante a minha conversa o comendador contou-me que dispunha de banda de música própria. De tal falou modestamente. Mostrei o desejo de conhecer a sua orquestra, certo de que ouviria uma rebeca mal afinada, algum pífano e rude tambor. Disse-me o comendador que à tarde eu seria satisfeito. Uma hora após a bênção ouvi o vibrar dos violinos, o som das netas, a vibração dos trombo-flautas, toque de diversas cornes e os sintomas de começo de alguma marcha, valsa ou polca. Dirigi-me ao quarto de onde vinham os sons; aí encontrei quinze escravos músicos. Um deles sentava-se a um harmonium e havia um coro de negros mais moços por traz de estantes onde se viam folhas de músicas manuscrita ou impressa. Vi respeitável senhor também de côr, dando diversas ordens. Era o regente. Três pancadas do arco de seu violino determinaram o silêncio e então surgiu uma onda sonora - 'à la Julien' - e a orquestra começou a execução de uma profonia de ópera com admirável perícia e precisão. (...) O coro, acompanhado pelos instrumentos, executou uma missa do rito latino. Mal eu podia acreditar no que via. Para experimentar a técnica da banda pedi ao maestro para tocar o 'Stabat Mater'. Instantaneamente me respondeu 'sim senhor', mostrou a página aos músicos, maneou a batuta e logo a plangente e tocante melodia ressoou pelos corredores da Soledade".

A citação me faz lembrar da antiga Vila de São Miguel do Cajuru (São João d'El-Rey/MG), distrito onde nasci, atualmente chamado

(indevidamente) de Arcângelo: havia ali, antigamente, "uma banda só de pretos, de uniforme de gola alta, cujos integrantes tocavam trompas e oficleides (ou oficlides), além de outros instrumentos variados". Observo as que trompas são instrumentos difíceis de tocar... as grandes orquestras procuravam talentos trompistas "à luz de velas"; já o oficleide é um instrumentos muito antigo (serpente de chaves, dado ao seu formato, retorcido e cheio de duras chaves e também difícil de ser tocado). O instrumento é antepassado do nosso atual saxofone. Havia também, em São Miguel do Cajuru, importantes partituras... O que será que foi feito daquele rico acervo? Goteiras, térmitas e ratos provavelmente o consumiram. Aquele sub-burgo era de uma riqueza cultural imensa! Já hoje... tudo vai se acabando...

Nas relações sociais, a brandura cordial do negro introduziu alguns hábitos de grande ternura, como ainda persistia, até bem pouco tempo, entre os matutos do interior de nosso país, principalmente do Rio de Janeiro - os *mocorongos* - que se cumprimentavam com um aperto de mão, seguindo-se de um toque mútuo no ombro direito, finalizando com novo aperto de mão.

E as *amas-de-leite* ou *mães-pretas* que, com seus seios fartos, fazia crescer sadios os filhos dos senhores, que por um motivo ou outro, estavam privados do leite materno da *Siá Dona*? Aqueles meninos deviam conhecer mais o cheiro e o calor dessas escravas que o da própria mãe... eram mulheres que fendiam a sua boa alma escrava e abriam espaço afetivo para os filhos dos senhores, contando-lhes estórias.

Vejo, assim, que o elemento negro agiu e contribuiu eficazmente na estruturação social brasileira, agindo como se fosse uma viga na estabilidade de uma construção, dando linhas e homogeneidade à formação do povo brasileiro. Atualmente o negro ainda está aí, mas preso a um preconceito de cor, esperando por uma *segunda abolição*, procurando pelo eco dos gritos palmarinos de Zumbi, perdido por estes selvagens quilombos urbanos, procurando uma migração para o exercício da cidadania, muitos deles ainda complexados, expostos a outras formas ainda mais perigosas - porque "sutis" - de escravidão, sem poder aproveitar as condições mínimas de ascensão social. Todos os quilombos deixaram inscritos pelos caminhos do Brasil as trilhas da liberdade que precisam ser perseguidas nestes "nossos *quilombos*" atuais.

Já é hora de parar de manter o negro à margem do desenvolvimento de nossa pretensa civilização brasileira, que ele mesmo ajudou a levantar. Quando o Brasil se ajeita para comemorar os seus 500 anos de seu "descobrimento", numa história de avanços e retrocessos, e está, também, procurando uma presença que seja marcante no cenário internacional (na fila dos mais fortes culturalmente, retirando também o pé do atraso sócio-econômico), é preciso fazer o reconhecimento identitário de nossa cultura social e étnica, pela qual o negro, juntamente com as outras raças, contribuiu vultuosamente. O notável Francisco Iglésias, do alto de sua autoridade de conhecedor da História, certa vez observou: "*as grandes datas impõem balanços e projetos.*"

Não estaria, então, na hora de promovermos já esta *segunda abolição*, descobrindo a nós mesmos como povo e nação? É preciso o despertar uma consciência crítica ao nosso povo, ampliando o nosso sonho de sermos todos cidadãos.

Roberto Melo escreveu em "Do racismo cordial ao racismo amedrontado", in DIMENSTEIN, Gilberto. **Aprendiz do futuro - cidadania hoje e amanhã**. São Paulo, Ática, 1997. p. 67.:

Não se trata de comemorar o fim da desigualdade racial. A Democracia Racial brasileira é uma falácia: a desigualdade existe - só que não mais profunda quanto era vinte ou trinta anos atrás.

Neo-racistas do Brasil, relaxem! Os negros querem apenas ser tratados como consumidores. Pedem produtos específicos para sua pele, seu cabelo, seu gosto e sua cultura. Querem ser bem sucedidos, viver com auto-estima. O racismo cordial, aqui se instituiu como uma maneira quase 'preguiçosa' de excluir, se converte em racismo amedrontado. Tomara que seja sua última face. (grifo do autor)

Passamos, então, do racismo **explícito** ao racismo **cordial** e preguiçoso e, daí, ao racismo **amedrontado**.

Tomara que esta seja mesmo a sua *última face*, antes de passarmos ao **racismo zero**...

Assim seja!

FONTES:

FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes.
Vol. II. Dominus: SP, 1965.

FILHO, João Dornas. A Influência Social do Negro Brasileiro (citado em fragmento de um antigo jornal desconhecido - sem nome e sem data - antigo e amarelecido) encontrado por acaso, dentro das páginas de uma edição de 1952 do livro Casa Grande & Senzala (Gilberto Freyre), adquirido pelo autor num sebo da cidade de Tiradentes - MG, em janeiro de 2000.

Revista PALAVRA, Belo Horizonte. Edit. da Palavra e Edit. Gaia, nº 7 e 9, out. e dez./1999, p. 30 e pp. 67-68, respectivamente.

EVOcando ALMEIDA GARRETT

Mário PIRES

Deve ter sido amplamente comemorado em Portugal, no ano passado, o bicentenário do nascimento de uma das suas mais expressivas figuras literárias, Almeida Garrett - de nome completo João Batista da Silva Leitão de Almeida Garrett -, considerado o introdutor do romantismo em seu país. Nasceu na cidade do Porto em 1799, viveu apenas 55 anos, pois faleceu em 1854, deixando uma vasta obra de homem probo, inteligente e culto.

Lembre-se, de início, que a histórica cidade do norte de Portugal tem seu nome vinculado à época heróica das descobertas marítimas pela participação nelas de alguns de seus filhos: Gil Eanes dobrou o cabo Bojador; os irmãos Brás, Antônio e Gonçalo Cubas, vieram para o Brasil em 1531, fundando o primeiro a cidade de Santos; mas o maior feito foi o de Fernão de Magalhães, que, em 1519, como capitão de cinco navios, viajou para o sul do continente americano e descobriu a passagem entre os oceanos Atlântico e Pacífico, que ficou denominada “Estreito de Magalhães”; depois, pelo Pacífico, seguiu viagem, chegou às Filipinas, vindo a morrer nas mãos dos indígenas, em 1521.

Mas, voltemos a Almeida Garrett. Descendia ele de uma nobilitada família de magistrados e clérigos; fez as humanidades sob a direção do tio, o bispo D. Frei Alexandre da Sagrada Família; nesse meio religioso ia crescendo com o gosto da leitura, mas também precoce no amor, como em tudo, quando ama sua Lília da ode anacreônica...

Com os pais nos Açores e nas férias do curso de Direito, esse período vem a ser decisivo em sua vida. Será sempre um insatisfeito moderado, um homem de paixões e de estros sofreados. Socialmente romântico, metido em amores infelizes (um casamento impensado e

precoce, uma ligação séria mas mundanamente impraticável), foi também temperalmente um pouco romanesco, mas de boa consciência moral e juízo retilíneo.

Garrett viveu em Coimbra a atmosfera ideológica da primeira revolução portuguesa (1820), escrevendo uma tragédia patriótica. Metido num processo pela publicação julgada escandalosa do seu “Retrato de Venus”, ele próprio se encarregou da defesa. Já era o orador de rasgo, o homem dos círculos íntimos e dos grandes auditórios cívicos.

Em 1823 foi obrigado a exiliar-se na Inglaterra, onde teve a experiência da alta burguesia e da grande cidade, Londres. Depois, Paris, onde viveu numa mansarda. Depois, com Herculano alinha-se nos batalhões do Exército Libertador.

O triunfo do Liberalismo abriu-lhe efemeramente as portas da carreira diplomática com uma missão a Londres. Torna-se o inspirador cultural da revolução de setembro de 1836. Criou o Teatro Nacional e o Conservatório. Escreveu peça para adestrar os atores e dar incentivo aos alunos. Tornou-se parlamentar, cronista-mor do Reino e ministro dos Estrangeiros.

Garret extrai dessa vida febril e dispersa um mel bastante amargo, que transforma em arte, sociabilidade, elegância e confiança. É sempre autêntico e natural ver-sejando. Seu “canto de cisne” poético, são as “Folhas Caídas”.

Sua obra prima da dramaturgia vem a ser a famosa “Frei Luis de Sousa (1844), o drama da bigamia a que é imolada uma rapariga precoce, vítima de uma adultério involutário.

Garret é primoroso na sua obra, original na sua pessoa, quase genial na sua vida. Irradia um ardor no que escreve, qualquer coisa de Goethe, flama de Camões, que trocou a épica pela tragédia.

A sua figura, que a voga no século XIX chegou a nivelar com Camões, é, sem dúvida, uma das maiores da literatura portuguesa.

Assim, falar de Garrett é relembrar a rica literatura portuguesa, notadamente do século XIX, que a nobre terra lusitana deu ao mundo das letras, intelectuais de alto coturno. Mas, o autor de “Frei Luís de Souza”, teve, também, seus ídolos, como Filipe Elísio, que viveu entre os séculos

XVIII e XIX, o “último legítimo árcaide” da literatura nacional. Suas epístolas e odes inspiraram Garrett.

Diz um autor, que este foi “grande admirador de Filinto, que lhe inspirou a tragédia clássica “Camões.”

Em 1825, no “Camões”, poema narrativo em verso branco (não rimado), Garrett canta as amarguras e a saudade do exílio, que eram as suas e as do próprio Camões.

Do mesmo ano, outro poema em verso branco, “D. Branca”, anuncia formalmente o propósito de abandonar o estilo clássico. O poema lembra a conquista do Algarve aos mouros. Também são arcádicos, os poemas líricos reunidos na “Lírica de João Mínimo” publicada em Londres, em 1829.

O “Flores sem Fruto”, o autor se encontra com alguns dos pré-românticos na simplicidade do verso e do tema, no uso da rima e até da redondilha: “Por teus olhos negros, negros, / trago eu negro o coração / de tanto pedir-lhes amor / e eles a dizer que não.”

O período que medeia entre as “Flores sem Frutos” e as “Folhas Caídas” é o de melhor fecundidade e qualidade da obra de Garrett, tanto no verso como em prosa.

Em 1845 é publicado o 1º volume d’”O Arco de Santana”, cujo tema é a revolta do Porto contra o senhor feudal, que era bispo. Os burgueses são apoiados pelo rei, que se chamava D. Pedro e o seu caudilho é o próprio filho do bispo, que ignorava esse parentesco.

Mas já “As Viagens na Minha Terra” (1846), livro singular em toda a literatura portuguesa, nos oferecem o primeiro exemplo de romance contemporâneo.

Nenhum outro escritor português foi tão longe na análise psicológica, nem encontrou, por outro lado, um instrumento tão finalmente forjado para esta penetração como é o diálogo de Garrett, cheio de suspensões, de sentidos duplos, de insinuações que não chegam a formular-se.

A prosa de Garrett, como o seu verso, é radicalmente dramática.

Herdou também o projeto arcádico, inspirado por um espírito de reforma social e política, de criar um teatro nacional.

Estão geralmente esquecidas, mas não merecem menos apreço do que, por exemplo, as peças de Vitor Hugo.

Desta série destacamos o “Frei Luís de Souza”, obra realmente fora de série tanto no teatro do autor como em relação ao teatro romântico europeu.

PAÍS IDEAL

Célia Siqueira FARJALLAT

I had a dream (Eu tinha um sonho)

Martin Luther King

Desencantado com o país em que vivia, Thomas Morus inventou a palavra “Utopia”, que aparece em seu livro, datado de 1516, “sobre a excelente organização de uma nova República, e sobre a Ilha Utopia, onde o regime político-social era perfeito”. O irreverente Rabelais divulgou o termo em francês, “Utopie”, que significa o “não-lugar”. Isso inspirou Tommaso Campanella a criar a “Cidade do Sol”, por volta de 1623, onde atacava o sistema político de seu tempo e pregava uma justa distribuição da riqueza.

Mais tarde, o filósofo inglês Francis Bacon criou um país ideal, a “Nova Atlantis”, baseando seus sonhos no poder das ciências, que resolveriam os males políticos e sociais. Sobre o “Eldorado” todo o mundo já ouviu falar. A propósito, sonhadores existiram em todos os tempos e nem os tiranos mais cruéis conseguiram destruir esta fábrica de sonhos, que palpita dentro de toda a criatura humana.

Aqui também, nesta pobre terra tão rica e tão espoliada por maus brasileiros, sonha-se, e quanto! O economista Edmar Bacha, ex-presidente do IBGE, inventou a “Belíndia”, onde poderiam conviver, lado a lado, a Bélgica progressista e a Índia, repleta de problemas. Outro economista, Roberto Campos, inventou a sua “Banglânia”, misturando em coquetel perverso a horrenda miséria de Bangladesh e o totalitarismo estatal da Albânia. E, ainda, Mário Henrique Simonsen criou a “Jaiça”, uma otimista mistura do desenvolvimento do Japão com a inflação congelada da Suíça.

A imaginação não parou por aí. Já ouvi alusões ao “Brapão”, misturando a irresponsável e apimentada alegria do brasileiro e a sólida disciplina nipônica, e, ainda “Braustrália”, mistura do Brasil com o país dos cangurus.

Sonhar um país ideal é preciso. Um país sem politiqueiros, sem discursos empolados, sem promessas que não podem ser cumpridas, sem chateações, sem inversão de valores, sem semi-letrados, muito piores que os analfabetos. Uma nação onde imperem o bom senso, o respeito aos valores eternos, e, sobretudo, o respeito àquela humildade intelectual, que é a marca registrada da sabedoria. Quero uma terra assim para meu povo. Uma terra, onde as escolas ensinem e preparem para a vida, e onde não haja lugar para politiquices, corrupções mais ou menos disfarçadas sob um manto de benevolência.

Quero uma terra assim, onde o cumprimento do dever seja um postulado normal e não um caso excepcional. Terra onde o valor seja reconhecido, e os falsos valores castigados. Existirá um país assim? Espero que sim, enquanto este dia não chega, sonho com ele. Que sonhar, ao que consta, ainda não é proibido, nem sujeito a imposto algum.

(Do “Correio Popular”, Campinas 22-6-2000)

O CULTO AOS HERÓIS NO "LEÃO DO NORTE"

João Ricardo de Castro CALDEIRA*

I - APRESENTAÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo analisar o projeto dos sócios do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano (IAGP) de conquistar, para os heróis pernambucanos, a posição de heróis nacionais, entre os anos de 1862 e 1893. O marco inicial desse período corresponde ao ano de fundação do IAGP, e o marco final ao da consolidação de Tiradentes como herói nacional, encerrando o projeto dos sócios do Instituto. Para fins desta pesquisa, esse período foi dividido em dois momentos: Império (1862-1889) e República (1889-1893), possibilitando observar relações entre o projeto dos sócios do IAGP e a mudança de regime político**.

Para fins desta pesquisa, os principais documentos analisados foram os artigos de História publicados pelos membros do IAGP na *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*¹. Para o

(*) Doutorando em História Social-USP. Bolsista FAPESP.

(**) Este texto é uma síntese do trabalho de iniciação científica que realizei durante meu curso de graduação em História na Universidade de São Paulo (USP), sob a orientação da Profa. Dra. Maria Lígia Coelho Prado. A pesquisa foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), à qual agradeço nesta oportunidade.

(1) As revistas são citadas nas notas ao presente texto como *RIAGP*; os números entre parênteses correspondem ao ano de publicação das mesmas. Esta pesquisa foi realizada na Biblioteca do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da USP, tendo contado com o inestimável auxílio de Maria Itália Causin, a quem desejo registrar meu agradecimento.

momento republicano, a análise desses artigos remeteu-me a outros documentos, como os seguintes: Decreto do Governo Provisório instituindo o dia 21 de abril como feriado nacional em homenagem a Tiradentes; registro da comemoração desse mesmo feriado em jornais; e o debate entre Senadores acerca da construção de uma estátua de Tiradentes no Rio de Janeiro, que se encontra registrado nos Anais do Congresso Nacional. Essa documentação possibilitou-me observar a consolidação de Tiradentes como herói nacional, enquanto nas Revistas do IAGP analisava as reações dos sócios daquele Instituto.

II - A HISTÓRIA DE PERNAMBUCO SEGUNDO OS SÓCIOS DO IAGP: UMA HISTORIOGRAFIA REGIONALISTA

No século XIX, o estudo da História desempenhou papel fundamental no processo de configuração da identidade nacional brasileira.

Naquela época, a tarefa de escrever a História Nacional foi atribuída especialmente aos membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), criado em 21 de outubro de 1838 no Rio de Janeiro². A História do Brasil por eles escrita teve, entre suas finalidades, exaltar feitos patrióticos do passado (especialmente os momentos de batalha em defesa do Brasil) e assim construir a identidade da nação brasileira. Nesse sentido, a História Nacional escrita pelos membros do IHGB não comportava movimentos de caráter separatista (incluindo os ocorridos em Pernambuco), pois estes abalavam a idéia de Unidade Nacional, um dos principais alicerces daquela identidade³.

Na tentativa de romper a hegemonia do IHGB sobre a História do Brasil, foi fundado, em 28 de janeiro de 1862, o Instituto Arqueológico

⁽²⁾ Sobre o projeto de História Nacional do IHGB, vide GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. *Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1: 5-27, 1988.

⁽³⁾ Um dos mais importantes exemplos dessa História Nacional é a *História Geral do Brasil* do Visconde de Porto Seguro, Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), membro do IHGB e amigo íntimo do imperador D. Pedro II. Cf. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil antes de sua separação e independência de Portugal*. 10ª edição. Belo Horizonte/ São Paulo: Ed. Itatiaia/ EDUSP, 1981. 3v.

e Geográfico Pernambucano (IAGP), constituindo o primeiro Instituto Histórico regional. Os sócios do IAGP, como os membros do IHGB, também respeitavam a Unidade Nacional e buscavam lições de patriotismo no passado, com a peculiaridade, porém, de que "os diferentes temas da história nacional só pareciam ter sentido quando interligados a um enfoque mais local"⁴. Com efeito, segundo os membros do IAGP, as maiores lições de patriotismo, de amor pelo Brasil, estavam na História de Pernambuco, da qual destacavam os seguintes acontecimentos:

a) A expulsão dos holandeses de Pernambuco em 27 de janeiro de 1654. É considerado o fato mais importante, pois, segundo o sócio Francisco Muniz Tavares, os pernambucanos contribuíram para a manutenção da Unidade Nacional ao restituírem seu território espontaneamente à coroa portuguesa, da qual não receberam auxílio para derrotar o invasor holandês⁵. Artigos sobre a expulsão dos holandeses são encontrados na *Revista do IAGP* tanto no período imperial quanto na República;

b) A denominada Guerra dos Mascates, de 10 de novembro de 1710, quando a "nobreza" de Olinda revoltou-se contra o Governador Sebastião de Castro e Caldas, por este ter elevado Recife à categoria de vila. Pouco referido no Império, no período republicano esse fato ganhou destaque na *Revista do IAGP*, sendo considerado pelos sócios do Instituto como o primeiro movimento republicano da história do Brasil;

c) A Revolução Pernambucana de 1817, de tendência liberal e separatista, que fundou um Governo Provisório em Pernambuco⁶;

d) A Confederação do Equador de 1824, que teve como estopim a revolta de alguns líderes pernambucanos contra a dissolução

⁽⁴⁾ SCHWARCZ, Lília K. Moritz. *Os guardiões da nossa história oficial. Os institutos históricos e geográficos brasileiros*. São Paulo: IDESP, 1989. p. 38.

⁽⁵⁾ Cf. RIAGP n° 3 (1864), p. 72. Sobre a expulsão dos holandeses de Pernambuco, vide MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. Rio de Janeiro/São Paulo: Ed. Forense-Universitária/EDUSP, 1975. Nesse trabalho, o autor afirma que a guerra da expulsão dos holandeses foi sustentada, em sua fase final, muito mais pelos recursos financeiros e bélicos dos pernambucanos que pelos da Coroa portuguesa que, depois de 1640, empenhava-se no combate aos espanhóis nas fronteiras do reino.

⁽⁶⁾ Sobre a Revolução de 1817, vide MOTA, Carlos Guilherme. *Nordeste 1817: estruturas e argumentos*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.

da Assembléia Constituinte pelo Imperador D. Pedro I, em 12 de novembro de 1823. Chegou a ser formada uma junta governativa independente, encabeçada por Pais de Andrade.

Na perspectiva dos sócios do IAGP, os acontecimentos acima mencionados configuravam uma tradição pernambucana na luta pela liberdade e pela manutenção da Unidade Nacional brasileira. Desse modo, situando-se em um contexto de busca da identidade regional - quando também outras regiões do Brasil tentavam afirmar-se diante da formação do Estado Nacional⁷ - e reconhecendo o processo de decadência econômica por que passava Pernambuco desde o início da segunda metade do século XIX⁸, os sócios do IAGP pretendiam demonstrar que, na História do Brasil, sua região era a mais importante. Ou seja, procuravam provar que "a história pátria (...) é a história de Pernambuco"⁹.

Por outro lado, cabe ressaltar que os membros do IAGP adaptaram aqueles acontecimentos ao momento político que viviam. Assim, enquanto no Império caracterizaram os fatos acima citados como precursores da independência nacional, que instituiu a Monarquia, na República interpretaram-nos como precursores da proclamação de 15 de novembro de 1889. Vejamos alguns exemplos:

"Senhores, depois do dia 7 de setembro de 1822, precedido do 6 de março de 1817, não há para esta província outro que mereça ser tão festejado como o 27 de Janeiro de 1654"¹⁰.

Ou então:

"(...) Pernambuco (...) tão rica de tradições gloriosas (...) que, por ocasião da invasão holandesa, pôs à prova o valor de seus filhos, combatendo pela religião, pela pátria e pela liberdade; que em 1710 precedeu a Minas Gerais na gloriosa tentativa para a independência do Brasil; que em 1817 como que preparou o 7 de Setembro de 1822; ela que,

(7) Sobre a historiografia de outros institutos históricos regionais, como, por exemplo, o de São Paulo, vide SCHWARCZ, *Op. cit.*

(8) Sobre a situação econômica de Pernambuco naquela época, vide EISENBERG, Peter. *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910*. Tradução de João Maia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

(9) RIAGP nº 37 (1890), p. 53.

(10) RIAGP nº 33 (1887), p. 7.

em uma palavra, em 1824, provou mais uma vez a altivez de caráter dos pernambucanos (...)"¹¹.

Observe-se, nos trechos acima, a vinculação das datas mencionadas com a independência nacional, denotando respeito ao Império que a mesma instituiu. No entanto, note-se a mudança de perspectiva nos seguintes casos:

"Com a restauração demos o primeiro passo para a liberdade; mais tarde sacudiríamos o domínio português com o reconhecimento de nossa nacionalidade em 1822, depois das tentativas infelizes de 1710, em que Bernardo Vieira de Mello, no paço da comarca de Olinda, alçou, no 10 de Novembro, o primeiro grito de independência e de república que ecoou no Brasil e de 1817, quando foi proclamado o regime republicano que tão poucos dias de existência devia ter, e de 1824 sendo de novo erguido o estandarte da mais pura democracia com a malfadada república do Equador. Por fim, senhores, em Novembro de 1889 deu-se a mudança definitiva de nossa forma de governo, sendo a monarquia, a que estávamos sujeitos desde 1500, substituída pela república federativa"¹².

E também:

"Em 1710 a guerra dos mascates é a primeira e forte manifestação do sentimento da nacionalidade brasileira. Em 1817 as idéias republicanas da América do Norte lá encontraram eco. Em 1824, Pernambuco prefere separar-se do Império a permanecer na união sob o regime autocrático do primeiro imperador. Em 1848, parece que esse espírito de resistência e de iniciativa deu o seu último lampejo"¹³.

Esses últimos são trechos de artigos publicados em *Revistas do IAGP* no período republicano, e expressam a adesão dos sócios daquele Instituto ao novo regime. Observe-se, as datas deixaram de ser vinculadas unicamente à independência, para o serem, em primeiro lugar, à proclamação da República. Note-se, também, a citação da data de 1848, relativa à denominada Revolução Praieira, que não foi mencionada em nenhum momento durante o Império, mas que, na República, foi muito citada. Provavelmente, tal situação decorreu da condição da Praieira como última

⁽¹¹⁾ RIAGP nº 35 (1888), p. 94.

⁽¹²⁾ RIAGP nº 44 (1893), pp. 117-118.

⁽¹³⁾ RIAGP nº 37 (1890), p. 44.

rebelião local sufocada por D. Pedro II, após o que iniciou-se o processo de consolidação da centralização monárquica no país¹⁴.

A partir das análises acima, pode-se afirmar que a História de Pernambuco escrita pelos sócios do IAGP tinha caráter regionalista¹⁵, pois, se aqueles respeitavam a Unidade Nacional e apoiavam os regimes de governo vigentes (Império no princípio e República mais tarde), tentavam, ao mesmo tempo, garantir uma posição privilegiada para sua região na História do Brasil.

Observe-se também que, ao adaptarem a História de Pernambuco a diferentes momentos, vinculando-a primeiro ao Império e posteriormente à República, realizavam um ato de seleção¹⁶ e interpretação, demonstrando que aquela História não estava "pronta" nos documentos, como pretendiam, mas que eles a construíam de acordo com seus interesses no presente.

III - O CULTO AOS HERÓIS NO "LEÃO DO NORTE"

Segundo os sócios do IAGP, os exemplos máximos da tradição patriótica de sua região foram dados pelos heróis¹⁷ pernambucanos, os

⁽¹⁴⁾ Sobre as diferentes interpretações da Revolução Praieira, bem como sua apropriação por historiadores e políticos até a década de 1920, vide MARSON, Izabel de Andrade. *O Império do Progresso: a revolução praieira em Pernambuco (1842-1855)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

⁽¹⁵⁾ Adota-se aqui o conceito do *brazilianist* Robert Levine, segundo o qual regionalismo é "um comportamento (político) caracterizado, de um lado, pela aceitação de uma unidade política mais abrangente, mas, de outro, pela busca de um certo favoritismo e de uma certa autonomia de decisão (...)" LEVINE, Robert. *A velha Usina. Pernambuco na Federação Brasileira, 1889-1937*. Tradução de Raul José de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. p. 23.

⁽¹⁶⁾ O historiador francês Lucien Febvre afirmou em certa oportunidade, que "toda história é seleção", e que os fatos, "é o historiador que os forja. Não é, como ele diz, 'o Passado'. Ou por uma estranha tautologia, 'a história'" FEBVRE, Lucien. *Combates pela História*. Tradução de Leônor Martinho Simões e Gisela Moniz. 2ª edição. Lisboa: Editora Presença, 1985. p. 23.

⁽¹⁷⁾ No presente trabalho são considerados heróis aqueles indivíduos cujos feitos tiveram "enorme significação para a vida da comunidade". Cf. HOOK, Sidney. *O Herói na História*. Tradução de Iracilda M. Damasceno. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1962. p. 131.

líderes e personagens principais de cada um dos acontecimentos elencados acima, cultuados através de artigos publicados na *Revista do IAGP* e da edificação de monumentos.

Durante o Império, os heróis mais cultuados pelos sócios do IAGP foram aqueles que participaram da restauração pernambucana de 1654, sendo eles: João Fernandes Vieira, Henrique Dias, André Vidal de Negreiros e Filipe Camarão.

O privilégio concedido aos heróis da restauração fica claro nas palavras do sócio João José Pinto Júnior:

“(...) para comemorar o denodo e patriotismo dos heróis que por tantos anos souberam sustentar a luta e conseguir por último a vitória contra o poder da Holanda, é que também foi criado este Instituto (...)”¹⁸.

Dentre os heróis de 1654, o mais homenageado pelos sócios do IAGP foi João Fernandes Vieira, que mereceu artigos tanto no Império quanto nos anos iniciais da República. Segundo o sócio Salvador Henrique, João Fernandes Vieira, sem auxílio de Portugal, empenhou sua coragem e sua fortuna na guerra contra os holandeses, sendo assim um exemplo do patriotismo pernambucano a ser cultuado e imitado. Por isso, Salvador Henrique afirmou:

“Venere-o a posteridade e sejam suas virtudes imitadas”¹⁹.

O herói André Vidal de Negreiros mereceu a publicação do seu testamento (de 14 de maio de 1678) e dos seus codicilos (o primeiro de 9 de janeiro de 1680 e o segundo de 27 de janeiro do mesmo ano)²⁰, além de uma notícia acerca da sua biografia²¹. Henrique Dias teve seu retrato publicado na página 727 do número 24 da *Revista do IAGP*.

No início da República, os sócios do IAGP mantiveram a mesma intenção que tinham no Império: garantir o reconhecimento da importância nacional dos heróis pernambucanos. No entanto, seu projeto ganhou nova dimensão, pois a República recém-proclamada não tinha uma História nem um herói oficial. Nutriam, assim, a esperança de vencer o que José Murilo de Carvalho denominou “a batalha pela construção de uma

⁽¹⁸⁾ RIAGP nº 37 (1890), p. 5.

⁽¹⁹⁾ RIAGP nº 5 (1864), p. 172.

⁽²⁰⁾ RIAGP nº 14 (1870), pp. 67-88.

⁽²¹⁾ RIAGP nº 16 (1870), pp. 213-220.

versão oficial dos fatos, a luta pelo estabelecimento do mito de origem" da República brasileira, quando foram postos em jogo "a definição dos papéis dos vários atores, os títulos de propriedade que cada um julgava ter sobre o novo regime, a própria natureza do regime"²².

Conforme indicado anteriormente, o advento da República possibilitou aos sócios do IAGP escrever sobre a Revolução Praieira de 1848. A partir de então, puderam também exaltar Joaquim Nunes Machado, herói daquele movimento.

Maximiano Lopes Machado, narrando o acontecimento de 1848, procurou provar que Nunes Machado morreu lutando, quando averiguava o local por onde pretendia atacar o quartel da Soledade e foi atingido, no rosto, por uma bala que lhe atravessou a cabeça. Segundo Lopes Machado:

"Nunes Machado não morreu dentro de casa, como morrem os enfermos, inválidos e covardes; não foi assassinado por ninguém; caiu sobre a terra nua, vigoroso e forte em ação contínua da guerra; caiu, como caem os bravos sem voltar costas ao perigo"²³.

Com efeito, e conforme Lopes Machado buscava ressaltar, o herói se distingue dos homens comuns por lutar até a morte pelo bem de sua coletividade.

A fim de perpetuar a imagem dos heróis pernambucanos, seus retratos foram dispostos nos salões do IAGP e foram erguidos pequenos monumentos, como uma lápide comemorativa posta em frente à residência de João Fernandes Vieira, em 1864, e uma coluna de mármore em frente à fortaleza das Cinco Pontas, em Recife, construída no ano de 1869, para homenagear os heróis de 1654. Porém, os sócios do IAGP lamentavam não poderem erguer estátuas dos seus heróis:

"Para honrar a memória dos venerandos patriotas que pugnaram pela libertação de Pernambuco, já resolveu o Instituto que se erigissem nesta cidade suas estátuas e não executou ainda essa resolução pela insuficiência dos recursos de que dispõe"²⁴.

⁽²²⁾ CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas. O imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 35.

⁽²³⁾ *RIAGP* nº 37 (1890), p. 31.

⁽²⁴⁾ *RIAGP* nº 6 (1864), p. 37.

Em substituição às estátuas, os sócios do IAGP recorreram aos túmulos dos heróis, localizados através da consulta a documentos históricos e da exumação dos cadáveres. No período analisado, foram descobertas as sepulturas de João Fernandes Vieira e de Joaquim Nunes Machado. Os túmulos desses heróis constituíram substitutos apropriados das estátuas, posto que simbolizavam o ponto alto dos seus feitos, o momento em que, pelo seu ideal, sacrificaram a própria vida.

IV - O HERÓI NACIONAL REPUBLICANO: BERNARDO VIEIRA DE MELLO OU TIRADENTES?

Os trabalhos mais importantes do IAGP em relação aos heróis pernambucanos no início da República foram realizados pelo sócio José Domingues Codeceira, empenhado em conquistar para eles o título de heróis republicanos em nível nacional.

Porém, a perspectiva do Governo Provisório da República foi diferente. Através do Decreto nº 155B, de 14 de janeiro de 1890, foi determinado que seria considerado dia de festa nacional o dia "21 de abril, consagrado à comemoração dos precursores da Independência Brasileira, resumidos em Tiradentes"²⁵. A partir desse Decreto, Tiradentes tornou-se oficialmente herói fundador da República no Brasil. A determinação de um feriado nacional em sua homenagem visava legitimá-lo como herói nacional frente à população brasileira.

Codeceira indignou-se com a decisão do Governo Provisório e, em reunião realizada no salão do IAGP no dia 6 de fevereiro de 1890, levantou-se de sua cadeira, "dando um brado de solene protesto para que esta glória [fosse] reivindicada a Pernambuco, a quem de direito pertence, por ter sido a primeira província que em seu solo plantou a soberba árvore da independência brasileira, regando-a com o precioso e generoso sangue de seus filhos"²⁶.

A partir de então, Codeceira passou a sustentar, entre os anos de 1890 e 1893, um debate no qual defendeu a idéia de que Bernardo Vieira

⁽²⁵⁾ *Decretos do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. p. 65.

⁽²⁶⁾ *RIAGP* nº 37 (1890), p. 53.

de Mello, líder da Guerra dos Mascates de 1710, era quem merecia o título de herói republicano no lugar de Tiradentes²⁷.

Segundo Codeceira, Bernardo Vieira de Mello deveria ser considerado herói nacional por ter lutado e morrido em nome do ideal republicano "(...) muito antes de ser nascido Tiradentes (...) "²⁸. Apoiou sua proposta em documentos segundo os quais, em 10 de novembro de 1710, na Câmara de Olinda, Bernardo Vieira de Mello propôs que fosse declarada "a forma de governo republicano 'ad-instar' dos venezianos"²⁹, cabendo-lhe, assim, "a glória de ter sido o primeiro que no solo americano e em Pernambuco, tentou pôr em prática a independência nacional e com ela o governo republicano, pagando com a vida na cadeia do Limoeiro os seus impulsos patrióticos"³⁰.

Portanto, de acordo com Codeceira, o pioneirismo de Bernardo Vieira de Mello, comprovado pelos documentos históricos, era qualidade suficiente para que o mesmo fosse considerado herói nacional da República.

Em 1890, a Intendência Municipal de Olinda e o Clube Republicano Olindense promoveram festa em homenagem a Bernardo Vieira de Mello, inaugurando, no dia 10 de novembro daquele ano, uma pedra comemorativa em frente à Câmara de Olinda. Tais manifestações contribuíram para o projeto de Codeceira, ao apontarem para a possibilidade de resistência à comemoração do dia 21 de abril em Pernambuco³¹.

Entretanto, aquela data já era festejada no Brasil, iniciando a consolidação da imagem de Tiradentes como herói nacional. Em São Paulo, por exemplo, o dia 21 de abril foi comemorado em 1890, conforme noticiado:

"Realizou-se ontem à noite uma passeata cívica em homenagem à memória de Tiradentes. Grande massa popular, precedida de uma banda de música, depois de percorrer diversas ruas da cidade, foi cumprimentar o Dr. Governador do Estado e as redações dos jornais"³².

⁽²⁷⁾ Os artigos de Codeceira aqui analisados foram reunidos em uma coletânea. Vide CODECEIRA, José Domingues. *A Idéia Republicana no Brasil: prioridade de Pernambuco*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Ed. Massangana, 1990.

⁽²⁸⁾ *RIAGP* nº 45 (1894), p. 94.

⁽²⁹⁾ *RIAGP* nº 37 (1890), p. 58.

⁽³⁰⁾ *RIAGP* nº 37 (1890), p. 58.

⁽³¹⁾ Cf. *RIAGP* nº 40 (1891).

⁽³²⁾ *O Estado de S. Paulo*, 21/04/1890, p. 1.

A última manifestação de Codeceira a favor de Bernardo Vieira de Mello ocorreu em discurso lido em reunião dos sócios do IAGP no dia 10 de agosto de 1893, o qual foi publicado na *Revista do IAGP* nº 45, do ano de 1894. Em sua fala, Codeceira cumprimentou o Senador pernambucano Gaspar de Vasconcellos Menezes de Drummond "pelo brilhante discurso proferido no senado federal, defendendo e sustentando como digno pernambucano, o direito deste estado, quando ali se votou a proposta consignando no orçamento uma quota para se erigir na *capital federal* uma estátua a Tiradentes, como o precursor da nossa independência nacional"³³.

Com efeito, a referida votação ocorreu no Congresso Nacional na sua 48ª sessão, em 7 de julho de 1893. Naquele dia, o Senador Menezes de Drummond assim se pronunciou:

"Sr. Presidente, visa a proposição, que V. Ex. acaba de sujeitar a debate, a ereção de um monumento a Tiradentes, como o precursor da República no Brasil. Impugno a proposição e impugno-a em nome dos fatos"³⁴.

O Senador defendeu Bernardo Vieira de Mello como merecedor do título de herói nacional, apoiando-se nos estudos de Codeceira. No entanto, a votação no Senado foi favorável a que se erguesse a estátua, significando a consolidação de Tiradentes como herói nacional. Codeceira tinha noção disso e afirmou:

"Hoje não basta que por um decreto do governo provisório seja considerado de festa nacional o dia 21 de abril consagrado à comemoração dos precursores da independência brasileira, resumidos em Tiradentes; é preciso que se levante uma estátua para que fique mais essa mentira perpetuada no bronze"³⁵.

Fracassava, assim, o projeto de Codeceira, ficando comprovado que Bernardo Vieira de Mello não tinha "a cara da nação", que o seu pioneirismo não era atributo decisivo na escolha do herói republicano. Como escreveu José Murilo de Carvalho:

⁽³³⁾ *RIAGP* nº 45 (1894), p. 34.

⁽³⁴⁾ *Anais do Senado Federal*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893. p. 196.

⁽³⁵⁾ *RIAGP* nº 45 (1894), p. 99.

"Herói que se preze tem de ter, de algum modo, a cara da nação. Tem de responder alguma necessidade ou aspiração coletiva, refletir algum tipo de personalidade ou de comportamento que corresponda a um modelo coletivamente valorizado"³⁶.

Segundo o autor acima citado, entre os atributos que garantiram a Tiradentes o status de herói nacional, podem ser relacionados os seguintes: aproximação de sua imagem com a de Jesus Cristo - penetrando a mentalidade predominantemente católica da população brasileira -, bem como sua origem geográfica - pois era um herói do sudeste, região brasileira economicamente dominante desde o início da segunda metade do século XIX³⁷.

Ademais, enquanto Codeceira preocupou-se em revestir a história de Bernardo Vieira de Mello de objetividade e certezas - fundamentadas em argumentos como a "verdade histórica" contida em documentos -, Tiradentes saiu-se vitorioso no duelo simbólico pelo status de herói nacional porque a narrativa de sua figura histórica não é exata, pairando inúmeras dúvidas sobre a mesma. Com efeito, por ser nebulosa, a história de Tiradentes comporta várias definições e perspectivas, sendo portanto mais eficaz para traduzir, no plano imaginário, os interesses diversificados das regiões brasileiras.

Além disso, enquanto Bernardo Vieira de Mello pertencia aos grupos dominantes da sociedade pernambucana do século XVIII, Tiradentes foi um alferes³⁸. Adotando este último como herói nacional, pretenderam as novas lideranças nacionais que a parcela mais desfavorecida, a maioria da população brasileira, se sentisse representada na História da República.

Consolidado Tiradentes como herói nacional, restou aos sócios do IAGP limitar o culto de seus heróis ao nível regional.

⁽³⁶⁾ CARVALHO, José Murilo de. Op. cit., p. 55.

⁽³⁷⁾ *Idem, ibidem*, pp. 55-73.

⁽³⁸⁾ Como afirma Paulo Miceli, Tiradentes era um tipo "popular, (...) foi dentista e, depois, mascate mal sucedido em Minas Novas, razão da sua entrada na cavalaria." MICELI, Paulo. *O Mito do Herói Nacional*. São Paulo: Editora Contexto, 1988. p. 44.

DE UMA PÁGINA DE VELHOS RECORTES

PLANO DE LUÍS XV PARA CONQUISTAR O BRASIL

Gustavo Ernesto BAUER*

Começamos apresentando aos prezados leitores o Comandante Jean-Baptiste Charles Henri Hector d'Estaing, Conde d'Estaing. Precisamos retroceder um pouco no tempo para tentar historiar um fato pouco conhecido, cujas pesquisas se devem principalmente a dois abnegados historiadores: Enéas Martins Filho e Gilberto Ferrez, ambos pertencentes ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e ao Instituto Histórico de Petrópolis.

Século XVIII, pouco antes da Guerra dos Sete Anos. Maria Teresa não se conformara ficar sem a Silésia, agora sob o rei Frederico II, da Prússia, denominado "O Grande". Por isso, depois de uma série de

(*) Embora o "recorte" que utilizamos para este número de nossa revista não seja tão "velho" como os demais que temos divulgado, ele se reveste de um interesse especial pela originalidade do tema - o plano de Luís XV para conquistar o Brasil - com destaque especial para o autor desse plano, o conde d'Estaing, antepassado de Valéry Giscard d'Estaing, presidente da República Francesa na época em que este artigo foi redigido. Seu autor, jornalista e historiador petropolitano, publicou-o no "Jornal de Petrópolis" nos dias 6 de outubro de 1976 e 15 de janeiro, 11 de fevereiro e 28 de maio do ano seguinte (1977). É-nos grato evocar a figura do saudoso jornalista e historiador, com quem freqüentes vezes trocamos idéias juntamente com o também saudoso Lourenço Luís Lacombe, então diretor do Museu Imperial, na época em freqüentemente pesquisávamos na grande instituição petropolitana. Distinguiu-nos o autor com uma honrosa citação desta "Notícia Bibliográfica" e de um modesto artigo que havíamos publicado sobre "Um viajante sueco no Brasil em 1756", o que muito nos sensibilizou. ONM.

intrigas, conseguiu uma série de alianças com a Rússia, nada difícil, pois Frederico II ofendera a filha de Pedro, o Grande, Eisabeth Petrovna, Imperatriz da Rússia. Em seguida, Maria Teresa, com arranjos com a Marquesa de Pompadour, obteve uma aliança franco-austriaca, assinada a 1º de maio de 1756. Estavam pois colocadas as peças principais no tabuleiro de xadrez e começar a “partida”, que duraria “Sete Anos”, de 1756 a 1763.

A história da Guerra dos Sete Anos não poderia ser descrita numa despreziosa crônica; por isso vamos resumir os acontecimentos: de um lado estavam a França, a Rússia e a Áustria, contra a Prússia de Frederico II e a Inglaterra. Depois de muitos “xeques” desfechados com perícias e astúcias de ambos os lados, veio, por fim, o “xeque-mate”.

A França e seus aliados acabaram vencidos e, em 15 de fevereiro de 1763, no Pavilhão de Caça de Hubertusburg, na Saxônia, foi assinada a paz após umas rápidas negociações sem mediações de outros países. Maria Teresa a Governanta, na época, do “Império Romano-Germânico da Nação Alemã”, ficou mesmo sem a Silésia. Por outro lado, pelos tratados franco-britânicos, de Paris, de 1763, a França acabou perdendo o Canadá, as Antilhas e outras posições.

Depois da Guerra dos Sete Anos - como sempre aconteceu e sempre acontecerá - houve uma violenta crise na Europa, quando Luís XV deixou seus problemas nas mãos de seu Ministro Duque de Choiseul, o autor do “Pacte de Famille”, o “traité fameux négocié avec le plus profond mystère...”. Assinado em agosto de 1761, entre a França e a Espanha, o tratado considerava como inimigo qualquer inimigo de um dos dois: uma aliança ofensiva entre os principais reinantes de qualquer ramo da casa dos Bourbons.

Em março de 1762 começa a pressão diplomática franco-espanhola sobre Portugal para participar do “Pacto de Família”. A crise aumenta depois do pedido de passaportes pelos representantes da França e da Espanha, junto à corte de Lisboa. A situação tornou-se séria para Portugal, com a invasão de seu território sem ter havido ainda uma declaração de guerra. O Marquês de Pombal chegou a fazer preparativos para transportar para o Brasil a corte de D José, enquanto as tropas espanholas já haviam ocupado várias cidades.

Na capital brasileira, na Bahia, o posto de vice-rei estava vago pela morte do Marquês do Lavradio. No Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade estava empenhado energeticamente na luta contra os espanhóis do Prata, a fim de defender a Nova Colônia do Sacramento, fatos bem conhecidos da História do Brasil.

Com a perda das colônias, a França procurou estudar um meio de substituí-las. Ora, a lembrança de Duguay-Trouin com suas **Memoires**, estava bem viva e a França possuía preciosos mapas das defesas do Rio de Janeiro, do tempo de Duguay e mais tarde, como poder constatado na reprodução de oitenta mapas do precioso livro de Gilberto Ferrez, **O Rio de Janeiro e a defesa de seu porto, 1555-1800**, Serviço de Documentação da Marinha, 1972.

Interessantíssimo é o mapa nº 43 da coleção: “Plan de l’entrée du port de Rio de Janeiro, dans l’état qu’il se trouvait dans l’année de 1762”. Pelo mapa pode-se julgar a importância dos estudos para assaltar e tomar o Brasil em 1762, sob o comando do conde d’Estaing por ordem do Duque de Choiseul.

Na França, Luís XV e Choiseul estavam preocupados: receavam que os ingleses prosseguissem na sua ofensiva contra o restante do Império Colonial Francês, portanto comentavam: “não temos outro meio para equilibrar a situação e procurar compensações úteis e o que me resta é ‘porter mes vues sur le Brésil et de conquérir cette vaste colonie’ de um príncipe, agora meu inimigo, por sua aliança com o rei da Inglaterra, provocando-me a lhe declarar uma guerra inevitável”.

Depois dessa declaração, foi escolhido o comando das forças navais e terrestres. Comando naval, Louis Joseph de Beaussier de L’Isle, que servira sob as ordens de Duguay-Trouin. Choiseul, para estimular-lhe os brios, escreveu: “Foi no Rio de Janeiro, forçando a capitalização, é que o sr. de Beaussier obteve suas primeiras lições navais. S. M. espera que demonstre a mesma audácia e confiança...”

O comando terrestre ficou nas mãos de Jean Baptiste Charles Henri Hector, conde d’Estaing que, no caso de ser coroada de êxito a operação de conquistar o Brasil, seria o Vice-Rei francês de nosso país. Mas o destino que o Brasil fosse um protetorado ou uma colônia francesa, embora houvesse várias tentativas desde Villegagnon.

Às vezes esse misterioso destino coloca no palco da vida personagens, cujos parentes longínquos, no passado, se destacaram como no caso em estudo. D’Estaing, pertencente à antiga nobreza da França, com direito de ostentar em seu brasão as armas desse país, depois de um D’Estaing ter salvo a vida de Felipe Augusto na batalha de Bouvines. Segundo a história Guilherme, o primeiro conde d’Estaing foi companheiro de Ricardo Coração de Leão na terceira cruzada.

Como dizíamos acima, o destino escolhe com cuidado as suas “vítimas”, seus heróis ou ainda seus “heróis-vítimas”, como no caso do Conde d’Estaing que começou bem cedo sua vida de aventuras, dignas de um romance de ficção... mas verdadeiro. Na classe dos personagens, o destino escolheu d’Estaing para “herói-vítima, pois acabou morrendo guilhotinado na época do Terror, um capítulo triste da história da França.

Antes de ser nomeado para a importante operação destinada a conquistar o Brasil, d’Estaing já era veterano em aventuras: aos quinze anos, combatendo em Fontenoy, foi ferido. Nessa batalha esteve presente o próprio Luís XV, que assistiu a vitória do Marechal de Saxe sobre os ingleses e holandeses. Segundo os historiadores, houve entre os inimigos uma troca de cortesias, que custou aos franceses a perda da primeira linha.

Com 27 anos, d’Estaing, no posto de coronel do regimento Royal Lorraine, seguiu para as Índias a bordo do navio capitânea “Le Zodiaque”, da esquadra do Conde d’Aché. Em 15 de julho de 1757 “Le Zodiaque” arribou no Rio de Janeiro, onde permaneceu durante setenta dias. Para desculpar essa permanência: tratar da tripulação enferma. Mas, como d’Estaing empregou o tempo durante essa prolongada permanência no Rio de Janeiro?

Façamos um resumo dos acontecimentos anteriores ao ousado plano de conquistar o Brasil. Baseado em documentos existentes, dois deles de autoria do próprio d’Estaing. Estes documentos mostram um estudo antecipado das possibilidades de uma invasão a ser bem sucedida, se algum dia viesse a ser um fato, pois d’Estaing realizou esse estudo em 1757, e os preparativos começaram realmente em 1762, resultantes do fracasso do lado francês na Guerra dos Sete anos.

A esquadra de d’Aché era composta de doze navios, mas somente dois tiveram permissão de entrar na Guanabara: “Le Zodiaque” e o “Duc de Bourgogne” enquanto os outros dez foram desviados para a

Ilha Grande. D'Aché seguiu com o "Le Zodiaque" para São Gonçalo, onde desembarcou os seus doentes. Parece que, apesar das determinações rígidas de Portugal sobre a entrada de embarcações em portos brasileiros, é bem compreensível que as autoridades lusas logicamente não permitissem passeios turísticos por parte de tripulantes ou passageiros. No entanto, esse rigor não se aplicou ao Condé d'Estaing, conforme se pode deduzir de suas próprias declarações. Segundo estas, ele pisou em terra firme mais de vinte vezes e provavelmente nessas vinte vezes nem sempre ele voltou ao "Le Zodiaque" no mesmo dia. Ele estudou bem o território da "mui heróica cidade de São Sebastião", inclusive percorrendo o primeiro trecho do caminho para as Minas Gerais que ele acabou achando "trés beau".

Devemos supor que se trata do Caminho de Inhomirim, a histórica variante construída pelo Sargento Mor Bernardo Soares de Proença. Ora, para alcançar esse primeiro trecho é evidente que d'Estaing desembarcou no Porto da Estrela e, para isso, foi necessário fazer uma parte por via marítima e, em seguida, navegar oito quilômetros pelo rio Inhomirim, da foz até o Porto da Estrela.

Seria bem interessante pesquisar se nesse trecho ele chegou até o ponto onde, alguns anos depois, o caminho foi pavimentado com grandes pedras (por isso denominado "Calçada de Pedras"), cujo início é no local onde, anos mais tarde, foi a sede da Fazenda da Mandioca, propriedade do representante do governo da Rússia, Barão Langsdorff, o célebre anfitrião que hospedou personagens proeminentes no princípio do século XIX.

Nas sondagens no centro do Rio de Janeiro, d'Estaing se refere a um ponto em que quatro ruas se encontram, lugar estratégico para desembarque e onde se poderia cortar a água da cidade. Esse ponto, segundo o estudo cuidadoso do já citado Dr. Enéas Martins Filho, situa-se onde é hoje a Praça Floriano.

Assim, com um estudo do local; com as conversações que teve durante a estada no Rio, sondando detalhadamente os pensamentos, as opiniões de trabalhadores, de escravos e da população de modo geral, d'Estaing teve possibilidade de esquematizar um plano duplo: operação tipicamente militar e envolver parte da população para colaborar com os invasores.

De posse desses estudos antecipados, d'Estaing estava em boas condições de discutir o plano com pleno conhecimento de causa. Assim, sua opinião foi inteiramente contrária, iniciar a invasão pela Bahia, na ocasião a Capital do Brasil. Salvador seria uma presa fácil, mas, depois, como se poderia impedir que por mar ou por via terrestre fosse enviado um aviso ao governador do Rio de Janeiro? Logo todos os fortes estariam de prontidão e seriam obstáculos difíceis de vencer.

Mais adiante: ainda mesmo que o Vice-Rei na Bahia assinasse uma rendição total, de nada serviria, de vez que a autoridade do governador do Rio de Janeiro se entendia por uma porção de terra muito maior, com poderes autônomos; portanto, como vencer essa dificuldade com uma força já um tanto fraca, pela primeira operação? Além disso os resultados econômicos pela conquista da Capital seriam bem inferiores, comparando-os com os do Rio de Janeiro. Praticamente a frota do Rio de Janeiro estava avaliada em 45 milhões de libras e a da Bahia em apenas 15 milhões.

Todavia, d'Estaing concordava que a tomada da capital do Reino do Brasil faria uma verdadeira sensação em toda a Europa; entretanto volta a insistir sobre as defesas do Rio, agora mais fortes que no tempo de Mr. Duguay, com a construção de mais duas fortalezas: a da Lage e a da Ilha das Cobras.

A prancha nº 41 do livro de Gilberto Ferrez mostra "um belo trabalho de espionagem francesa no Rio de Janeiro", com a apresentação da topografia da baía; plano da cidade, com suas defesas locais no ano de 1757 e a planta das fortalezas; estas, para maior compreensão, também em corte. Deve-se mesmo admitir que estes mapas foram feitos pelo próprio D'Estaing, pois não lhe faltou tempo, decorrente da permanência do "Zodiague" no Rio de Janeiro durante setenta dias.

Outra, prancha do livro: "O Rio de Janeiro e a defesa de seu porto", de Gilberto Ferrez, e a de nº 42, em que se vê a baía de Guanabara e a cidade à esquerda, e à direita, os desenhos em minuciosos detalhes de todas as fortalezas.

Com esse preciosos planos e com a prática que os franceses desse tempo possuíam em fazer conquistas, apoiados por poderosas esquadras é evidente que o "estado maior" chefiado por Choiseul, agora, precisava apenas traçar o plano para entrar em ação, depois de um cuidadoso balanço do equipamento bélico e pessoal, para uma operação

bem distante do continente europeu. Não poderia haver falhas: a conquista tinha que ser efetuada com a frota de invasão de 29 unidades, assim distribuídas nove fragatas, dois navios-hospitais, nove transportes, que seriam armados em Nantes.

Vinte navios estavam concentrados em Brest e em La Rochelle, assim relacionados: **Navios de linha:** Royal Louis, Le Sceptre, Le Zodiaque (o que esteve no Rio de Janeiro em 1757), Le Minotaure, Le Sage, Le Protée, Le Palmier, Le Saint Esprit e Le Marechal de Broglie. **Fragatas:** La Thétis, L'Heroine, L'Ambition, Le Gueperd, L'Hirondelle, Le Lion e Le Berger. Mais dois navios-hospitais: Le Salomon e Le Petit Maré.

Essa frota estava armada com um total de 876 bocas de fogo e o efetivo militar para a invasão do Brasil era composto de 334 oficiais e 5481 soldados.

Retrocedendo a 1756: as autoridades portuguesas estavam bem alertadas contra uma nova invasão do Brasil por franceses, seguindo um relato de viagem do sueco Johan Brelin, em um livro do qual o Instituto Ibero-Americano de Gotemburgo, Suécia, publicou uma parte em tradução de Carlos Pericão de Almeida. (Ver "Notícia Bibliográfica e Histórica", nº 73, de 1976, Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de Campinas).

O Professor Odilon Nogueira de Matos, em "Um viajante sueco no Brasil em 1756", cita o seguinte: "A nossa chegada à cidade (Salvador) fomos separados e levados um por um à presença do vice-rei português para sermos interrogados sobre a nossa viagem e missão, a seguir ao que ficamos detidos sob custódia em diferentes partes da cidade durante oito dias e várias vezes ao dia conduzidos ao Conselho do Vice-Rei para sermos submetidos a novos interrogatórios acerca do motivo da viagem, o qual, pelo seu mesmo caráter, não devia ser dado a conhecer" (Nota do autor: A principal missão do barco francês era seguir para Ascensão e aí esperar os navios franceses vindos das Índias e bem assim avisá-los do estado de guerra entre a França e a Inglaterra. Mas, acerca desta missão nenhuma outra nação devia ter conhecimento).

As autoridades portuguesas na Bahia libertaram, por fim, os viajantes do navio francês sob as condições de não comerciar e deixar a Bahia tão logo que tivesse substituído o mastro. Com tudo isso nós

devíamos nos conformar se não quiséssemos ficar sem o navio e sermos considerados indignos da graça e ordens reais".

Deduz-se desses documentos que os navios esperados e serem avisados eram justamente os da esquadra do Conde d'Ache, cuja capitânea "La Zodiaque" serviu de "residência" a d'Estaing durante os setenta dias em que o navio esteve no Rio de Janeiro. Setenta dias aproveitados inteligentemente pelo Conde d'Estaing para um minucioso estudo e planejamento da operação determinada por Choiseul e que, felizmente, não se realizou por vários motivos como se verá adiante.

Dois documentos, dos 59 cujas cópias ocupam as 146 folhas do Códice, demonstram bem a determinação do governo francês em tomar posse do Brasil. Os dois documentos estão assinados por Luís XV e referendados pelo primeiro ministro Duque do Choiseul: I. "Ordre royal à Mr. Beaussier de L'Isle lui confiant le commandement de l'expédition qui sera envoyée au Brésil pour entreprendre la conquête de ce pays. Versailles, 30 septembre 1762" II. "Lettre de provision do Vice-Roy du Brésil accordées au Comte d'Estaing commandant des troupes de terre dans l'expédition Beaussier de L'Isle. Fontainebleau, 20 octobre 1762".

E assim, se tivesse acontecido, teríamos um vice-rei francês no Brasil, mas o destino não quis que isto acontecesse. Mas, muitos acontecimentos estavam reservados ao século XVIII, que modificaram profundamente a estrutura do mundo ocidental.

Para os estudiosos da História do Brasil o tema referente às tentativas dos franceses para se apossarem da imensa colônia de Portugal é dos mais interessantes. O plano de conquista "Luís XV/ Choiseul/D'Estaing", de 1762, encaminha o pesquisador ao estudo da defesa dos acessos pelo Atlântico. E, então, estará diante de uma documentação cartográfica extraordinária. Já nos referimos a algumas fontes, mas julgamos de interesse citar mais algumas de suma importância para essa parte da historiografia brasileira já no limiar de cinco séculos.

Há um esplêndido trabalho do eminente cartógrafo, pintor e escritor Eduardo Canabrava Barreiros - **Atlas da evolução urbana da cidade do Rio de Janeiro, 1565-1965**, trabalho notável e difícil de realizar quando se trata de fazer uma série de levantamentos de cartografia histórica, baseados em velhos documentos e mapas com todas espécies de medidas, fora do sistema métrico.

Mas o autor enfrentou todas essas dificuldades, realizando um precioso trabalho cultural e técnico para as comemorações dos quatrocentos da “Mui Heróica Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro”, que, neste mês de janeiro completa 412 anos.

Nesse atlas histórico, lançamento do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e impresso com a colaboração patriótica do Serviço Geográfico do Exército, os interessados encontrarão a reprodução do mapa de autoria do cartógrafo normando, Jacques de Vau Claye, de 1578 ou 79. Este mapa, “Le vrai Pourtraict de Geneure et du Cap de Frie”, com detalhes da importância na estratégia militar, indica até o local “onde poderia ser tomada a cidade”, e, coincidência ou não, foi por aí que a invadiu Duguay Trouin, 133 anos depois, em 1711, redução parcial de uma cópia a bico de pena, de fac-símile do original manuscrito, existente na Biblioteca Nacional de Paris. Assim está, parte da legenda do mapa constante do Atlas citado.

Ainda no mesmo Atlas há outras reproduções, entre estas: “La France Antartique”, “Isle et Fort des François”, mostrando a cena do ataque português ao Forte Coligny. Estamos fazendo referência a esses fatos para frizar que o plano D’Estaing de 1762 tem - pode-se afirmar - várias tentativas anteriores.

Disto tudo conclui-se: o estudo do plano teve uma documentação evolutiva em matéria de levantamento de pontos estratégicos, para se conseguir um final da autoria de D’Estaing que serviria de orientação definitiva para a conquista do Brasil.

Como o assunto trata da documentação cartográfica histórica referente à defesa militar do Brasil, principalmente do acesso mais importante no caso de conquista - o porto e a cidade do Rio de Janeiro - vamos citar outro trabalho sobre o assunto em pauta, de autoria do General Francisco de Paula e Azevedo Pondé, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e nosso confrade no Conselho do Museu de Armas Ferreira da Cunha e no Instituto Histórico de Petrópolis: **A defesa militar do porto e da cidade do Rio de Janeiro em quatro séculos**. Para aguçar o interesse do estudioso, a capa e a contra-capa do livro apresentam o “Plan de la Baye et de la Ville de Rio de Janeiro, située par les 23 degs de latitude sud et 33,1 degs 20 minutes de longitude: prise par l’Escadre commandée par M. Duguay Trouin”.

Eis mais um trabalho de grande utilidade na pesquisa de um tema de história do Brasil que não é muito divulgado e, por isso mesmo, constituindo um particular motivo para quem quiser se aprofundar no assunto, pois o livro do General Pondé contém completas descrições das fortalezas do Rio de Janeiro, com ilustrações reproduzidas de arquivos históricos.

Discorrendo sobre livros de autores que se interessam pela defesa militar do Brasil contra possíveis conquistas estrangeiras até o fim do século XIX dá a impressão de estarmos fugindo do assunto D'Estaing; no entanto, examinando o tema veremos que o mesmo tem como base uma curiosa documentação cartográfica de esquemas, de plantas e mapas da situação geográfica a serviço da estratégia militar de ontem, como o é ainda hoje, agora com o progresso surpreendente da fotografia automática controlada à distância e conduzida até pelos “robots” voadores que obedecem a comandos eletrônicos...

Iniciado, pois, este trecho que forma uma espécie de parêntese da crônica-título, vamos terminá-lo com mais algumas informações, agora conseguidas com o diretor do Museu de Armas Ferreira da Cunha. Perguntamos ao Dr. Sérgio Ferreira da Cunha se no acervo do Museu de Armas existiram peças de artilharia pertencentes à defesa do porto e cidade do Rio de Janeiro. Obtivemos do sr. Diretor do Museu de Armas Ferreira da Cunha os seguintes informes:

“Alguns canhões estavam em depósito na Casa do Trem (Museu Histórico Nacional) assim como outras peças julgadas desnecessárias. Algumas, retiradas de navios, foram transportadas em 1822/1823 para uma linha de fortificações construídas às pressas, ligando as serras da Carioca, Jacarepaguá, até o atual bairro Parada de Lucas, constituindo uma espécie de Linha de Defesa contra um possível ataque vindo da baía de Sepetiba pela tão decantada esquadra, que viria de Portugal para depor D. Pedro I e reconduzir o Brasil ao estado de colônia. Comprovaram estas informações, ter o professor José Wast Rodrigues encontrado uma carronada, peça típica da artilharia naval, abandonada nas matas do Grajaú, por ocasião da abertura da Estrada Grajaú-Jacarepaguá; peça esta removida mais tarde para o Museu da Cidade (Parque Guinle), na década de 40. Dessa citada linha de Defesa provisória foram removidas peças de artilharia dos séculos 18 e 19, já utilizadas em outros pontos para

a defesa da cidade do Rio de Janeiro. Três dessas peças podem ser vistas no Museu de Armas Ferreira da Cunha. Descobertas na década 1950/1960, em lugares diferentes: uma, na Serra junto à elevatória de água Lameirão; a segunda, em Parada de Lucas e a terceira junto aos pântanos que ali existiam antes do saneamento da Baixada Fluminense e a abertura da nova Estrada Rio-Petrópolis”.

Eis, pois, a existência, agora, no Museu de Armas Ferreira da Cunha, localizado no quilômetro 40 da Estrada Washington Luís, Quarteirão Worms - também um nome histórico incorporado à toponímia petropolitana - de peças de artilharia pertencentes aos sistemas de defesa da antiga Capitania do Rio de Janeiro.

Voltando ao plano D’Estaing: Depois de serem discutidas as duas possibilidades de invasão do Brasil - Bahia ou Rio de Janeiro - prevaleceu o plano D’Estaing com o seguinte esquema de operações: 1º) Conquistar o Brasil pela tomada do Rio de Janeiro; 2º) Com a cidade em poder dos franceses, seria destacado um contingente expedicionário para tomar Bahia, “uma operação muito fácil”, segundo afirmava D’Estaing; 3º) Depois de consolidada a situação no Rio de Janeiro, organizar com recursos locais uma espécie de “quinta coluna” que o Conde d’Estaing procurou estabelecer quando esteve no Rio de Janeiro em 1757, para marchar sob e a “Ville des Mines”. Devemos novamente admitir que, se fosse realizada a conquista do Brasil pelos franceses, o destacamento francês, partindo do Rio, passaria pela variante de Bernardo Proença, atravessando a área hoje ocupada pela Imperial Cidade de Petrópolis. Depois, de posse da “Ville des Mines” (Ouro Preto) a evolução do plano seria: conquista do Recife, ocupação da Ilha de Santa Catarina, para desse local, estabelecer comunicações com os espanhóis de Buenos Aires.

Pode-se observar que D’Estaing tinha plena confiança nos resultados de sua “doutrinação” feita em 1757, principalmente entre os escravos que trabalhavam nas minas, “dans des conditions de travail affreuses et avec espoir de la liberté en faire des soldats”. No entanto, esses escravos não incluíam aqueles que trabalhavam nas cidades e nos engenhos. Estes, não eram de confiança, segundo ele.

O seu grande plano consistia - para obter reforços no Brasil - em aproveitar o descontentamento que sabia existir contra o Marquês de Pombal, principalmente entre os amigos dos jesuítas; com estes, ele

pretendia imediatamente “*lier correspondance*”. Continuando na descrição de seu bem elaborado plano, D’Estaing solicita autorização de Choiseul para levar na expedição de conquista do Brasil um determinado padre Bonnacamp, jesuíta que fora professor no Canadá, mas no momento residindo em Paris ou em Tours. Para D’Estaing, o padre Bonnacamp seria precisamente a pessoa indicada para a missão “*pour faire mouvoir les adhérents*”. Diante dessas ponderações a resposta de Choiseul foi uma ordem imediata: “*Chercher le jésuite*”.

D’Estaing pensou em tudo nesse audacioso plano: preocupado que um possível bloqueio inglês poderia dificultar o transporte para a França dos “*trésors et richesses*” obtidos na captura do Rio e da Bahia, sugere então uma elevada operação bancária, talvez sem precedentes para a época: todos os valores seriam mandados para o Cabo da Boa Esperança e entregues à Companhia Holandesa das Índias. Seriam, então, emitidas letras contra a matriz em Amsterdam equivalentes ao valor depositado, letras essas que seriam entregues ao governo francês. Lembra, ainda, que para o transporte desses papéis bastaria uma fragata que, viajando isolada, teria toda a possibilidade de furar o bloqueio. Mas, não deu certo. Choiseul comunica a D’Estaing que a Companhia Francesa das Índias era devedora de sua congênera holandesa, logo “*cette voie ne peut avoir lieu*”.

Entrementes restava para D’Estaing a possibilidade do término da Guerra dos Sete Anos mesmo antes da conquista completa do Brasil; para isso pede - caso aconteça - lhe seja enviado um aviso antecipado e oficial, por um navio bem rápido. Para não perder tempo, o navio deveria partir de La Coruña e não da Mancha. Um aviso indispensável para evitar muitos contra-tempos na ocupação do Rio de Janeiro, exigindo linha de condutas diferentes como consta do documento “*Observations*”.

Todos esses cuidados de D’Estaing, segundo está documentado, eram para não perder nada economicamente. Tudo deveria pertencer ao governo francês. Com o domínio completo e efetivo do Brasil, é claro, negociantes e proprietários brasileiros esconderiam uma boa parte de suas riquezas. Mas, estabelecida a posse definitiva do Brasil, haveria uma política de benevolência, e o ouro escondido iria aparecer, e através da compra de mercadorias, seria canalizado para a França. Ora, a paz sem a conquista completa do país impediria a aplicação dessa política.

D'Estaing termina suas "observations" dizendo que, se ele não tiver dificuldades "par les formalités inexplicables de la Marine Royale, le peux promettre que j'ettonerai les Portugais plus aisement que je n'ai fait les Anglais". Deixa entender ainda que conhece bem o povo e a opinião sobre os franceses, pois já tivera oportunidade de muitos contatos durante aqueles dois meses no Brasil, em 1757.

As ponderações de D'Estaing foram atendidas e Beaussier de l'Isle teve instruções autorizando modificações no plano, e que, em alto mar, reunisse seus comandados para receberem ordens finais, e nesse Conselho de Guerra D'Estaing tivesse voto preponderante.

No dia 15 de maio deste ano (1977) serão passados duzentos e vinte anos de um episódio não muito conhecido da história do Brasil: chega ao Rio de Janeiro o navio capitânea "Le Zodiaque", da esquadra do Conde de Aché, tendo como passageiro Jean-Baptiste Charles Henri Hector D'Estaing, Conde d'Estaing.

Como foi descrito, D'Estaing, com conhecimentos locais, elaborara um plano para conquistar o Brasil, com o fim de equilibrar as perdas que o governo francês tivera com a derrota da aliança franco-austriaca na Guerra dos Sete Anos. Choiseul, com seu "pacto de família", desenvolveu um esquema militar para ressarcir a França pela perda do Canadá, das Antilhas e de outras colônias.

Depois da série de ocorrências já descritas, D'Estaing foi incumbido, segundo documento assinado por Luís XV, de comandar as tropas de conquista do Brasil. É interessante este trecho de um dos principais documentos, dos 59 que constituem as 146 folhas do Códice: "Lettres de provision de Vice-Roi du Brésil, acordées au Comte D'Estaing, commandant des troupes de terre dans l'Expédition Beaussier de l'Isle".

Resumindo: depois de muitas discussões, em que um dos planos não foi aceito por D'Estaing, que seria a invasão da Bahia, prevaleceu o plano da conquista começando pelo Rio de Janeiro e, depois, por etapas, seriam conquistados por diversos contingentes a Bahia e a "Ville des Mines". Pelo plano pode-se perceber a importância econômica que D'Estaing dava aos principais pontos em evidência no Brasil no século XVIII. Além disso, consolidadas essas três posições, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia, o resto, segundo D'Estaing, não seria problema, devido aos recursos que seriam fornecidos pelas três Capitânias.

Terminemos. Tudo estava pronto para a partida da esquadra francesa; Beaussier de l'Isle recebeu ordem para preparar a partida de Brest, em 25 de outubro de 1762. No entanto, em 3 de novembro era assinado em Fontaine-bleau, o documento preliminar da paz pondo fim à Guerra dos Sete Anos. Com isto, foi sustada a partida da expedição e, logo a seguir, a 10 de dezembro, uma ordem régia mandava desarmar a esquadra e reduzia a 1/3 a tripulação dos navios, o efetivo normal de tempo de paz.

Assim, o plano tão bem engendrado por D'Estaing ficou, como muitos outros planos grandiosos, em estado de projeto e, entregue ao arquivo onde dormiria em paz até ser "puchado" das prateleiras pelos historiadores.

Em homenagem ao meu inesquecível amigo e colega do Colégio São Vicente de Paulo, no tempo do Palácio Imperial, Dr. Enéas Martins Filho, transcrevo o final do trabalho sobre o assunto publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 272, julho/setembro de 1966:

"Teria ele tido possibilidade de sucesso? Lembrarei, apenas, que a viagem estava calculada para durar dois meses e que, se a esquadra deixasse Brest na data prevista, estaria em águas da Guanabara na primeira quinzena de janeiro de 1763. Viria encontrar o Rio abalado pelos desastres da guerra do sul e enlutado pela morte de Gomes Freire de Andrade, ocorrida a 1º de janeiro. Privada de seu grande chefe, desguarnecida de suas melhores tropas, com o governo em mãos de uma junta provisória, teria a cidade ânimo e forças para resistir? São perguntas que é lícito fazer, mas às quais, felizmente, não é preciso responder".

Mas, e o fim de D'Estaing? É fácil imaginar que uma personalidade como D'Estaing não poderia ficar parado, tranqüilo, vivendo normalmente como qualquer pessoa. Não. Isto não estava no seu modo de viver. Ele precisava de aventuras, de episódios épicos, como seus ancestrais. Por isso mesmo, fracassada a conquista do Brasil, em que estava vivamente interessado, principalmente para fazer uma espécie de provocação aos ingleses, pois já fora prisioneiro deles. Logo depois do arquivamento do projeto da conquista do Brasil, foi designado para o comando da frota francesa armada, devido aos acontecimentos na América do Norte.

Os ingleses eram a preocupação de D'Estaing e, a cada momento, esperava ele um ataque à Ilha de Martinica, onde estava

instalado com 25 navios e um efetivo de 1500 homens. Não demorou muito e eis os ingleses atacando a Ilha. Seria prolongar muito descrever toda a operação Martinica, que foi o segundo grande feito de D'Estaing. No entanto, é preciso não esquecer que D'Estaing, em 1778, conduzindo sua frota aos Estados Unidos, tornou-se o pioneiro no auxílio à consolidação da independência americana. Ainda em maio de 1976, quando Valery Giscard D'Estaing, então presidente da França, esteve nos Estados Unidos, foi lembrada a participação francesa na independência americana, tendo como figura principal, nesse movimento e nessa época, o Vice-Almirante Jean Baptiste Charles Henry Hector D'Estaing, antepassado do presidente francês.

Mas estava escrito que esse homem, cuja vida esteve sempre em perigo, desde a idade de quinze anos, quando, combatendo em Fontenoy, foi ferido, teria um fim trágico. Logo após a tomada da Bastilha, avulta novamente o seu nome: em 28 de julho de 1789 os cidadãos de Versalhes resolveram formar uma Guarda Nacional nomeando-o comandante. Como se sabe, a Revolução Francesa, embora tenha trazido uma profunda reforma social de efeitos benéficos, foi marcada com passagens que exigia vítimas entre os próprios chefes revolucionários, e disto D'Estaing não escapou. Intimado como testemunha no Tribunal Revolucionário, depois de ter adotado a Revolução, foi acusado pelo terrível tribunal e guilhotinado em 28 de abril de 1794.

TEXTOS

(Sugestões para seminários)

MERCADO DE ESCRAVOS (WALSH)

Mais tarde tivemos diante dos olhos uma cena altamente repulsiva para os sentimentos europeus, principalmente para os que a testemunhavam pela primeira vez. Tínhamos passado, no caminho, por várias levas de escravos, que haviam sido comprados no Rio e vinham sendo tangidos pelas estradas como um rebanho de ovelhas, para serem vendidos nos diversos povoados. Foi instalado uma espécie de mercado defronte da porta da estalagem, e cerca de trinta homens, mulheres e crianças foram levados para ali. O condutor era a imagem perfeita que eu tinha do tipo de sujeito que se dedica a esse serviço. Era um homem alto e macilento, de corparda, com um chumaço de cabelos pretos caindo-lhe de cada lado do rosto de traços duros e decididos. Trajava paletó e calças de pano azul, e botas de couro de cano mole, ornada com grandes esporas de prata. Na cabeça trazia um vasto chapéu de palha com uma larga fita circundando a copa, e na mão um comprido chicote de duas pontas, que agitava acima das cabeças do bando de escravos, forçando-os a se enfileirarem para serem examinados; muitos deles, principalmente as crianças, tremiam como varas verdes. O homem deu então uma volta pelo povoado, em busca de compradores, e quando estes chegaram o mercado foi aberto. Os escravos, tanto os homens como as mulheres, recebiam ordens de caminhar de um lado para o outro com passos variados, sendo examinados e apalpados exatamente como fazem os açougueiros com os bois. De vez em quando o vendedor dava-lhes uma chicotada para fazê-los saltar, mostrando assim que tinham pernas ágeis; fazia-os

também gritar e chorar, para que os compradores vissem que tinham bons pulmões.

(Notícias do Brasil. Trad. Regina Régis Junqueira, segundo volume, p. 41. Belo Horizonte, Itatiaia/São Paulo, Edusp, 1985. Coleção "Reconquista do Brasil", nova série, v. 75).

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO

Os representantes do povo francês, constituídos em Assembléia Nacional, considerando que a ignorância, o esquecimento ou o menosprezo dos direitos do homem são as únicas causas das desgraças públicas e da corrupção dos governos, resolveram expor, numa declaração solene, os direitos naturais, inalienáveis e sagrados do homem, a fim de que esta declaração, constantemente presente em todos os membros do corpo social, lhes recorde incessantemente os seus direitos e os seus deveres; a fim de que os atos do poder legislativo e os do poder executivo podendo ser a cada momento comparados com o fim de toda instituição política, sejam mais respeitados; a fim de que as reclamações dos cidadãos, fundadas doravante sobre princípios simples e incontestáveis, se voltem sempre para a conservação da Constituição e para a felicidade de todos. Em consequência, a Assembléia Nacional reconhece e declara, em presença e sob os auspícios do Ser Supremo, os seguintes direitos do Homem e do Cidadão:

Artigo 1º - Os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos. As distinções sociais só podem ser fundadas sobre a utilidade comum.

Artigo 2º - O fim de toda associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem. Estes direitos são a Liberdade, a Propriedade, a Segurança e a Resistência à opressão.

Artigo 3º - O princípio de toda soberania reside essencialmente na Nação. Nenhum corpo, nenhum indivíduo pode exercer autoridade que dela não emane expressamente.

Artigo 4º - A liberdade consiste em poder fazer tudo o que não prejudique a outrem; assim, o exercício dos direitos naturais de cada

homem não tem por limites senão os que asseguram aos outros membros da sociedade a fruição destes mesmos direitos. Estes limites só podem ser determinados pela Lei.

Artigo 5º - A Lei só tem o direito de proibir as ações prejudiciais à sociedade. Tudo o que não é proibido pela Lei não pode ser impedido e ninguém pode ser constringido a fazer o que ela não ordene.

Artigo 6º - A Lei é a expressão da vontade geral. Todos os cidadãos têm o direito de concorrer pessoalmente, ou por seus representantes, para a sua formação. Ela deve ser o mesmo para todos, quer protegendo, quer punindo. Todos os cidadãos, sendo iguais a seus olhos, são igualmente admissíveis a todas as dignidades, lugares e empregos públicos, segundo sua capacidade e sem outra distinção senão a de sua virtude e de seus talentos.

Artigo 7º - Nenhum homem pode ser acusado, preso, nem retido senão nos casos determinados pela Lei e segundo as formas que ela prescreveu. Os que solicitam, expedem, executam ou fazem executar ordens arbitrárias, devem ser punidos; mas todo cidadão chamado ou embargado em virtude da Lei, deve obedecer de imediato: ele torna-se culpado pela resistência.

Artigo 8º - A Lei só deve estabelecer penas estritamente e evidentemente necessárias, e ninguém pode ser punido senão em virtude de uma lei estabelecida e promulgada anteriormente ao delito, e legalmente aplicada.

Artigo 9º - Sendo o homem presumido inocente até que seja declarado culpado, se for julgado indispensável prendê-lo, todo rigor que não seja necessário para se apoderar de sua pessoa, deve ser severamente reprimido pela Lei.

Artigo 10 - Ninguém deve ser perturbado por suas opiniões mesmo religiosas, contanto que sua manifestação não perturbe a ordem pública estabelecida pela Lei.

Artigo 11 - A livre comunicação do pensamento e das opiniões é um dos direitos mais preciosos do homem; todo cidadão pode pois falar, escrever imprimir livremente, sob condição de responder pelo abuso desta liberdade nos casos determinados pela Lei.

Artigo 12 - A garantia dos direitos do Homem e do Cidadão necessita de uma força pública; esta força é pois instituída em benefício de todos, e não em proveito particular daqueles aos quais ela é confiada.

Artigo 13 - Para a manutenção da força pública e para as despesas de administração, é indispensável uma contribuição comum: ela deve ser repartida igualmente entre todos os cidadãos, em razão das suas faculdades.

Artigo 14 - Todos os cidadãos têm o direito de constatar, por si mesmos, ou por seus representantes, a necessidade da contribuição pública, de consenti-la livremente, de acompanhar o seu emprego, e de determinar-lhe a quota, a base, a cobrança e a duração.

Artigo 15 - A sociedade tem o direito de exigir a prestação de contas de todo agente público de sua administração.

Artigo 16 - Toda sociedade em que a garantia dos direitos não é assegurada, nem a separação dos poderes determinada, não tem em absoluto constituição.

Artigo 17 - Sendo a propriedade um direito inviolável e sagrado, ninguém dela pode ser privado, a não ser quando a necessidade pública, legalmente constatada, evidentemente o exige, sob a condição de uma justa e prévia indenização.

Paris, 26 de agosto de 1789.

(Moreira, Adriano - Bugallo, Alejandro - Albuquerque, Celso - **Legado político do Ocidente**, 193-194. Rio de Janeiro, Difel, 1978).

VULTOS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

GILBERTO FREYRE (1900-1987)

A mais significativa ocorrência cultural do ano em curso certamente foi o centenário de Gilberto Freyre. A imprensa de todo o país dele se ocupou largamente publicando numerosos artigos historiando sua vida, analisando sua obra e, mais ainda, a influência que ele exerceu no panorama cultural do país. Já foi dito que, em matéria de cultura no Brasil, pode-se falar em “antes” e “depois” do escritor pernambucano.

Estávamos concluindo o curso secundário (1933) quando apareceu **Casa Grande e Senzala**, saudado encomiasticamente como um marco profundamente significativo da cultura brasileira. Não nos sentimos suficientemente preparados para lê-lo. Só o fizemos dois ou três anos depois, à espera de melhor amadurecimento que nos tornasse em condições de usufruir de toda a grandeza e de todo o significado do livro.

Tanto quanto o texto, bastante alentado, interessou-nos o prefácio dessa primeira edição, aliás reproduzido em todas as outras edições. Inútil ler o livro sem esse prefácio. Nele, o autor informa não apenas o porque de o haver escrito, como (e principalmente) a técnica que empregou e o material que utilizou. Fontes preciosas eram pela primeira vez (este, um dos grandes pioneirismos de Gilberto Freyre) usadas na pesquisa histórica. Desnecessário dizer o quanto isto abriu perspectivas novas para os estudos de história social.

“Casa Grande e Senzala”, no qual o autor estudou a sociedade patriarcal do Nordeste, teve prosseguimento com “Sobrados e Mucambos”, que trata da decadência do patriarcado rural e do desenvolvimento urbano no Brasil do século XIX. Este apareceu em 1936 e foi consideravelmente aumentado para posteriores edições.

À margem do grande tema dos seus primeiros livros, mestre Gilberto produziu uma obra imensa, que atinge dezenas de volumes. Além dos mencionados, guardamos nossas preferências por mais três obras da produção gilbertiana, tanto quanto as primeiras, modelares exemplos de pesquisa: “Nordeste”, no qual se estuda a influência da cana-de-açúcar na paisagem humana e social da região; “Ingleses no Brasil”, em que se estuda - como o título o indica - a influência inglesa na vida brasileira, não apenas na economia, mas igualmente na cultura, na política e na sociedade; e “Um engenheiro francês no Brasil”, em que o autor analisa particularmente a influência de Vauthier em Pernambuco.

Tão grande quanto a obra que escreveu foi a influência que exerceu sobre a nova geração de sociólogos, antropólogos e historiadores do Nordeste, todos eles, uns mais outros menos - sofrendo a poderosa marca do mestre. Para estímulo desses novos foi que fundou no Recife o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, ora transformado na Fundação Joaquim Nabuco, que constitui inegavelmente o maior centro de pesquisas existente no Brasil, na área das ciências sociais, como o demonstram os importantes trabalhos que tem publicado. Instituição que tem a dirigi-la atualmente Leonardo Dantas Silva, assíduo colaborador desta publicação.

Dos muitos que se ocuparam de Gilberto Freyre nas publicações relativas ao seu centenário, permitimo-nos destacar um trecho do depoimento de Milton Santos, do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo:

“A obra de Gilberto Freyre representa para mim um grande choque porque constituía uma forma inédita de representação da sociedade brasileira na qual ela aliava metodologia científica a um estilo literário. Pessoas da minha geração viam nessa obra uma espécie de modelo, espelho, e de alguma forma era uma fonte de inspiração. A moçada que estava entrando no mundo intelectual procurava imitá-lo, pela poesia do texto, além da vontade de interpretar o País. Também teve grande influência por meio do Instituto Joaquim Nabuco, que estimulou estudos da realidade do Brasil partindo do regional, sendo um dos primeiros órgãos a incentivar a pesquisa.

O que ficou de Gilberto Freyre foi a vontade de retratar o País. Havia grande busca de entendimento da construção intelectual da identidade nacional. Existia, até então, um grande veio paulista centrado

na economia; já Gilberto Freyre, nordestino, também se preocupava com a cultura e regionalidade, assim como Jorge Amado, José Lins do Rego, entre outros. Ele criou, de alguma maneira, uma escola que abriu espaço para a reinterpretação do Brasil”. (“O Estado de S. Paulo”, 12-3-2000).

BIBLIOGRAFIA

Gilberto Freyre escreveu muito, não sendo fácil o levantamento completo do que saiu de sua lavra. É possível que ao ensejo de seu centenário tal tarefa tenha sido realizada, para o enriquecimento da bibliografia brasileira. O que arrolamos a seguir é apenas o que é de nosso conhecimento, obviamente incompleto. Muitos de seus livros alcançaram diversas edições e mereceram traduções para várias línguas. Por outro lado, muitos de seus trabalhos menores (opúsculos) foram reunidos para a formação de novos volumes e nem sempre nos foi possível acompanhar essa transição. Suas obras mais importantes integraram coleções renomadas, como a “Documentos Brasileiros” (José Olympio) e a “Brasília” (Editora Nacional). De muitas não temos indicações de editoria, eis porque mencionamos apenas o local e a data da publicação. Nossas fontes principais foram a edição de Brasília de **Casa Grande & Senzala** (1963) e o **Dicionário Literário Brasileiro**, de Raimundo de Menezes (1978). Para o que se publicou posteriormente, não tivemos condições para um arrolamento completo.

Para uma melhor apreciação da obra freyriana, especialmente suas “obras fundamentais”, julgamos oportuno, com a devida vênua, transcrever antes trecho do excelente artigo da Professora Elide Rugai Bastos, do Departamento de Ciências Sociais da Unicamp, “O eterno presente da obra de Gilberto Freyre” estampado em “O Estado de S. Paulo”, de 12 de março do corrente ano, em caderno especial evocativo do centenário do eminente sociólogo e historiador pernambucano.

OBRAS FUNDAMENTAIS

Elida Rugai BASTOS

É possível reconhecer três diferentes fases na obra freyriana: a primeira, de 1918 a 32, composta por artigos de jornais, pelos ensaios do

Livro do Nordeste, organizado em comemoração do centenário do “Diário de Pernambuco” e pela tese de 1921, defendida em Columbia, **Vida social no Brasil em meados do século XIX**; a segunda, sem dúvida a mais importante, de 1933 a 45, compreendendo a trilogia **Casa Grande & Senzala, Sobrados e Mucambos e Nordeste**, os guias de Recife e Olinda e **Interpretação do Brasil**, publicada originalmente em inglês em 47, como resultado de um curso pronunciado na Universidade de Indiana em 1944; a terceira, que vai de 46, momento em que participa como deputado federal da Assembléia Constituinte, até seus últimos escritos de 87, compreende os discursos políticos. **Aventura e Rotina, Ingleses no Brasil, Novo Mundo nos Trópicos, Ordem e Progresso, Além do apenas Moderno**, as obras com finalidades didática e explicativas de seu trabalho, **Sociologia, Ensaios de Antropologia, a Introdução** à segunda edição de **Sobrados e Mucambos, Como e porque sou e não sou sociólogo**. Assinalo apenas alguns de seus textos, deixando de lado inúmeros deles. Neles busco as linhas explicativas e os eixos centrais.

Considerada como conjunto podemos reconhecer dois planos da concepção da obra: um temporal e outro temático. Os temas principais ganham organicidade e unidade reflexiva nos escritos de 30, embora já se antecipem nos textos da primeira fase. No plano temporal, Freyre concebe como uma unidade os livros **Casa Grande & Senzala, Sobrados e Mucambos e Ordem e Progresso**, dando ao conjunto, na década de 50, a denominação **Introdução à História da Sociedade Patriarcal no Brasil**. Analisa nesses textos a formação do povo brasileiro enfocando, no primeiro, os períodos pré-nacional e colonial; o segundo abarca desde a transição operada pela vinda da corte portuguesa até o fim do Segundo Império; no terceiro, dedica-se à transição Império/República estendendo sua análise até meados da década de 20, Assinale-se que Freyre tem uma especial visão do tempo - o tempo tribal, de origem orteguiana - onde passado, presente e futuro são concebidos como imbricados. Assim, mesmo estabelecendo um corte temporal restrito, por exemplo o século XIX, trabalha com documentos localizados indiferentemente nos vários momentos da história. Esse tempo articulado se realiza em um específico lugar: o Nordeste. Para ele o tempo é espacial.

No plano temático podemos considerar um outro arranjo dos textos, independente das intenções do autor em que figuram os dois

primeiros livros, sendo o terceiro substituído por **Nordeste**. Sua concepção histórica da sociedade brasileira funda-se na correlação de três elementos: o patriarcalismo, a interrelação etnias/cultura e o trópico. O resultado analítico dessa articulação é a proposta de três teses que ancoram sua compreensão da sociedade brasileira. Primeiramente, a da existência entre nós de uma democracia racial, produto da especial ligação entre etnias e culturas, argumento central de **Casa Grande & Senzala**. A segunda, que afirma ter sido o patriarcado uma sabedoria na ordenação da sociedade pretérita, que o torna elemento sustentador da ordem social e política no Brasil, papel válido não apenas para o passado, reflexão central em **Sobrados e Mucambos**. A terceira, a da relação existente entre região e tradição, definindo o lugar e o papel do regionalismo na configuração da unidade nacional; mais que isso, ao resgatar os valores regionais/tradicionais, mostra que o modernismo universalizador que os apaga pode vir a destruir o sentido contemporizador que existe em seu seio. É o núcleo argumentativo de **Nordeste**.

Levando em consideração os eixos temporal e temático, podemos entender como se completam, no autor, os argumentos sobre a transição e a conciliação. Já apontamos que a transição de uma fase da vida nacional a outra tem lugar central na obra de Gilberto Freyre. Creio que o ponto nuclear de sua análise sobre essa temática esteja em demonstrar que as mudanças, no Brasil, se dão sem rupturas que afetem a estrutura da sociedade. Isto é, elementos do passado sobrevivem no presente, tradição e modernidade se articulam. Através do estudo do cotidiano dos grupos sociais - costumes, atitudes, relações pessoais, modo de organização da vida doméstica ou pública, manifestações culturais - procura mostrar a permanência dos usos que fundam tradicionalmente as relações sociais.

ELENCO BIBLIOGRÁFICO

- Social Life in Brazil in the middle of the 19th century. Baltimore, 1922
 Apologia pro generatione sua. Paraíba, 1924.
- A propósito de Dom Pedro II. Recife, 1925 (Incluído em "Perfil de Euclides e outros perfis).
- Bahia de Todos os Santos e de quase todos os pecados. Recife, 1926.

- Casa Grande & Senzala. Rio, Schmidt, 1933.
- O estudo das ciências sociais nas universidades americanas. Recife, 1934.
- Uma cultura ameaçada. Recife, 1940. (Incluído em "O mundo que o português criou).
- Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife. Rio, José Olympio, 1942.
- Sobrados e Mucambos. São Paulo, Editora Nacional, 1936. Col. "Brasíliana", v. 64.
- Conferências na Europa. Rio, 1938.
- Açúcar. Rio, 1939.
- Olinda: Segundo Guia Prático, Histórico e sentimental de cidade brasileira. Recife, 1939.
- Um engenheiro francês no Brasil. Rio, 1940.
- Diário íntimo do Engenheiro Vauthier (prefácio e notas). Rio, SPHAN, 1940.
- Memórias de um Cavalcanti (prefácio). São Paulo, 1940. Reed. 1959 com o título "O velho Felix e suas memórias de um Cavalcanti".
- O mundo que o português criou. Rio, 1940. José Olympio, Col. "Documentos Brasileiros".
- Região e Tradição. Rio, José Olympio, 1941. Col. "Documentos Brasileiros".
- Problemas brasileiros de antropologia. Rio, 1943.
- Perfil de Euclides e outros perfis. Rio, 1944.
- Sociologia, Rio, 1945.
- Interpretação do Brasil. Rio, José Olympio, 1947. Col. "Documentos Brasileiros".
- Ingleses no Brasil. Rio, José Olympio, 1948. Col. "Documentos Brasileiros".
- Quase política. Rio, 1950.
- Um brasileiro em terras portuguesas. Rio, 1953.
- Aventura e Rotina. Rio, 1953.
- Ordem e Progresso. Rio, José Olympio, 1959. Col. "Documentos Brasileiros".
- O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX. Rio, 1963 Reed. na Col. "Brasíliana", 1973.
- Nós e a Europa germânica. Rio, 1971.

SELETA

A CANA E A TERRA

Gilberto FREYRE

A palavra “Nordeste” é hoje uma palavra desfigurada pela expressão “obras do Nordeste” que quer dizer “obras contra as secas”. E quase não sugere senão as secas. Os Sertões de areia seca rangendo debaixo dos pés. Os sertões de paisagens duras doendo nos olhos. Os mandacarus. Os bois e os cavalos angulosos. As sombras leves como umas almas do outro mundo com medo do sol.

Mas esse Nordeste de figuras de homens e de bichos se alongando quase em figuras de El Greco é apenas um lado do Nordeste. O outro Nordeste. Mais velho que ele é o Nordeste de árvores gordas, de sombras profundas, de bois pachorrentos, de gente vagarosa e às vezes arredondada quase em sanchos-panças pelo mel de engenho, pelo peixe cozido com pirão, pelo trabalho parado e sempre o mesmo, pela opilação, pela aguardente, pela garapa de cana, pelo feijão de coco, pelos vermes, pela erisipela, pelo ócio, pelas doenças que fazem a pessoa inchar, pelo próprio mal de comer terra.

Um Nordeste onde nunca deixa de haver uma mancha d’água: um avanço de mar, um rio, um riacho, o esverdeado de uma lagoa. Onde a água faz da terra o que quer: inventa ilhas, desmancha istmos e cabos, altera a seu gosto a geografia convencional dos compêndios.

Um Nordeste com a cal das casas de telha tirada das pedras do mar, com uma população numerosas vivendo de peixe, de marisco, de caranguejo, com as mulheres dos mucambos lavando as panelas e os

meninos na água dos rios, com alguns caturras ainda iluminando as casas a azeite de peixe.

Um Nordeste oleoso onde noite de lua parece escorrer um óleo gordo das coisas e das pessoas. Da terra. Do cabelo preto das mulatas e das caboclas. Das árvores lambusadas de resinas. Das águas. Do corpo pardo dos homens que trabalham dentro do mar e dos rios, na bagaceira dos engenhos, no cais do Apolo, nos trapiches de Maceió.

Esse Nordeste de terra gorda e de ar oleoso é o Nordeste da cana-de-açúcar. Das casas-grandes e dos engenhos. Dos sobrados de azulejo. Dos mucambos de palha de coqueiro ou de coberta de capim-açu. O Nordeste que vai do Recôncavo ao Maranhão, tendo o seu centro em Pernambuco.

Aliás, há mais de dois Nordestes e não um, muito menos o Norte massiço e único de que se fala tanto no Sul com exagero de simplificação. As especializações regionais de vida, de cultura e de tipo físico no Brasil estão ainda por ser traçadas debaixo de um critério rigoroso de ecologia ou de sociologia regional, que corrija tais exageros e mostre que dentro da unidade essencial que nos une, há diferenças às vezes profundas.

O Nordeste do massapê, da argila, do humus gorduroso é o que pode haver de mais diferente do outro, de terra dura, de areia seca. A terra aqui é pegagenta e melada. Agarra-se aos homens com modos de garanhona. Mas ao mesmo tempo parece sentir gosto em ser pisada e ferida pelos pés da gente, pelas patas dos bois e dos cavalos. Deixa-se docemente marcar até pelo pé de um menino que corra brincando, empinando um papagaio; até pelas rodas de um cabriolé velho que vá aos solavancos de um engenho de fogo morto a uma estação da "Great Western".

Há quatro séculos que o massapê do Nordeste puxa para dentro de si as pontas de cana, os pés dos homens, as patas dos bois, as rodas vagarosas dos carros, as raízes das mangueiras e das jaqueiras, os alicerces das casas e das igrejas, deixando-se penetrar como nenhuma outra terra dos trópicos pela civilização agrária dos portugueses.

O massapê é acomodaticio. É uma terra doce ainda hoje. Não tem aquele ranger da areia dos sertões que parece repelir a bota do europeu e o pé do africano, a pata do boi e o casco do cavalo, a raiz da mangueira

da Índia e o broto da cana, com o mesmo enjôo de quem repelisse uma afronta ou uma intrusão. A doçura das terras de massapê contrasta com o ranger da raiva terrível das areias secas dos sertões.

O massapê não vai ao extremo da terra de mangue, que quase não é terra, de tão melada, de tão mole e indecisa, deixando que nela a água apodreça os matos e as raízes. Nem ao excesso do barro tauá, nos dias de chuva capaz de engolir balduinias, de server comboios inteiros.

O massapê tem outra resistência e outra nobreza. Tem profundidade. É terra doce sem deixar de ser terra firme: o bastante para que nela se construa com solidez engenho, casa e capela.

Nessas manchas de terra peguenta foi possível fundar a civilização moderna mais cheia de qualidade, de permanência e ao mesmo tempo de plasticidade que já se fundou nos trópicos. A riqueza do solo era profunda: as gerações de senhores de engenho podiam suceder-se no mesmo engenho; fortalecer-se; criar raízes em casas de pedra-e-cal; não era preciso o nomadismo agrário que se praticou noutras terras, onde o solo menos fértil, esgotado logo pela monocultura, fez do agricultor quase um cigano sempre à procura de terra virgem.

Sem massapê, sem argila, sem humus, a paisagem do Nordeste - desde o Recôncavo, na Bahia, até certos trechos do Maranhão - não teria se alterado tão decisivamente no sentido em que se alterou desde os meados do século XVI: no sentido da cana-de-açúcar. No sentido da casa-grande de pedra-e-cal. A qualidade do solo tornou possível o avanço civilizador da cana em várias outras terras do Brasil. Mas a estabilidade de sua cultura no extremo Nordeste e no Recôncavo se explica por condições particularmente favoráveis de solo, de atmosfera, de situação geográfica. Nas terras onde parece que se plantaram as primeiras canas - talvez mais como um recurso contra as “doenças do mar”, principalmente o escorbuto, do que como base de uma agricultura colonial, e muito menos de uma indústria - nunca se teria firmado a lavoura quem em poucos anos fez da Nova Lusitânia uma colônia de gente tão farta, de homens tão sólidos, com tanto rugeruge de seda e tanto brilho de rubis; com casas de pedra-e-cal; com sobrados de azulejo e igrejas guarnecidas de jacarandá e de ouro.

A qualidade do solo, completada pela da atmosfera, condicionou como talvez nenhum outro elemento, essa especialização regional da colonização da América pelos portugueses que foi a colonização

baseada na cana-de-açúcar; e dizendo-se esta frase banal, diz-se ao mesmo tempo uma verdade muitas vezes esquecidas.

É claro que o triunfo do açúcar no extremo Nordeste foi favorecido por um grupo de circunstâncias, e não por um elemento só: pela proximidade da Europa como pelo contato fácil com a África, fornecedora de escravos; pela qualidade do elemento colonizador europeu. E ainda favorecido pela experiência agrícola e pelos hábitos de relativa sedentariedade do elemento colonizador africano: os negros de pescoço curto cuja predominância Tollenare notou em Pernambuco nos princípios do século XIX e que os anúncios de pretos fugidos nos jornais da região parecem confirmar.

Mas é preciso não esquecer o que o massapê representou, ao lado da atmosfera, da água, da situação geográfica, nessa vitória do açúcar.

Durante o período decisivo da formação brasileira, a história do Brasil foi a história do açúcar; e no Brasil, a história do açúcar, onde atingiu maior importância econômica e maior interesse humano foi nessas manchas de terra de massapê, de barro, de argila, de humus. Nessas manchas de solo encarnado ou preto se lançaram os alicerces dos melhores engenhos. Foram elas que mais se avermelharam de sangue nos tempos coloniais. Sobre elas que tanto luso-brasileiro, tanto preto, tanto caboclo, tanto mulato morreu em luta com os invasores louros. Esses invasores não desejavam outras terras senão aquelas do massapê. As terras de barro gordo, boas para a cana-de-açúcar.

O Nordeste do massapê é ainda o mais brasileiro pelo tipo tradicional de casa-grande e de sobrado de azulejo e pelo de casa de palha ou de mucambo, que aqui se desenvolveram de originais portugueses ou africanos e indígenas e que constituem material de primeira ordem e um mundo rico de sugestões e de inspirações para uma arquitetura verdadeiramente brasileira ou, pelo menos, regional.

Aí é que se aprofundaram as raízes agrárias que tornaram possível o desenvolvimento rápido de simples colônia de plantação em império de plantadores de cana, com os senhores de engenho elevados a barões, viscondes, marqueses, senadores, ministros, conselheiros; os títulos, quase todos, nomes de engenhos. Com as casas quase fortalezas construídas com óleo de baleia e com madeira de lei. Desenvolvimento tão

rápido que desde o século XVII os povos das capitanias do Nordeste, com os senhores de engenho mais arrojados à frente, se revelaram capazes de defender-se por si, ou só com o auxílio de brasileiros de outras regiões - alguns dos quais, como recompensa dos serviços militares, pediram ao Rei terras no próprio Nordeste e aí se fixaram - dos invasores estrangeiros e dos negros aquilombados. E defendendo seus canaviais, seus rios, suas terras de massapê, começaram a sentir que estavam defendendo o Brasil. Quando em 1710, em 1817 e em 1824 tentaram constituir-se em república, já foi sobre esse sentimento de suficiência e esse desejo de estabilidade que lhes davam as terras férteis de cana.

A independência do Brasil se realizou firmando-se principalmente sobre uma aristocracia quase feudal de senhores de terras de massapê - Pais Barretos, Cavalcantis, Albuquerque, os senhores baianos de Santo Amaro, mais tarde os fazendeiros da terra roxa. Quase feudal nas tendências e no gênero de vida e anti-monárquica por natureza, essa aristocracia das terras gordas deu, entretanto, à coroa, quando colocada sobre a cabeça loura de um menino de quinze anos nascido no Rio de Janeiro, o prestígio e as condições de vida que doutro modo lhe faltariam em terra tão nova como o Brasil.

Os barões das terras de massapê seriam por algum tempo o melhor apoio da Coroa. E embora sob Pedro II se acentuassem conflitos e até se dramatizassem divergências entre a justiça imperial e a autoridade do senhor de engenho todo poderoso, o interesse econômico atuaria por muito tempo no sentido da contemporização entre as duas forças rivais. Os engenhos melhores e mais ricos, do mesmo modo que as fazendas de terra roxa, seriam até às vésperas da abolição centros políticos fiéis à monarquia e leais a Dom Pedro II.

As terras de massapê foram no Brasil as terras por excelência das boas maneiras e dos gestos suaves, onde através do século XIX os homens crescera mamando em negras gordas, mulheres de uma grande doçura, e tomando chá desde muito pequenos. Quase se podem fixar fronteiras entre as terras de massapê e as terras ásperas, por esse detalhe do leite de mãe-preta - em vez do da comadre-cabra dos sertões - e do uso do chá, a que a frase "tomou chá em pequeno" dá significação e importância sociológica. Nos sertões e nas zonas agrestes, o chá foi até quase nossos dias remédio de botica. E o açúcar, a rapadura. O chá acompanhou o açúcar

branco e solto, guardado em porcelana da Índia ou de Macau, nos guarda-louças das casas-grandes e dos sobrados de azulejo. Seu predomínio marca a maior influência, a princípio asiática, depois européia, e principalmente inglesa, nas terras mais vantajosamente especializadas na cultura da cana.

Com efeito, o Recife concentrou desde os favores do tratado de 1810 uma grande colônia de ingleses com igreja, padre, cemitério e por algum tempo hospital. Vendedores de panos finos, importadores de chá, de cerveja, de presunto, de chapéu, de botina, médicos, leiloeiros, mestres de fundição, engenheiros especializados no concerto de aparelhos de fabricar açúcar, como Harrigton & Starr e como os Mornay.

Todo um grupo de homens de negócio e de técnicos, muito em relevo nos anúncios de jornais da primeira metade do século XIX e cujos interesses se indentificaram de tal modo com os da aristocracia dos canaviais que vários terminaram ligados às terras de massapê, docemente abrasileirados em genros, sogros ou cunhados de brasileiros. Alguns até em senhores de engenho. Tal o caso de Henry Koster, cujo nome se aportuguesou em Henrique da Costa. Capitão Henrique da Costa, talvez. Esse Koster não quis outra vida para os seus dias de tuberculoso menos romântico do que Robert Louis Stevenson senão a de plantador de cana, a de senhor de engenho, a de fabricante de açúcar.

Na Bahia, nas proximidades das terras de massapê e dos engenhos mais nobres, verificou-se o mesmo: grande concentração de ingleses. Ingleses com hospital, capela e cemitério.

O açúcar atraíu às suas melhores terras o chá, os ingleses, a porcelana da China, o móvel e o próprio livro europeu que tiveram talvez no Recife os seus melhores mercados, principalmente na primeira metade do século XIX. Deu ócio aos homens mais inteligentes das casas-grandes não só para o jogo como para os estudos de filologia, tão pachorrentamente cultivados pelo dr. Moraes no seu engenho de Muribeca (daí ele se correspondeu com alguns dos maiores letrados portugueses do seu tempo); não só para as charadas como para as boas leituras; e às iaiás, deu lazer para a música, para as rendas e para os doces finos de sobremesa.

De tal modo que Mansfield, inglês, Mestre em Artes que viajou nos meados do século XIX por terras de massapê, escreveu ter aqui encontrado casas-grandes de engenho que lhe deram a impressão das

casas de campo da Inglaterra: moças tocando piano admiravelmente, doces finos à sobremesa, chá servido pelas senhoras.

E Herbert Smith, anos depois, foi onde encontrou uma aristocracia brasileira de gostos e hábitos mais elevados: entre os senhores de engenho do Nordeste. Nas terras de massapê. E era na verdade uma gente que tinha piano e livros em casa. Que recebia bem. Que apreciava a boa cozinha. O naturalista americano chegou a contrastar os senhores de engenho do Nordeste com os fazendeiros de café do sul - que eram então a força nova e triunfante do Império - para concluir pela superioridade dos aristocratas das terras de cana.

(Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil: 21-36. Rio de Janeiro, José Olympio, 1937. (Col. "Documentos Brasileiros", v. 4).

RABISCOS DE UM ESCREVINHADOR

(Nesta seção reproduzidos algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta publicação em “A Federação”, jornal da vizinha cidade de Itu. Para identificação e referência bibliográfica, indicam-se as datas em que foram publicadas)

362. UMA ZOOLOGIA FANTÁSTICA DO BRASIL

Os que têm algum conhecimento da obra do historiador Afonso de Taunay sabem que boa parte dela foi dedicada à recensão de viajantes estrangeiros que escreveram sobre o Brasil. Em seus livros procurou Taunay respigar o que lhe pareceu aproveitável para o conhecimento de nosso país na época em que seus autores o visitaram. Mas, além desse lado por assim dizer positivo de suas recensões, Taunay procurou também comentar e divulgar o que nesses autores houvesse de pitoresco e fantasioso principalmente com referência à fauna por eles encontrada ou simplesmente imaginada, elementos importantes para o que o historiador denominou com propriedade de “zoologia fantástica do Brasil”, título do livro que publicou em 1934, pelas Edições Melhoramentos, de São Paulo. Pouco depois, fez publicar (1937) pelo Museu Paulista, do qual era diretor, um complemento ao livro de 1934, ao qual denominou “Monstros e monstregos do Brasil”.

O assunto - confessou Taunay - foi-lhe sugerido pelo escritor argentino Anibal Cardoso, autor de um curioso livro intitulado “La ornitologia fantástica de los conquistadores”. Alargou, entretanto, o quadro pesquisado pelo seu confrade argentino, cuidando não apenas de aves, mas da fauna em geral.

Para o primeiro livro utilizou Taunay textos relativos ao século XVI: Gandavo, Fernão Cardim, Anchieta, Gabriel Soares, Hans Staden, Ulrico Schmiedel, Cabeza de Vaca, Jean de Léry, André Thevet, Pero Vaz de Caminha, Vespuccio, Pigafetta, o anônimo da “Nova Gazeta da Terra do Brasil” e mais alguns menos conhecidos. Para o segundo livro, as pesquisas foram feitas nos “Diálogos das grandezas do Brasil” e em Frei Vicente do Salvador, Claude d’Abbeville, Yves d’Evreux, Ricardo Fleckno, Simão de Vasconcelos, Francisco Coreal, Dampier, Nieuhoff, Padilla e John Brown.

Entendeu o autor que seria interessante uma exposição das credices zoológicas européias da época das navegações e da descoberta da América e do Brasil. Para tanto, valeu-se, num capítulo inicial, de autores como Ferdinand Denis e Ch. Langlois, em cujas obras encontrou numerosos exemplos que lhe serviram para o intuito visado.

O Professor José Sebastião Witter, quando diretor do Museu Paulista, dispôs-se a reeditar a curiosa “Zoologia Fantástica”, honrando-nos com o convite para prefaciá-la a nova edição, a qual, por sugestão nossa, abrangeu num só volume, os dois trabalhos referentes ao tema, com o título do primeiro, qual seja “Zoologia Fantástica do Brasil”.

Trata-se de publicação conjunta do Museu Paulista e da Editora da Universidade de São Paulo, inaugurando uma nova coleção denominada “Acervo”, e com este primeiro volume “pretende-se mostrar a forma escolhida para a reprodução de tantos textos quanto for possível...” E esperam, desta forma, os editores “estar contribuindo para o enriquecimento de nossa bibliografia e concorrendo para a maior divulgação de obras que descansam em tantas ou tão poucas bibliotecas”.

Por que começar a coleção com uma obra de Afonso de Taunay? Os próprios responsáveis pela edição respondem com uma frase do prefaciador: porque “no múltiplo e rico temário abrangido pela sua produção, destaca-se a contribuição para o conhecimento de uma vasta xenobibliografia sobre o Brasil, deixada por numerosos viajantes estrangeiros que nos visitaram e sobre nós escreveram, trabalho este que revela uma das facetas mais caracterísicas de Taunay, qual seja a profunda erudição com que tratava os temas abordados e, especialmente, o grande conhecimento que sempre demonstrou da bibliografia brasileira e estrangeira”.

Louve-se o cuidado e a beleza da edição, sem dúvida a mais bela de quantas foram publicadas pelo Museu Paulista, enriquecendo sobremaneira o editorialismo cultural de nosso país. Não temos conhecimento do programa da coleção “Acêrvo” para que possamos adiantar sobre suas futuras publicações. Mas, confiamos no critério e na capacidade dos editores para que outros textos, raros ou pouco conhecidos, sejam postos à disposição dos interessados. (11-3-2000)

363. COMPOSITOR E PERSONAGEM DE ÓPERA

Em meados do século passado, precisamente no Natal de 1844, foi apresentada em Hamburgo uma ópera de Frederico Flotow (1812-1882) inspirada na vida aventureira do compositor italiano Alessandro Stradella, nascido, supõe-se, em 1642 e assassinado em Gênova aos 28 de fevereiro de 1682. Aliás, o conhecido autor de “Marta” não foi o único a se inspirar na vida de Stradella. Sua carreira, repleta de aventuras amorosas (e em conseqüência de uma delas é que foi assassinado) tornou-o, à moda de Casanova, personagem lendária, fazendo jus a que a ficção em torno dele tecesse as mais variadas fantasias.

O centro de tudo quanto se escreveu a seu respeito é sempre o mesmo: os assassinos enviados para o matarem ficam tão emocionados com a sua música, que desistem do intento.

Ao contrário de “Marta”, a ópera de Flotow sobre Alessandro Stradella caiu no esquecimento, sobrevivendo dela apenas a abertura, aliás muito bonita, mas também pouco executada nas salas de concerto. Queremos crer que nem tenha sido ainda beneficiada pelos modernos processos de gravação a laser (CD).

Diga-se, entretanto, que atualmente sabe-se muito mais que no tempo de Flotow sobre a vida aventureira do compositor, embora muita coisa continue ainda obscura. E, principalmente, conhece-se muito mais de sua obra. Durante muitas décadas Stradella foi lembrado apenas por uma famosa canção religiosa “Pietà, Signore!”, que integrou o repertório de grandes cantores, muitos dos quais, a começar por Beniamino Gigli, fizeram questão de gravá-la.

Pesquisas mais recentes deram conta de sua vasta produção, abrangendo óperas, concertos, sonatas, cantatas, oratórios, enfim quase todas as formas freqüentes no período barroco. E o disco, naturalmente, veio completar esse conhecimento, pois pêlo menos uma dúzia de suas composições foram registradas para a posteridade em excelentes gravações.

Duas de suas obras “maiores” figuram entre as grandes produções da forma oratoriana típica do barroco: os dois oratórios, um inspirado na curiosa “Estória” da Casa Susana, tal como vem relatada no apêndice deuterocanônico do livro de Daniel do Velho Testamento; obra esta, ao que se supõe, encomendada pela rainha Cristina da Suécia, que, apesar de protestante, interessou-se por uma obra sugerida por episódio constante de um livro bíblico que as igrejas protestantes não aceitam, como ocorre com os três últimos capítulos de Daniel.

O outro, mais importante tanto do ponto de vista musical como religioso, é dedicado a São João Batista, o que torna significativa sua evocação no dia de hoje, dedicando, no calendário eclesiástico, àquele que teve o privilégio de batizar o próprio Cristo.

Cometeríamos uma injustiça se não incluíssemos entre suas “maiores” obras, ao lado dos dois oratórios, sua “Cantata per il Santissimo Natale”, uma das mais belas obras inspiradas pela data magna do Cristianismo.

Já vai bem longe, portanto, o tempo em que o compositor - aventureiro era conhecido apenas por uma canção que fazia a delícia dos auditórios e enaltecia cantores de toda espécie, ou então o tempo em que ele não passava de personagem de uma ópera hoje pouco lembrada. (24-6-2000)

364. A PROPÓSITO DAS REVOLUÇÕES “VENCIDAS”

Alguém perguntou-nos de certa feita se vale a pena comemorar as revoluções que não foram vitoriosas. Só tivemos uma resposta a lhe dar: se não comemormos as revoluções vencidas, não teremos nenhuma para comemorar... A indagação viera a propósito da revolução paulista de 1932, que eclodiu a 9 de julho (data de amanhã) há quase setenta anos. Os paulistas desde então nunca deixaram de comemorá-la, chegando muitos

a considerá-lo, com evidente exagero, o episódio máximo de toda a história de nossa terra. “Est modus in rebus...”

O que importa é que os paulistas comemoram a “revolução constitucionalista” ou “guerra cívica de São Paulo” (título que modernamente está sendo mais empregado e realmente parece-nos mais correto) com o mesmo espírito com os riograndenses do sul comemoram a “Farroupilha”, os mineiros a “Inconfidência”, os pernambucanos a revolução de 1817 e a “Praieira”, e assim por diante com numerosos outros casos ocorridos no século passado em diversas outras regiões do País. No entanto, foram todas revoluções “vencidas”. Mas, se não foram vitoriosas no sentido prático, utilitário, imediatista, tiveram a seu favor um rol de influências que não se pode desprezar e que foram, não raro, importantes e significativas para o desenvolvimento posterior dos Estados onde elas ocorreram.

Ao “espírito da Praieira”, por exemplo, devem os pernambucanos muito do que ocorreu posteriormente no campo da história social e cultural do Estado. Para avaliá-la no terreno das idéias basta lembrar sua origem vinculada à Revolução Francesa de 1848, graças à participação do engenheiro Vauthier, contratado pelo governo provincial para obras públicas em Pernambuco, mas que, adepto do socialismo utópico francês, exerceu grande influência na ordem das idéias tanto quanto nos empreendimentos materiais que realizou. Raro o autor pernambucano que não tenha se ocupado da “Praieira”, e mesmo autores de outros Estados, entre os quais se inclui até este modesto rabiscador. E todos eles procurando vislumbrar e caracterizar o sentido social do movimento. Chegou Gilberto Freyre a editar o “Diário” de Vauthier, documento bastante significativo para a história social do Brasil.

Da “Farroupilha”, então, que dizer? Raro o autor gaúcho que dela não se tenha ocupado e o epíteto “farroupilha” parece ser e de que mais se orgulham nossos irmãos do Sul. Foi realmente não só o mais demorado dos movimentos revolucionários brasileiros (dez anos!), mas o que mais fundamente marcou na vida da província.

E a Inconfidência Mineira? Qual o autor das “Alterosas” que dela não se tenha ocupado? E não nos esqueçamos que a sua figura mais conhecida tornou-se patrono cívico da nacionalidade brasileira e é a “Inconfidência” a única das revoltas que mereceu as honras de ter um

feriado nacional, precisamente o dia do suplício de seu mártir mais conhecido, o único, aliás a sofrer pena capital.

E numerosos outros Estados poderiam evocar suas revoluções com galhardia e simbolismo, às vezes até exagerado: a “Sabinada”, a “Balaiada” a “Cabanagem”, as “Liberais” de São Paulo e Minas, estas, cá entre nós, de pouca significação.

Já se assinalou - com alguma dose de razão - que foram essas revoluções “vencidas” do século passado que acabaram contribuindo para consolidar o regime imperial, a “democracia coroada”, a que se referia o historiador mineiro João Camilo de Oliveira Torres. (8-7-2000)

365. O CRIADOR DA BANDEIRA PAULISTA

Há algumas semanas, numa das sessões da Academia Paulista de Letras, nosso preclaro confrade Sólon Borges dos Reis, em momento dedicado à evocação da principais efermérides acadêmicas, teve oportunidade de refletir-se a Júlio Ribeiro, patrono de uma das cadeiras do sodalício do Largo do Arouche, referindo-se com muita propriedade às diversas atividades intelectuais que o tornaram uma das mais expressivas figuras da cultura brasileira da segunda metade do século passado.

Mineiro de Sabará, onde nasceu a 10 de abril de 1845, foi, entretanto, em São Paulo que decorreu a maior parte de sua existência. Não apenas na capital, de cuja Escola Normal foi professor, mas também em cidades do interior, como Sorocaba e Campinas. Nesta, lecionou no tradicional colégio “Culto à Ciência” (primeira fase) época em que publicou seus primeiros escritos de maior vulto.

Precursor do Realismo no romance brasileiro, deixou o livro “A Carne” (1888), de grande repercussão, porém julgado de maneira bastante contraditória pela crítica. É inegável, porém, que o romance, dedicado a Émile Zola, projetou seu nome mais que os outros escritos que deixou. E foram muitos: “Padre Belchior de Pontes,” romance de ambientação histórica, escrito quando residia em Campinas (1877), “Cartas Sertanejas” (1885), e longa série de obras sobre filologia e linguística, que o colocaram entre os mais renomados cultores da língua portuguesa.

No tempo em que viveu no Rio de Janeiro, foi professor do antigo Ginásio Nacional (o “D. Pedro II”, de hoje) e colaborou na imprensa com intensa propaganda republicana. Aliás, nunca abandonou a atividade jornalística, exercendo-a nos diversos lugares onde residiu. Vítima de tuberculose, morreu em Santos no dia 1º de novembro de 1890.

Júlio Ribeiro teve seu nome ligado também à heráldica e aos símbolos nacionais. Foi de sua autoria o projeto de bandeira para a República. Entretanto, não foi aceito, pois o Governo Provisório, ao cuidar dos símbolos para o novo regime, preferiu manter a bandeira do Império, apenas substituindo a coroa imperial pela esfera azul (de representação celeste) com a legenda positivista “Ordem e Progresso”. A bandeira projetada por Júlio Ribeiro acabou sendo, com pequenas modificações, adotada pelo Estado de São Paulo. É a nossa clássica “bandeira das treze listas”, tão poeticamente decantada por Guilherme de Almeida. Assim, nós, paulistas, devemos saudar em Júlio Ribeiro não apenas o romancista e o filólogo, mas também o criador da bandeira paulista.

Júlio Ribeiro tem seu nome vinculado como patrono, a pelo menos três academias de letras: A Brasileira, a Paulista e a Mineira, nas quais foi escolhido, respectivamente, por Garcia Redondo, Sílvio de Almeida e Heitor Guimarães. Na Academia Paulista de Letras a cadeira que o tem como patrono, foi ocupada, após o fundador Sílvio de Almeida, por Otoniel Mota, Afrânio do Amaral, Ernani Silva Bruno, Marcos Rey e, atualmente, Massaud Moisés.

Nessa sua vinculação com a nossa bandeira centralizou-se a maior parte da evocação de Sólton Borges dos Reis, a que, de início, nos referimos. (17-6-2000)

ÍNDICE DOS NÚMEROS 176-179 ANO XXXII - 2000

- 176 - janeiro-março 1-116
177 - abril-junho 117-224
178 - julho-setembro 225-332
179 - outubro-dezembro 333-442

ÍNDICE DE AUTORES

- ANDRADE, Manuel Correia de - Nabuco e a Federação - 367
BARROS, Benedito Ferri de - Reflexões a propósito da leitura de “História do Liberalismo”, de João de Scantimburgo - 161
BATTISTONI FILHO, Duílio - As relações entre a cartografia e a pintura na Holanda no século XVII - 346
BATTISTONI FILHO, Duílio - Belo Horizonte nos seus primeiros tempos - 156
BAUER, Gustavo E. - Plano de Luís XV para conquistar o Brasil - 398
CALDEIRA, J. R. de Castro - O culto aos heróis no “Leão do Norte” - 386
CAMINHA, Pero Vaz - O descobrimento do Brasil - 198
CANECA, Frei - A propósito da revolução de 1817 - 308
CARLOS MAGNO - Da necessidade do estudo das letras - 309
CARVALHO, Nelson C. de - O historiador de Itu tem sua obra reeditada - 295
CASADEI, Thalita de O. - Reflexos da Conjuração Mineira na capitania do Rio de Janeiro - 340
CHAUDON, Gilberto E. - Civilização “versus” Indigenismo - 369
COSTA E SILVA, Paulo P. - O livro do tenente alemão - 281
CUNHA, Euclides da - O papel da Regência - 97
CUNHA, Euclides da - Caráter da Independência - 88
CUNHA, Fernando W. da - Pensamento hermenêutico e História - 170

- FARJALLAT, Célia S. - País ideal - 384
- FREYRE, Gilberto - A cana e a terra - 423
- LACERDA, Arthur V. e S. - O achamento do Brasil - 236
- KALMAN, Regina D. - Arte sacra popular e o santifeiro na imagem popular paulista - 68
- LOPES, José Carlos Neves - Dissidência no PRP - 58
- MAGALHÃES, Almeida - Euclides, historiador - 84
- MARIZ, Vasco - Villegagnon, vilão ou herói - 9
- MATOS, Odilon Nogueira de - À memória de um historiador mineiro - 217
- MATOS, Odilon Nogueira de - A propósito das revoluções "vencidas" - 433
- MATOS, Odilon Nogueira de - A propósito do segundo João Strauss - 110
- MATOS, Odilon Nogueira de - Arthur Cesar Ferreira Reis - 311
- MATOS, Odilon Nogueira de - Caractacus - 107
- MATOS, Odilon Nogueira de - "Cellula Mater" - 219
- MATOS, Odilon Nogueira de - Charles Boxer na historiografia brasileira - 335
- MATOS, Odilon Nogueira de - Cinco de Fevereiro - 220
- MATOS, Odilon Nogueira de - Compositor e personagem de ópera - 432
- MATOS, Odilon Nogueira de - Da "Cantata", de suas formas e de seu significado histórico - 119
- MATOS, Odilon Nogueira de - Dante de Laytano - 328
- MATOS, Odilon Nogueira de - Desmembramentos de Estados - 227
- MATOS, Odilon Nogueira de - "Em Assis, fomos todos pioneiros!" - 325
- MATOS, Odilon Nogueira de - Euclides da Cunha - 93
- MATOS, Odilon Nogueira de - Evocações natalinas - 112
- MATOS, Odilon Nogueira de - Gilberto Freyre - 417
- MATOS, Odilon Nogueira de - Lacunas, omissões, falhas - 108
- MATOS, Odilon Nogueira de - O criador da bandeira paulista - 435
- MATOS, Odilon Nogueira de - O mestre da sonata - 222
- MATOS, Odilon Nogueira de - Para a boa compreensão das revoluções - 3
- MATOS, Odilon Nogueira de - Perde Mogi das Cruzes seu maior historiador - 330
- MATOS, Odilon Nogueira de - Rocha Pombo - 203
- MATOS, Odilon Nogueira de - Um grande Almeida Prado - 327
- MATOS, Odilon Nogueira de - Uma zoologia fantástica do Brasil - 430
- MORGADO, Alonso - A riqueza de Sevilha - 198
- PICCAROLO, A. - A economia do gentio brasileiro na obra de Jean de Léry - 292
- PIRES, Mário - Evocando Almeida Garrett - 380
- PIRES, Mário - Quinhentos anos de Brasil - 130

- POMBO, Rocha - Terra de Santa Cruz/Colonização do Brasil - 202
- PROVENÇAL, Lucien - Villegagnon, vilão ou herói - 9
- PUPO, B. Barbosa - As três Campinas - 201
- PUPO, B. Barbosa - Temporadas líricas - 91 *
- REIS, Arthur C. F. - Amazônia: viajantes e sugestões separatistas - 316
- RIBEIRO, Hércio Pupo - Os profetas de Congonhas - 289
- RIBEIRO JÚNIOR, João - Breve relato sobre a era dos descobrimentos - 232
- RICCI, Maria Lúcia S. Rangel - Apenas refletindo - 5
- RICCI, Maria Lúcia S. Rangel - De relato em relato - 343
- RICCI, Maria Lúcia S. Rangel - Primeiras notas para análise do centro urbano de Campinas - 126
- RICCI, Maria Lúcia S. Rangel - Um "causo" entre muitos - 305
- SACRAMENTO, J. A. de Avila - Negro: arcabouço de nossa raça - 372
- SCANTIMBURGO, João de - O poder político formador do Brasil - 257
- SILVA, Leonardo Dantas - O Brasil holandês através dos livros - 351
- SILVA, Leonardo Dantas - O ideário liberal em Pernambuco - 156
- SILVA, Leonardo Dantas - Rebeliões negras em Pernambuco - 245
- SILVA, Leonardo Dantas - Trezentos anos de pesquisa histórica em Pernambuco - 40
- TAUNAY, Jorge D'Escragnolle - O descobrimento do Brasil - 190
- TOCQUEVILLE, A. de - As minorias raciais na democracia americana - 89
- WALSH, R. - Mercado de escravos - 413
- WEHRS, Carlos - Carlos Gomes em Machado de Assis - 263

DE UM PASTA DE VELHOS RECORTES

- BAUER, Gustavo E. - Plano de Luís XV para conquistar o Brasil - 398
- MAGALHÃES, Almeida - Euclides, historiador - 84
- PICCAROLO, A. - Economia do gentio brasileiro na obra de Léry - 292
- TAUNAY, Jorge D'Escragnolle - O descobrimento do Brasil - 190

MEMÓRIA CAMPINEIRA

- PUPO, B. Barbosa - As três campinas - 201
- PUPO, B. Barbosa - Temporadas líricas - 91
- RICCI, Maria Lúcia S. Rangel - Um "causo" entre muitos - 305

TEXTOS E SELETAS

- CANECA, Frei - A propósito da revolução de 1817 - 308
 CARLOS MAGNO - Da necessidade do estudo das letras - 308
 CUNHA, Euclides da - Caráter da Independência - 88
 CUNHA, Euclides da - O papel da Regência - 97
 DECLARAÇÃO dos direitos do homem e do cidadão - 414
 FREYRE, Gilberto - A cana e a terra - 423
 POMBO, Rocha - Terra de Santa Cruz/Colonização do Brasil - 202
 TOCQUEVILLE, A. de - As minorias raciais na democracia americana - 89
 WALSH, R. - Mercado de escravos - 413

VULTOS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

- Arthur César Ferreira Reis - 311
 Euclides da Cunha - 93
 Gilberto Freyre - 417
 Rocha Pombo - 203

RABISCOS DE UM ESCRIVINHADOR

- À memória de um historiador mineiro - 212
 A propósito das revoluções “vencidas” - 433
 A propósito do segundo João Strauss - 110
 Caractacus - 107
 “Cellula Mater” - 219
 Cinco de Fevereiro - 220
 Compositor e personagem de ópera - 432
 Dante de Laytano - 328
 “Em Assis, fomos todos pioneiros!” - 325
 Evocações natalinas - 112
 “Lacunas, omissões, falhas” - 108
 O criador da bandeira paulista - 435
 O mestre da sonata - 222

- Perde Mogi das Cruzes seu maior historiador - 330
 Um grande Almeida Prado - 327
 Uma zoologia fantástica do Brasil - 430

ÍNDICE DOS ASSUNTOS

- Almeida Garrett - 380
 Amazônia - 316
 Arte sacra - 68
 Assis - 325
 Bandeira paulista - 435
 Barbosa, Waldemar de Almeida - 217
 Belo Horizonte - 156
 Boxer, Charles - 335
 Brasil holandês - 351
 Calvino - 21
 Campinas - 91, 126, 220,
 Cantatas - 119
 Caractacus - 107
 Carlos Gomes - 263
 Cartografia - 346
 Colonização do Brasil - 203
 Congonhas do Campo - 289
 Conquista do Brasil - 398
 Conjuração Mineira - 340
 Cunha, Euclides da - 84, 93
 Descobrimento do Brasil - 190, 198, 236
 Descobrimientos marítimos - 233, 236
 Desmembramentos de Estados - 229
 Direitos do homem e do cidadão - 414
 "Divinos" - 72
 Economia do sertão - 297
 Estados Unidos - 89
 Estudo das letras - 309
 Franceses no Brasil - 23
 Freyre, Gilberto - 417
 Gentio brasileiro - 297
 Giscard d'Estaing - 398
 Grinberg, Isaac - 230
 História política do Brasil - 252
 Historiografia - 170
 Instituto Arqueológico Pernambuca-
 no - 386
 Imaginária paulista - 75
 Jaboatão - 42
 Laytano, Dante de - 328
 Léry, Jean de 297
 Machado de Assis - 261
 Magalhães, Almeida - 84
 Mato Grosso - 289
 Memória campineira - 91, 201, 305
 Mercado de escravos - 413
 Movimentos revolucionários - 3, 433
 Música - 110, 119, 353, 432
 Nabuco, Joaquim - 367
 Nardy Filho - 295
 Nossa Senhora Aparecida - 80
 Partidos políticos - 58
 "Paulistinhas" - 78
 Pernambuco - 40, 139, 367, 423
 Perrot, Luís - 283
 Pesquisa histórica - 40
 Piccarolo, A. - 297

- Pintura - 346
Prado, Décio de Almeida - 327
Quinto centenário - 130
Rebelião de negros - 245
Regência - 97
Reis, Artur C. F. - 311
Revolução de 1817 - 142, 308
Revolução de 1930 - 3
Revoluções - 3, 433
Ribeiro, Júlio - 435
Rocha Pombo - 203
Santeiros - 68
São Vicente - 219
Scantimburgo, João de - 161
Scarlatti, D. - 222
Sevilha - 198
Stradella - 432
Strauss Jr. - 110
Taunay, Afonso de - 108, 430
Temporadas líricas - 91
Urbanismo - 5
Vitalina P. de Camargo - 343
Vocabulários - 108
Zoologia fantástica - 430





UNIDADES UNIVERSITÁRIAS

I- INSTITUTOS

1. Instituto de Artes, Comunicações e Turismo
2. Instituto de Ciências Biológicas e Química
3. Instituto de Ciências Exatas
4. Instituto de Ciências Humanas
5. Instituto de Filosofia
6. Instituto de Informática
7. Instituto de Letras
8. Instituto de Psicologia
9. Instituto de Teologia e Ciências Religiosas

II- FACULDADES

1. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
2. Faculdade de Biblioteconomia
3. Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas
4. Faculdade de Ciências Médicas
5. Faculdade de Ciências Tecnológicas
6. Faculdade de Direito
7. Faculdade de Educação
8. Faculdade de Educação Física
9. Faculdade de Enfermagem
10. Faculdade de Odontologia
11. Faculdade de Serviço Social

III- INSTITUIÇÕES COMPLEMENTARES

- a) Biblioteca Central
- b) Centro de Ensino
Colégio de Aplicação "Pio XII"
- c) Centro de Processamento de Dados
- d) Museu Universitário

